



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

ANAHI BEZERRA DE CARVALHO

**EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE
MILITANTES LÉSBICAS EM PERNAMBUCO**

Recife

2017

ANAHI BEZERRA DE CARVALHO

**EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE
MILITANTES LÉSBICAS EM PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, no núcleo de pesquisa em Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular, como critério parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Luiza Araújo Martins de Oliveira

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréia Alcântara, CRB-4/1460

C331e Carvalho, Anahi Bezerra de.
Experiências formativas e a constituição de subjetividades de militantes lésbicas em Pernambuco / Anahi Bezerra de Carvalho. – Recife, 2017.
131 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Anna Luiza Araújo Martins de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.
Inclui Referências e Apêndices.

1. Movimento lésbico (PE). 2. Lesbianismo. 3. Subjetividade.
4. UFPE - Pós-graduação. I. Oliveira, Anna Luiza Araújo Martins de.
II. Título.

306.76 CDD (22. ed.) UFPE (CE2018-19)

ANAHI BEZERRA DE CARVALHO

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE MILITANTES LÉSBICAS EM PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, no núcleo de pesquisa em Subjetividades Coletivas, Movimentos Sociais e Educação Popular, como critério parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 31/08/2017

Banca Examinadora

Profa. Dra. Anna Luíza Araújo Ramos Martins de Oliveira
1ª Examinadora/Presidente

Prof. Dr. Gustavo Gilson Oliveira (UFPE/PPGE)
2º Examinador Interno

Profa. Dra. Rita de Cássia Prazeres Frangella (PROPED/UERJ)
3º Examinadora Externa

Profa. Dra. Karina Mirian Valença (UFPE/CE/DMTE)
4º Examinadora Externa

Recife
2017

AGRADECIMENTOS

À minha família que tem sido fonte constante de força e determinação, o sopro de coragem que vem de longe e que me mantém firme no meu caminho de luta e (r)existência.

À minha mãe, uma das muitas “Marias” que são os pilares de sustentação da família. Nosso caminhar, juntas, nem sempre foi de calmaria, mas, o que seria de nós sem as nossas dores? Elas nos ensinaram à dar as mãos para nos fortalecer e enfrentar os dissabores da vida.

Ao meu pai, que tem me mostrado de fato, como o amor é fonte de transformação. Agradeço por sempre valorizar as minhas conquistas, pelo apoio cotidiano, por se dedicar diariamente a ser um pai ideal. Então, deixa eu te contar um segredo: você é maravilhoso, principalmente por sempre querer ser melhor.

Aos meus irmãos, que cada um com as suas particularidades me ajudam a enxergar a beleza que existe na diferença. Acácia, minha flor. Araã, minha surpresa. Herbert, minha escolha. Vocês são os meus amores mais sinceros.

À Jaffia, minha companheira, minha parceira, minha amiga, meu amor. Obrigada por compartilhar comigo, nesses nove anos, conversas, afetos, saberes, sonhos, que me transformaram.

Aos meus amigos, Isabela Santos, Sislane Oliveira, Rayane Oliveira e Claudia Brasileiro. Obrigada pela escuta acolhedora nos momentos difíceis, por serem um balsamo para as minhas dores nesse longo caminho.

Obrigada as lésbicas guerreiras que compartilharam comigo suas experiências de luta e assim contribuíram para a construção dessa dissertação. Sem vocês nada disso seria possível.

À professora Anna Luiza, pelas orientações que me ajudaram a construir esta dissertação, pela escuta nos momentos de angústia e incertezas, e pela dedicação ao longo desse caminho, que apesar de árduo, a sua delicadeza trouxe leveza à construção dessa pesquisa. Obrigada pela parceria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e especificamente à linha de pesquisa Subjetividades Coletivas, Educação Popular e Movimentos Sociais, que através dos docentes, contribuíram para o meu desenvolvimento enquanto futura educadora.

Es preciosa mi sangre

No nos importa la identidad como carta de ciudadanía,
No nos importa la identidad como cuota dentro del sistema,
No nos importa la identidad como espacio de reivindicación de derechos,
No nos importa la identidad como espacio de poder, ni de “ficción de poder” y nos mofamos
del empoderamiento.

No nos importa la identidad como aditamento de diversidad que nutre al neoliberalismo en la
ornamentación de sus horrores.

No nos importa la identidad como sentido de pertenencia, ni de obediencia.
Cualquier identidad puede ser engullida y absorbida por la normatización el disciplinamiento
y la lógica del sistema, cualquier disidencia puede ser reabsorbida reconducida,
reacondicionada y consumida.

No importa cual fuera el punto de partida para ésta: la edad, el sexo, el color de la piel, el
lugar geográfico donde has nacido, tus elecciones para el placer, tu origen cultural, tu trabajo,
tu ropa, no importa.

Cualquiera de estas diferencias contenedoras de identidades pueden nutrir al propio sistema
en su reforzamiento, pueden constituir una prótesis del sistema en su fortalecimiento, en sus
espejismos de libertad, en sus augurios de incorporación e inclusión sociopolítica.

La inclusión no es sino un proceso de vanalización de la identidad, de reducción de sus
contenidos al mínimo, es un proceso de vaciamiento y sustitución de horizontes propios,
quiméricos y utópicos por horizontes prestados, posibles e igualitarios.

A nuestros ojos no está pues la disidencia del sistema en la sexualidad, el placer, ni el sexo, no
está la disidencia del sistema en el color de la piel o el origen cultural por si mismos y de
antemano.

No es ser indio alternativo a ser blanco,

Ni ser mujer alternativo a ser hombre,

No es ser transexual alternativo a ser hombre,

Ni ser maricón o lesbiana alternativo a ser heterosexual.

Porque todos éstos lugares de identidad han sido tomados en cuenta, cubiculados clasificados
y ordenados y hasta perversamente constituidos para hacer turno y fila em su proceso de
incorporación y aniquilamiento.

Maria Galindo.

RESUMO

Ao lançarmos o olhar sobre a trajetória dos movimentos lésbicos, podemos perceber os vãos históricos resultantes de uma herança simbólica de desvalorização do feminino, de exclusão das mulheres do campo público e da "ocultação" das relações afetivo-sexuais entre elas. Os movimentos lésbicos se configuram enquanto espaços de desconstrução da "mulher" como categoria unívoca e homogênea, denunciando práticas opressivas através da visibilidade política destas mulheres, interseccionando temas como gênero, raça e orientação sexual. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a dimensão formativa dos movimentos lésbicos na vida de suas militantes. Toma a experiência como constitutiva da subjetividade e parte do princípio que a subversão da estabilidade do discurso heteronormativo e patriarcal, promovida pelos movimentos lésbicos, possibilita uma rachadura no processo hegemônico de normalização dos sujeitos. O *corpus* foi constituído por cinco entrevistas narrativas individuais, com apoio de álbum fotográfico, com militantes de movimentos sociais lésbicos de Pernambuco. A escolha das entrevistadas priorizou o princípio da heterogeneidade: militantes de movimentos sociais lésbicos de Recife e região metropolitana, com diferentes idades, etnias, religiões e filiadas a distintos coletivos. Percebemos que o movimento lésbico em Pernambuco é marcado pela pluralidade de perspectivas políticas, teóricas, bandeiras e conflitos. O contexto histórico e as experiências de suas militantes forçam os coletivos a rearticularem seus discursos na tentativa, sempre inacabada, de subverter as diferenças e promover a emergência de demandas equivalenciais. Mesmo se ramificando a partir de temas como saúde, direitos humanos e LGBT, direitos sexuais e reprodutivos, raça e etnia entre outros, tem pontos de articulação, principalmente em torno do enfrentamento à violência de gênero (especialmente a lesbofobia) e da defesa da diversidade sexual. São férteis terrenos discursivos que possibilitam o encontro e desencontro de suas militantes, agindo sobre seus modos de ser, onde as experiências vivenciadas pelas lésbicas se configuram como processos de (re)significação de si.

Palavras-chave: Movimento lésbico. Experiência. Formação. Subjetividade.

ABSTRACT

As we look at the trajectory of the lesbian movements, we can perceive the historical spans resulting from a symbolic inheritance of the devaluation of the feminine, from the exclusion of women from the public field and from the "concealment" of affective-sexual relations between them. Lesbian movements are configured as spaces for the deconstruction of the "woman" as a univocal and homogeneous category, denouncing oppressive practices through the political visibility of these women, intersecting themes such as gender, race and sexual orientation. This research had as objective to analyze the formative dimension of the lesbian movements in the life of its militants. It takes experience as constitutive of subjectivity and it starts from the principle that the subversion of the stability of the heteronormative and patriarchal discourse, promoted by the lesbian movements, allows a crack in the hegemonic process of normalization of the subjects. The corpus was constituted by five individual narrative interviews, with photographic album support, with militants of lesbian social movements of Pernambuco. The choice of interviewees prioritized the principle of heterogeneity: militants of lesbian social movements of Recife and metropolitan region, with different ages, ethnicities, religions and affiliated to different groups. We perceive that the lesbian movement in Pernambuco is marked by the plurality of political, theoretical perspectives, flags and conflicts. The historical context and the experiences of its militants force the collectives to re-articulate their discourses in the always unfinished attempt to subvert differences and promote the emergence of equivalent demands. Although branching out from issues such as health, human rights and LGBT, sexual and reproductive rights, race and ethnicity, among others, there are points of articulation, mainly around the face of gender violence (especially lesbophobia) and the defense of diversity sexual. They are fertile discursive grounds that allow the encounter and mismatch of its militants, acting on their ways of being, where the experiences lived by the lesbians are configured as processes of (re) signification of self.

Keywords: Lesbian movement. Experience. Formation. Subjectivity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 LESBIANIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: A DIMENSÃO FORMATIVA DOS CONFLITOS, COALIZÕES E PLURALIDADE IDENTITÁRIA	19
2.1 O (NÃO) LUGAR DA MULHER LÉSBICA	20
2.2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E LÉSBICOS: ENTRE TENSÕES E NEGOCIAÇÕES.....	24
2.3 A POLIFONIA NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A NOÇÃO DE CAMPOS DISCURSIVOS DE AÇÃO	27
2.4 A IMPOSSIBILIDADE DE UNIDADE IDENTITÁRIA E A POLÍTICA DE COALIZAÇÕES	30
2.5 MOVIMENTOS LÉSBICOS, EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRODUÇÃO DE SI	36
2.6 AS (IM)POSSIBILIDADES LÉSBICAS	41
3 ENTRE IMAGENS E NARRATIVAS: OS CAMINHOS DA PESQUISA DE CAMPO	45
3.1 A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	47
3.2 CUIDADOS ÉTICOS	50
3.3 ENTREVISTA NARRATIVA: UMA FORMA DISCURSIVA DE CONSTRUÇÃO DOS FENÔMENOS SOCIAIS	51
3.4 FOTOGRAFIA COMO VETOR DE EXPERIÊNCIAS NA ENTREVISTA NARRATIVA.....	53
4 MOVIMENTOS LÉSBICOS EM PERNAMBUCO: AS TRAJETÓRIAS NÃO CONTADAS	55
4.1 CONHECENDO OS COLETIVOS LÉSBICOS	56
4.1.1 Grupo LUAS: Liberdade Afetiva Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.....	57
4.1.2 CANDACES: Coletivo Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas.....	62
4.1.3 COMLÉS PE: Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco	66
4.1.4 AMHOR: Articulação e Movimento Homossexual do Recife.....	69
4.1.5 Ocupe Sapatão	71
4.1.6 Ou Vai Ou Racha: Bloco Rachístico Carnavalesco	74
4.1.7 Movimento Gay Leões do Norte	78
4.2 COSTURANDO AS TRAJETÓRIAS: PODEMOS, ENFIM, FALAR DE UMA IDENTIDADE DOS MOVIMENTOS SÓCIAS LÉSBICOS EM PERNAMBUCO?.....	81
5 EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM COLETIVOS LÉSBICOS DE PERNAMBUCO	85
5.1 OS COLETIVOS LÉSBICOS, SUAS DIRETRIZES E PRÁTICAS FORMATIVAS	85
5.2 “SOMOS HEROÍNAS E GUERREIRAS NAS LUTAS PELOS DIREITOS LÉSBICOS”.....	90
5.3 MOVIMENTO LÉSBICO E SUAS INTERFACES COM O MOVIMENTO FEMINISTA.....	93
5.4 VISIBILIDADE LÉSBICA: “A BANDEIRA QUE NOS UNE”	96
5.5 AÇÕES COLETIVAS E PRODUÇÃO DE SI.....	104
5.6 MOSAICOS DE LUTAS	113

5.6.1 A.C.L. – Militante do Grupo LUAS.....	114
5.6.2 L.A.V. – Militante do Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco –COMLÉS.....	115
5.6.3 R.R. – Militante do Coletivo CANDACES	115
5.6.4 V.J.L. – Militante do Coletivo Ocupe Sapatão.....	116
6 (R)EXISTENCIAS LÉSBICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA.....	128
APÊNDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA	129
APÊNDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA COM APOIO FOTOGRÁFICO.....	130

1 INTRODUÇÃO

Eu sou definida como a outra em todos os grupos de que participo. A forasteira, tanto pela força como pela fraqueza.

Audre Lorde¹

Em uma sociedade de traços marcados pelo patriarcado e pelo heterocentrismo, falar sobre mulheres e, principalmente, sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres é um ato de transgressão – “substantivo feminino” – em dois sentidos, tanto violação de uma regra social hegemônica que supõe a submissão das mulheres ao homem e a uma lógica heterossexual, quanto de “transgredir”, de ir além das fronteiras, criar rachaduras em uma estrutura social rígida que tenta enquadrar as mulheres em padrões e modelos de comportamento social e sexual. Um dos agentes que lutam para a transformação da ordem hegemônica são os movimentos sociais. Locais de (re)significação política, de experiências formativas, espaços de produção e transformação de subjetividades. É esse universo que atravessa esta pesquisa, os movimentos sociais lésbicos² como vetor de formação de subjetividades de suas militantes.

Ao lançarmos um olhar sobre a trajetória do Movimento de Mulheres Lésbicas, podemos perceber os vãos históricos resultantes de uma herança simbólica de desvalorização do feminino e de exclusão das mulheres do campo público, assim como da “ocultação” das relações afetivo-sexuais entre elas. Tradicionalmente, tais relações permanecem na clandestinidade, sendo consideradas como fatos isolados, não ultrapassando a experiência íntima e privada das mulheres que se relacionam com outras mulheres. Repousando sobre a inibição de um status próprio da mulher, “a sociedade se torna o lugar do não reconhecimento

¹Audre Lorde foi uma escritora americana, negra, feminista e lésbica. Escreveu diversos romances que abordam temáticas feministas e versam sobre a opressão da mulher e da sua sexualidade. Também possui uma vasta obra poética, publicada a partir da década de 1960, em que aborda temas como amor, traição, sexualidade, raça, classe social e gênero. Suas poesias eram espaços de afirmação da sua lesbianidade e negritude. Audre Lorde faleceu em novembro de 1994, vítima de um câncer de mama. Tem como principais obras *The First Cities* (1968), *Erotic as Power* (1978), *The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House* (1984). Essa última foi um ensaio em que Lorde faz uma crítica ao racismo pungente nos feminismos, descrevendo-o como uma característica descendente do patriarcado. Fonte: <https://mulheresnahistoria.wordpress.com/2014/03/12/audre-lorde/>.

²A decisão por utilizar o termo lésbico decorre da compreensão que esse possui uma maior representatividade política dentro dos coletivos que compõem o campo desta pesquisa.

de um polo feminino, em que aquele que tem o monopólio das visibilidades tem o poder sobre o imaginário e, portanto, sobre a própria vida do pensamento” (BONNET, 2003, p.11).

Enquanto as relações entre mulheres são, geralmente, silenciadas, as relações afetivo-sexuais entre homens tornaram-se tema de interesse público a partir do século XIX, embora ainda tratadas, exclusivamente, como assunto íntimo e de âmbito privado. Para Navarro-Swain (2000), “o que não se fala, não existe”, sendo assim, se as mulheres que direcionam seu desejo sexual para outras mulheres não são nomeadas, não existem. Quando se define o que pode ser nomeado, ou o que deve se tornar um “segredo”, estão presentes relações de poder. Manter as relações mulher-mulher secretas e inomináveis é um mecanismo que busca a reiteração do patriarcado e da heteronormatividade.

Com o florescer da ciência positivista e um processo desenfreado de catalogação de comportamentos, as relações sociais (sexuais) passaram a ser alvo de estudos e categorizações a partir da construção de discursos sobre a sexualidade dos sujeitos, através de uma ciência sexual resultante de um fenômeno de supersaber cultural, social, científico e teórico da sexualidade (FOUCAULT, 2006). Desse modo, a relação mulher-mulher começa a ser discutida, especialmente, a partir da transição do século XIX para o século XX. Anterior a isso, as relações erótico-amorosas entre mulheres eram ignoradas, uma vez que, “qualquer prática sexual em que não houvesse um pênis envolvido não precisava despertar atenção, cuidado, ou sequer ser nomeada” (GOMIDE, 2007, p.410).

Sendo assim, a sexologia surge com o objetivo de criar uma ciência do desejo, evidenciando a ligação entre a ciência e a criação de verdades sobre os sexos e a sexualidade. Esse processo de descrição e rotulação dos desejos sexuais passa a definir, através de um catálogo de perversidades, as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Como resultado desse processo de patologização das homossexualidades, temos a repressão e as condenações sociais e jurídicas sofridas ao longo dos tempos pelas comunidades LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Toda a repressão sofrida acaba por influenciar, também, o ritmo da visibilidade das mulheres lésbicas, a partir da criação de subculturas homossexuais que emergem dentro de um contexto de categorização clínica das sexualidades. O trecho a seguir, escrito pelo sexólogo Havelock Ellis, no final do século XIX, ilustra bem esse contexto:

El carácter principal de una mujer invertida sexualmente es un cierto grado de masculinidad, los movimientos bruscos y enérgicos, la actitud y el andar, la mirada directa, las inflexiones de voz y, sobre todo, la manera de estar con un hombre, sin timidez ni audacia, son signos para un observador, de que ahí existe una anomalía psíquica subyacente (ALDARTE, 2006, p. 09).

No imaginário popular da sociedade ocidental contemporânea, ainda persistem algumas características atribuídas à mulher lésbica do final do século XIX, além da diferenciação de dois tipos de lésbicas: 1. as "lesbianas³ congênicas", que apresentam um estereótipo masculinizado, e 2. as "pseudolésbicas", que, em algum momento, podem ter sido heterossexuais e mantêm o aspecto físico e comportamento de uma mulher "feminina" e heterossexual (ALDARTE, 2006).

Apesar da categorização patológica das lesbianidades, já é possível perceber o caráter transgressor da mulher lésbica no que tange às expectativas socialmente construídas sobre a mulher. A lésbica é aquela que não corresponde ao que se estabelece como regra para o seu gênero, ou seja: atuar como esposa, mãe, cuidadora dentro de uma relação heterossexual. Além disso, o estereótipo do "masculino" atrelado à mulher lésbica também se configura como uma estratégia de desqualificação do feminino, sob a justificativa de que as mulheres lésbicas buscam desempenhar papéis caracterizados como masculinos, sejam eles sexuais ou sociais, ou seja, o lugar de referência representacional continua sendo o masculino.

Por outro lado, percebemos um movimento de disputa discursiva em torno do significado de mulher lésbica, na tentativa de desmistificar uma série de estereótipos atrelados à ideia de lesbianidade. Entre os acontecimentos desta época, a expansão das ideias sobre as diversas formas de amar (final do século XX) contribuiu para a estruturação de um movimento coletivo de mulheres que impulsionou o processo de (re)significação das lesbianidades. De acordo com Navarro-Swain (2003), nesse período, os movimentos de mulheres e feministas se configuraram enquanto espaços de desconstrução discursiva da "mulher" como categoria unívoca e homogênea, denunciando as práticas opressivas através da visibilidade política das mulheres, transversalizando temas como gênero, raça e orientação sexual. Pode-se dizer que são nesses espaços de produção de contradiscursos sobre mulheres e homens que começam a ser construídas as bases epistemológicas e políticas que contribuiriam para formação do movimento de mulheres lésbicas, sendo fundamental, nesse processo, as reflexões teóricas sobre gênero (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003) e os binarismos de organização social (DERRIDA, 1991) – homem/mulher, razão/emoção, força/sensibilidade, administração/cuidado –, assim como a compreensão da sexualidade como dispositivo de poder (FOUCAULT, 1987;1988; BUTLER, 1999). Também é importante salientar que a

³O termo *lesbiana* é fruto de uma reflexão feita por algumas autoras (NAVARRO-SWAIN, 2000/2002; BONNET, 2003; LESSA, 2007) sobre o processo de patologização da homossexualidade feminina, como explicado na página 17.

troca de experiências como estratégia pedagógica de articulação política e social das mulheres interveio na maneira de se pensar sobre a relação mulher-mulher.

Como sabemos, uma pesquisa envolve várias etapas, entre elas um processo de busca da literatura disponível sobre o tema que se pretende abordar. Em nossa cultura, herdamos uma ordem simbólica que tenta excluir o feminino do campo social a partir de um processo de desvalorização da mulher e inibição de sua sexualidade, o que promove a relação mulher-mulher a um status de ininteligibilidade e invisibilidade. Ao darmos o passo inicial para construção deste estudo, a invisibilidade das relações lésbicas ficou mais evidente pela pouca literatura publicada sobre o tema.

No campo de estudo dos movimentos sociais, que evidenciam temas complexos, como a lesbianidade, e abrem espaço para a construção de pesquisas voltadas à experiência de mulheres e militantes lésbicas, não encontramos trabalhos que façam referência à constituição dos movimentos lésbicos no Brasil. Os que localizamos (NAVARRO-SWAIN, 2003; ALDARTE, 2006; CASTELLANOS, 2011; MALINOVWITZ, 2013), geralmente, se restringem a um panorama geral da América Latina. Estudos sobre as experiências de movimentos lésbicos em Pernambuco, igualmente, não foram encontrados. Essas lacunas históricas são um desafio e, ao mesmo tempo, um estímulo para nosso trabalho. Esta pesquisa se mostra como possibilidade de evidenciar e problematizar as dimensões que envolvem a construção do movimento lésbico em Recife, desde seus aspectos fundadores até as experiências formativas vivenciadas por suas militantes.

Tendo como base um panorama geral sobre a configuração dos movimentos lésbicos, ou seja, sua trajetória no contexto da América Latina e Brasil (NAVARRO-SWAIN 2000/2003; ALDARTE 2006; CASTELLANOS 2011), encontramos a constituição de um movimento circunstancialmente atrelado ao movimento feminista e de mulheres, ligados através de laços de solidariedade e tensão. Os feminismos, através de suas ações e pluralidade teórica, possibilitaram questionamentos acerca dos modelos totalizantes vigentes sobre o feminino, a partir de uma desconstrução discursiva da categoria *mulher*, principalmente, através da aproximação, por volta da década de 1970, com os *estudosqueers*, o que impulsionou a problematização das políticas identitárias – uma dimensão extremamente cara para o movimento feminista. Tal encontro se mostra como um momento de disputa em que, ao mesmo tempo que evidencia uma pulverização do conceito de identidade, também provoca um processo de teorização crítica a partir de coalisões. Segundo Malinowitz (2013), no momento em que a escrita feminista passa a fazer intersecções entre raça, gênero e

sexualidade se torna possível um reposicionamento da mulher lésbica nos discursos sobre sexualidade, a partir da desestabilização da categoria mulher.

É fato que as mulheres lésbicas atuaram na construção do movimento de mulheres e do movimento feminista, juntamente com as heterossexuais, se solidarizando, por ambas buscarem a desconstrução de metanarrativas sobre a mulher que enfatizam um sujeito sem status próprio, em uma permanente relação de reflexo dos homens (BONNET, 2003). Mas essa atuação conjunta – mulheres heterossexuais e lésbicas – também gerou tensão a partir da problematização da invisibilidade dada à participação das mulheres lésbicas, não apenas no interior dos movimentos, mas também nas práticas e intervenções públicas. Como evidenciado por Navarro-Swain (2002), o reconhecimento faz-se ao preço da negação da alteridade, ou mais exatamente da redução da alteridade ao específico, reconduzindo à equivalência dos sexos. Nesse contexto, a afirmação de uma identidade lésbica se torna mecanismo de diferenciação e empoderamento, que tem como dimensão estruturante as vivências histórico-culturais experienciadas pelas mulheres lésbicas dentro e fora dos espaços institucionais de construção política. Essas representações não se constituem somente enquanto expressões de uma orientação sexual, mas também como uma prática política, e, muito embora a trajetória histórica das lesbianidades tenha sido inscrita na clandestinidade, perpassada pela invisibilidade e subordinada a uma produção discursiva que carrega os traços de uma sociedade heterocentrista⁴, as experiências vivenciadas por boa parte das lésbicas possibilitou a construção de esquemas de atuação política e pedagógica, voltados para um (re)investimento na lesbianidade enquanto uma estratégia de enfrentamento do poder patriarcal e falocêntrico.

Os movimentos lésbicos são contextos constituintes dos modos de ser de suas militantes, em que as experiências vivenciadas pelas lésbicas se configuram como meio discursivo de (re)significação de si. Esta pesquisa lança seu olhar sobre a dimensão formativa dos movimentos lésbicos na vida de suas militantes. Toma a experiência como constitutiva da subjetividade (LARROSA, 1994; 2011) e parte do princípio que a subversão da estabilidade do discurso heteronormativo e patriarcal, promovida pelos movimentos lésbicos, possibilita uma rachadura no processo hegemônico de normalização dos sujeitos, centrado em um modelo universal de mulher e de feminilidade, por vezes utilizado, também, em espaços de resistência, como nos movimentos feministas.

⁴Uma sociedade fixada em um modelo de heterossexualidade como regra universal e obrigatória, cuja completude e perfeição se manifestam e se centralizam no masculino (RICH, 2010).

Para Mutzenberg (2011), os movimentos sociais emergem enquanto espaços possíveis para a construção de um processo de (re)significação dos agentes sociais que, através de suas ações, reconfiguram sentidos já fixados construindo outros sentidos por meio da articulação daquilo que escapa ao discurso hegemônico. Ou seja, o processo de reflexão, debate e interação das mulheres lésbicas no interior desses movimentos possibilita o desenvolvimento do próprio movimento lésbico, assim como a inserção dessas mulheres em um processo de (re)significação de suas existências.

Os movimentos lésbicos se tornam, portanto, espaços de produção das subjetividades das militantes lésbicas, tendo como dimensão constituinte desse processo de subjetivação a singularidade das experiências vivenciadas, ou seja, os coletivos lésbicos atuam como dispositivos pedagógicos (LARROSA, 1994) que constroem e mediam a experiência de si dessas mulheres.

Nesse contexto, esta pesquisa se propõe a analisar a dimensão formativa de movimentos sociais lésbicos na constituição das subjetividades de suas militantes. Esse objetivo geral envolve três objetivos específicos: 1) elaborar um delineamento dos diferentes movimentos lésbicos em Recife, suas vertentes e constituições; 2) conhecer as práticas desenvolvidas pelos coletivos lésbicos para formação de suas militantes; 3) refletir sobre a influência dessas práticas enquanto mecanismos de formação e construção subjetivas de suas militantes.

Sendo assim, os questionamentos que perpassam a pesquisa são: quais são os coletivos lésbicos atuantes na cidade do Recife? Como se constituem esses coletivos? Quais os temas em disputa e como estes se articulam e/ou se diferenciam das bandeiras tradicionais dos movimentos feministas? Tais questionamentos se transversalizam para a elaboração das perguntas centrais da pesquisa: quais as experiências desenvolvidas por esses coletivos para a formação de suas militantes? E como essas experiências atuam na constituição das subjetividades das militantes dos movimentos lésbicos em Recife-PE?

A construção do arcabouço teórico desta pesquisa foi baseada nos fundamentos, nos conceitos de experiência propostos por Larrosa(2011), nas discussões pós-estruturalistas (SCOTT, 1995; BUTLER,2003; 1998; MARIANO, 2005) sobre gênero e sexualidade em diálogo com a Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015). Sendo assim, entendemos gênero como uma categoria de análise, uma ferramenta conceitual, política e pedagógica que contribui para a construção de projetos e formas de organização social, correlacionada aos discursos construídos sobre sexo e desejo (SCOTT, 1995). A construção da identidade sexual e de gênero é um processo que incorpora significados implicados nas

normas sociais e culturais de uma determinada sociedade e época histórica, na qual, geralmente, se estabelece relações de correspondência entre sexo biológico (macho e fêmea) e estilos de gênero (masculino e feminino), em que os que escapam a essas concordâncias acabam por se tornar seres ininteligíveis e abjetos. A esse processo de normalização Butler (2002) denomina de *hegemonia heterossexual*.

A identidade sexual é dimensão central no processo de formação das lésbicas nos movimentos sociais, que atuam na reconstrução da identidade lésbica como mecanismo de resistência à dominação heterocentrista. Nesta pesquisa, a identidade é entendida como algo provisório, que não tem uma essência, é ambígua e relativa (HALL, 2004). Desse modo, incentivar a ideia de uma identidade fixa e universal pode marginalizar as mulheres que sentem atração por outras mulheres, mas não se encaixam em uma “etiqueta” lésbica pré-definida ou, igualmente, pode ser uma tentativa de controlar as fronteiras de significação do que é normal ou desviante dentro das relações lésbicas, tomando como sexualidade referencial ainda a heterossexual.

Laclau e Mouffe (2015) fazem uma crítica ao discurso do universal, utilizando conceitos como *deslocamento* ou *pluralidade de centros de poder*, que ajudam a compreender as disputas discursivas em torno do ser mulher, ser homossexual, ser lésbica que se estabelecem entre o movimento lésbico e movimento feminista, no interior dos movimentos LGBT e no âmbito do próprio movimento lésbico. Nesse processo de complexas disputas e articulações, podemos entender os movimentos lésbicos enquanto dispositivos pedagógicos, ou seja, um lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. “Um lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo” (LARROSA, 1994, p. 54). Nesse espaço de experiência, entre outros, a militante lésbica constitui seu modo de ser e existir de maneira sempre singular e contingente.

Esta pesquisa possui variantes teóricas que se cruzam no caminho para construção do objetivo central, tornando-a não somente um estudo sobre a formação da subjetividade de militantes lésbicas, mas uma reflexão importante e necessária sobre aspectos que perpassam a configuração dos coletivos lésbicos enquanto espaços de resistência capazes de produzir discursos sobre as lesbianidades, rompendo com a lógica da heterossexualidade enquanto norma geral. Ao perceber a experiência da militante lésbica como dimensão formativa dessa subjetividade subversiva, a possibilidade de formação e transformação desta pesquisadora se evidenciou, principalmente a partir da produção de um conhecimento que toca e afeta, uma vez que as experiências e narrativas que foram vivenciadas tem a potencialidade de deslocar

significados através de uma relação reflexiva, delineada pela própria perspectiva teórica utilizada nesta pesquisa.

A estrutura de construção dos capítulos desta dissertação tem como direcionamento um processo cíclico de compreensão, que envolve o diálogo entre os pressupostos teóricos, o problema e o *corpus* da pesquisa, visando reiterar o caráter constitutivo da experiência de si das mulheres lésbicas no âmbito dos movimentos sociais.

Sendo assim, o primeiro capítulo está dividido em seções que têm como objetivo articular temáticas constituintes do eixo de argumentação desta pesquisa – experiência formativas, subjetividades lésbicas e movimentos sociais –, transversalizando com os estudos de gênero (SCOTT, 1996; BUTLER, 1999;2002; 2014). Assim, foi desenvolvida uma contextualização do processo de (in)visibilização das mulheres lésbicas considerando as dimensões histórica e social que atravessam a constituição das lesbianidades na sociedade (BONNET, 2003). Além de observar a emergência de uma identidade política lésbica a partir das tensões e aproximações entre os movimentos feministas e os movimentos lésbicos, considerando as especificidades e complexidades de cada mo(vi)mento (NAVARRO-SWAIN, 2002; 2010). Esse capítulo traz ainda algumas problematizações sobre a impossibilidade de fundação de uma identidade lésbica constituída e única, a partir de um horizonte conceitual trabalhado pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015). Finalizado com uma breve apresentação das autoras/atores e conceitos utilizados para melhor compreender e construir o *corpus* desta pesquisa.

Já no segundo capítulo, apresento o delineamento metodológico desta pesquisa com base em uma orientação qualitativa, ou seja, uma perspectiva que possibilita uma investigação criativa e explicativa, que considera a pluralidade do campo social. Primeiro trago as contribuições da abordagem pós-estruturalista na construção de um conhecimento problematizado e atravessado pelos diversos condicionantes sociais e políticos no desenvolvimento de pesquisas em educação, com ênfase para as indicações de uma pesquisa orientada ao problema (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Em seguida, passamos à construção do *corpus* (BAUER; AARTS, 2002), constituído a partir da realização de entrevistas narrativas com a utilização de fotografias como potencializador da memória das participantes.

O terceiro capítulo é dedicado ao delineamento da constituição dos movimentos lésbicos na Região Metropolitana do Recife, através de uma breve contextualização da história e diretrizes dos coletivos, a partir de informações fornecidas com a realização de entrevistas exploratórias. Sendo assim, foram localizados seis grupos/coletivos que atuam a partir das demandas lésbicas e um grupo que atua na defesa dos direitos da população LGBT

e possui uma diretoria lésbica. Propomo-nos ainda, neste momento, conhecer os grupos/coletivos lésbicos a fim de compreender como estes constroem, através de suas práticas militantes, um espaço de politização das existências lésbicas.

No quarto capítulo desta dissertação, destacamos as práticas formativas desenvolvidas pelos grupos/coletivos lésbicos que atuam na região metropolitana do Recife, a partir das experiências narradas pelas militantes lésbicas que participaram desta pesquisa. Observamos as estratégias utilizadas pelos grupos/coletivos que se constituem enquanto mecanismos de subjetivação das lesbianidades. Ainda nesse capítulo, damos destaque a fotografias disponibilizadas pelas militantes durante as entrevistas e seus relatos sobre os eventos retratados nas mesmas.

O interesse em construir esta pesquisa surgiu especificamente de angústias vivenciadas durante a militância em um movimento social de juventude, no qual estive diretamente envolvida no processo de construção de uma frente de luta pelos direitos de LGBT. Nesse processo, tive a oportunidade de me aproximar de alguns grupos LGBT, que levantavam diversas bandeiras em defesa dos direitos civis e sexuais de seus segmentos, no entanto, havia uma hierarquia de demandas e até mesmo um grau de importância que separava cada segmento, que apesar de estarem inscritos em uma dinâmica de integração, eram as especificidades que emergiam. Inicialmente, esse era o meu objeto de estudo – os movimentos sociais LGBT –, mas, ao refletirmos sobre a proposta inicial, percebemos o quanto se subjugavam as demandas lésbicas nos coletivos LGBT, a forma como, por vezes, as mulheres lésbicas ocupavam um lugar ininteligível nesses espaços e, muitas vezes, nos movimentos feministas. O que vivenciei enquanto militante lésbica em um coletivo "homossexual" foi reflexo de uma sociedade machista, patriarcal e heteronormativa, que atravessa os diversos espaços sociais, mesmo os de resistência, e reproduz um fenômeno de normalização de um modelo masculino, mesmo dentro do movimento LGBT. Então, as inquietações emergiram: quais são de fato os espaços de constituição do sujeito político lésbico? Qual o local possível de experiência de uma lesbianidade capaz de possibilitar a construção de sentidos outros sobre gênero e sexualidade? Estudar os movimentos lésbicos enquanto espaços formativos é o caminho que estou construindo a fim de inscrever reflexões sobre a existência da mulher lésbica.

2 LESBIANIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS: A DIMENSÃO FORMATIVA DOS CONFLITOS, COALIZÕES E PLURALIDADE IDENTITÁRIA

O que vem é ventre
 O que segue e não há mancha
 O que sente, o que carrega
 Os pêlos que eriça
 A água que expele
 O sentido, o movimento
 Esse corpo dança.

Mulher amada,
 Mulher adorada,
 Mulher também odiada
 Esse corpo o qual retorces
 Esse corpo o qual encaixas

Esse corpo que olhas, que percebes:
 É traço do que somos
 É um pouco do que é meu,
 É um pouco do que é nosso
 É o que veste;

O que
 nos
 une.

Renata Pires

Este capítulo apresenta a construção dos conceitos norteadores desta pesquisa. Desenhamos um percurso teórico-conceitual a partir da contextualização da (in)visibilização das relações afetivo-sexuais entre mulheres. Enfatizamos a ordem simbólica que manteve uma ocultação do feminino e a tentativa de apagamento das lesbianidades do processo de constituição da sociedade, na qual a via utilizada para legitimar o (não)lugar da existência lésbica foi a da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), que coloca a lesbianidade como um desvio da orientação biológica e, conseqüentemente, produz a marginalização da mulher lésbica. Destacamos, ainda, as demandas sociais levantadas pelos movimentos lésbicos e, especialmente, o papel das experiências formativas no interior desses movimentos e na constituição de si das militantes.

2.1 O (NÃO) LUGAR DA MULHER LÉSBICA

Percorrer a trajetória de construção simbólica da mulher lésbica é escavar o discurso tradicional heterocêntrico, que, ao longo dos tempos, vem formulando e disseminando verdades sobre a sexualidade a partir de um modelo binário (homem/mulher) e da pressuposição de uma relação unívoca entre sexo biológico e gênero.

Além de produzir um referencial de significações sociais para os papéis sexuais a serem desempenhados por homens e mulheres baseados em uma lógica heterossexual, os discursos hegemônicos sobre as práticas sexuais encontram uma base de estruturação em um processo de invisibilização do feminino nos espaços sociais, uma vez que a ordem social, estando atrelada a uma ordem patriarcal, supervaloriza o masculino e desqualifica o feminino, nesse contexto, a relação mulher-mulher acaba por ser relegada a posição de abjeto, sendo relacionada ao profano, ao doentio, já que as lésbicas não se enquadram na tipificação da relação heterossexual centrada no masculino.

A sociedade ocidental tem suas bases culturais e sociais construídas a partir dessa ocultação do feminino, desde suas representações no mundo cristão – em que é a relação Pai-Filho que está no centro do divino – até o sistema de integração política – que mesmo possuindo uma legislação igualitária, às mulheres não é concedido um peso equivalente ao dos homens (BONNET, 2003). A inibição do feminino submeteu a existência da mulher às margens simbólicas – incluindo a sua sexualidade – em que a relação mulher-mulher permaneceu como um fato isolado, uma experiência intersubjetiva, desse modo, as lésbicas acabaram por serem invisibilizadas nos contextos sociais.

De acordo com Navarro-Swain (2000), durante muito tempo a relação afetivo-sexual entre mulheres permaneceu na clandestinidade, sem ao menos ser nomeada. O processo de caracterização da homossexualidade feminina surgiu através do trabalho de classificação das perversões sexuais feita por médicos em meados do século XIX para fins criminalísticos. A partir da patologização/criminalização da sexualidade compreendida como anormal/desviante, as práticas sexuais que escapavam à lógica hegemônica heterossexual eram catalogadas para que fosse possível um reagrupamento dos indivíduos e o tratamento dos sexos desviantes.

Vai-se, a partir de então, buscar sobre os corpos dos/as homossexuais e em suas biografias, os signos de intersexualidade, de mistura ou inversão de caracteres definidores de mulheres e homens [...] Estas características conduziram também a distinguir os "verdadeiros" invertidos dos falsos, a homossexualidade "verdadeira" e a homossexualidade ocasional (PERRIN; CHETICUTI, 2002, p.03).

Ainda de acordo com manuais da época, a palavra lésbica aparece vinculada a uma inversão sexual:

Un temperamento activo, valente, creador, bastante resuelto, no demaseado emocional; amante de la vida al aire libre, de la ciencia, la política o hasta de los negocios; buena organizadora y complacida con los puestos de responsabilidad... Su cuerpo es perfectamente femenino, aunque su naturaleza interna es en gran medida maculina [...] El carácter principal de una mujer invertida sexualmente es un cierto grado de masculinidad, los movimientos bruscos y enérgicos, la actitud y el andar, la mirada directa, audacia, son signos para un observador prevenido, de que ahí existe una anormalidad psíquica subyacente (ALDARTE, 2006, p.5)

Com o discurso patológico e totalizador das representações psicomédicas sobre a homossexualidade feminina, as relações mulher-mulher foram interpretadas nos moldes patriarcais e a mulher lésbica percebida como aquela que tenta imitar o homem, uma vez que as definições da sexualidade ainda estavam correlacionadas ao sexo biológico naturalizado e hierarquizado, concebidos como homem e mulher. Através da polarização dos sexos se instituiu um processo de coerção normativa limitada pelos discursos hegemônicos sobre sexualidade.

A formação de grades fechadas de significantes delimitou as práticas sexuais, tendo como modelo as relações heterossexuais e a valorização do masculino. Logo, as definições de lésbica ficaram sempre atreladas ao sistema binário dos sexos (homem-mulher) e, por não se apropriarem de atributos estabelecidos como femininos, as lésbicas passam a ser percebidas como aquelas que encenam os modos de representação masculina.

Se trata al lesbianismo como enfermedad mental; la transgresión de las expectativas que se tenían socialmente sobre una mujer, la mujer que no respondía a lo que se esperaba de su género, esposa, madre, cuidadora, era inimediatamente definida como lésbica (ALDARTE, 2006, p.5).

Assim, nesse contexto, encontramos uma continuidade discursiva que posiciona a mulher lésbica em um lugar abjeto, reforçando sua invisibilização.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a realidade é construída socialmente e historicamente através de um sistema discursivo que produz sentidos e interpretações de mundo e, conseqüentemente, das relações humanas. Sendo assim, a produção discursiva sobre os sexos, em contextos historicamente limitados pela lógica binária e patriarcal, mantém dentro do universo da heterossexualidade hegemônica as práticas sexuais entendidas como naturais, limitando simbolicamente as identidades sexuais e naturalizando as diferenças sexuais.

[...] os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade. Estes discursos falam sobre nós e alegam dizer a verdade num campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se, no tocante a nós, pudessem existir signos politicamente insignificantes. Estes discursos da heterossexualidade oprimem-nos no sentido em que nos impedem de falar a menos que falemos nos termos deles (SELEM, 2007, p. 50).

É a partir dessa reflexão da apropriação e da fragmentação discursiva de um corpo materializado e naturalizado que se pauta a invisibilização, criminalização e patologização das sexualidades que se desviam do modelo heterossexual. Desse modo, a fim de positivar os significantes, é que a palavra lesbianismo vem sendo substituída por lesbianidade ou lésbica/lesbiana, pois, “dar nome é dar vida e existência [...]” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.19).

Numa tentativa de problematizar e denunciar o apagamento da existência lésbica de grande parte da literatura acadêmica/feminista, a autora Adrienne Rich escreveu artigos e poesias que assumiam explicitamente sua dimensão social e política. Rich (2010) desenvolve a ideia de heterossexualidade compulsória enquanto categoria a ser considerada nas análises das relações sociais e propõe a heterossexualidade enquanto instituição política que retira o poder das mulheres através da naturalização dos sexos, da exclusão e do confinamento do feminino como oposto e complemento do masculino.

A heterossexualidade é, da mesma forma, politicamente compulsória, o que significa um intenso processo de convencimento cultural em políticas familiares e educacionais ou a imposição pela coerção de normas de submissão e devoção ao masculino, construindo-o de forma imperiosa como definidor da divisão do trabalho, remuneração e importância social (NAVARRO-SWAIN, 2010, p.47).

Não seria possível pensar a invisibilidade histórica das lésbicas desvinculada do processo de materialização do corpo feminino e da naturalização da sexualidade a partir de uma lógica binária, uma vez que são os processos de significação do feminino e de suas funções pautadas na heterossexualidade que dão suporte às exclusões que estão baseadas nas diferenças sexuais. Mas, é também a partir dessas reflexões que podemos questionar o lugar das categorizações emergentes em determinados contextos provenientes de diferentes interpretações, considerando quais conceitos podem ser (re)significados e positivados, ou seja, as definições que atravessam as lésbicas por vezes escapam do esquema binário homem-mulher. É nesse sentido que Navarro-Swain (2000) questiona: amor ou sexo, qual desses itens

define a lesbianidade? Ou mesmo, o que é ser lésbica? Um sentimento ou a prática de uma certa sexualidade?

De acordo com Bonnet (2003), as designações utilizadas para caracterizar a mulher lésbica, que se mantiveram até meados do século XIX, vêm do termo grego *tríbadés*, que significa roçar, e partem de um referencial da heterossexualidade enquanto norma e modo de regulação social, pertencente à arte de produzir julgamentos (FOUCAULT, 1987).

O processo de normalização regula os sentidos de gênero, como ressalta Butler (2014), os discursos regulatórios se constituem em instrumentos legais pelos quais as pessoas são classificadas, mas para ser regulado não é suficiente que o gênero seja pressionado por uma força externa, ele tem seu próprio regime regulador e disciplinar:

Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes "masculino" e "feminina" é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2014, p.253).

Compreender como as regulações de gênero operam no sentido de construir condições de inteligibilidade é fundamental para a reflexão sobre o processo de invisibilização das lesbianidades no imaginário simbólico social, uma vez que essa regulação interfere diretamente na idealização das performances de gênero e de sexualidade. A utilização da categoria *gênero* é um dos pilares no processo de construção das teorias feministas, que, por vezes, pretendem defender a representatividade da “mulher” enquanto sujeito político ainda interligado a um paradigma heterossexual. Nesse sentido, tal representatividade acaba por ser construída a partir de um modelo fixo e universal de mulher. Segundo Butler (2003), o feminismo constrói uma concepção de sujeito específico, sendo assim excludente, desse modo, sempre haverá um sujeito subjugado, que está "fora" do representável.

No entanto, vale ressaltar que o conceito de gênero, na medida em que vem ganhando importância nas últimas décadas, atrelado principalmente às reflexões acerca dos processos reguladores e normatizadores de assujeitamento dos indivíduos “dissidentes”, tem

possibilitado a problematização da relação entre sexo, identidade, gênero e política. Para Butler:

[...] a ideia de "gênero" estava potencialmente carregada de uma teoria positiva da ação política, teoria que procura entender a maneira com que sujeitos lidam com normas, subvertem tais normas, encontram espaços de singularidade produzindo novas formas (BUTLER, 2015, p. 174).

Essa inflexão fornece aos movimentos lésbicos a possibilidade de construir uma discussão crítica sobre qual o lugar da lesbianidade dentro dos movimentos feministas, uma vez que, durante a trajetória de construção da teoria feminista – que partilha os princípios dos movimentos feministas –, a experiência lésbica se caracterizou como o “fora”, o não representável. O distanciamento das questões lésbicas – embora a opressão da sexualidade das mulheres lésbicas esteja relacionada ao patriarcado – esteve ligado a alguns princípios, principalmente identitários, baseados em considerações hegemônicas sobre a experiência de ser mulher e de ser mulher feminista. Os movimentos lésbicos fazem emergir a transversalização no campo feminista e de gênero, contribuindo de forma substantiva para a (re)significação da mulher lésbica, na medida em que se propõem espaços de problematização dessa relação entre feminismos e lesbianidades, assim como possibilitam o deslocamento da experiência lésbica de um discurso da diferença como designação negativa para um mecanismo de legitimidade e reconhecimento (SOARES; COSTA, 2011).

2.2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E LÉSBICOS: ENTRE TENSÕES E NEGOCIAÇÕES

Com o desenvolvimento do debate sobre a sexualidade feminina, principalmente instaurada com os movimentos feministas, algumas linhas de “interpretação” sobre lesbianidades foram galgando espaço dentro desses movimentos. Uma arena de conflitos e de coalizões foi se formando, e a resistência lésbica passou a ensaiar novas formas de atuação social e política direcionadas para as demandas específicas de suas militantes.

Embora se perceba uma negligência com a existência lésbica, em relação tanto ao reconhecimento de suas identidades dentro do movimento feminista, quanto no que se refere à produção textual sobre o tema – mesmo dentro da teoria feminista –, a conexão entre esses dois movimentos, o feminista e o lésbico, é fato. É importante, portanto, problematizar essa relação, como um esforço para ampliar o debate constitutivo dos feminismos para além da

desigualdade de gênero, na tentativa de integrar a discussão sobre a heterossexualidade como mecanismo político de confinamento das mulheres e de suas sexualidades.

Para melhor compreender como se estabeleceram as relações entre o “movimento feminista” e os “outros” movimentos de mulheres, é preciso fazer um breve resgate acerca dos eixos discursivos norteadores da constituição dos feminismos. Nesse sentido, Alvarez (2014) ressalta que existiria certo “mito de origem” sobre o momento em que o feminismo passa a ser entendido como “um movimento social de verdade”, em que “as feministas fundadoras se mobilizavam, se moviam, muito” (p.21). Esse momento está relacionado ao processo de luta pela redemocratização do Brasil, no qual as mulheres, feministas, estavam ligadas ao processo de resistência e, por vezes, na luta armada, contra a ditadura militar.

O mito de origem também sustenta que as feministas daquele período, todas, se organizavam em coletivos autônomos, autossustentados em base de trabalho voluntário, e se manifestavam regularmente nas ruas pelo fim da subordinação da mulher, pelo fim da ditadura militar, pela anistia e direitos humanos, pelo direito ao aborto, etc. (ALVAREZ, 2014, p.21).

É a partir dessa compreensão que os feminismos foram se constituindo nas décadas de 70 e 80, pautados em uma representação de uma autonomia que era utilizada para diferenciar “as feministas de verdade” e as “outras” mulheres que atuavam enquanto ativistas em diversas frentes de luta, delimitando, assim, o feminismo em relação ao seu “exterior constitutivo” (ALVAREZ, 2014), ou seja, as demais arenas de conflito em que as mulheres estavam inseridas na luta por uma hegemonia política. Ainda nesse período,

[...] a dicotomia “luta geral-militância política” versus “luta específica-militância autônoma” figurava um componente antagônico, porém central da gramática política compartilhada que articulava o incipiente campo feminista naquele primeiro momento, esses binômios também foram alvo de disputa contínua conformando o que vou chamar de um conflito constitutivo desse campo nos anos 70 e 80 (ALVAREZ, 2014, p. 23).

Esse conflito constitutivo está presente desde o primeiro momento de articulação de lutas no feminismo, tanto nacional quanto transnacional, o que é percebido através dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe.

Desde o início, os Encontros foram marcados por confrontos acirrados entre “feministas” e “políticas” e disputas homéricas sobre se as mulheres populares, negras, lésbicas, e outras “outras” podiam ou deviam ser consideradas “verdadeiras” feministas. Mas a dobradinha “luta específica-militância autônoma” ganhou clara

hegemonia na disputa constitutiva no campo feminista naquele primeiro momento (ALVAREZ, 2014, p. 22).

Um dos resultados dessa disputa hegemônica foi a constituição de um sujeito do feminismo, pautado principalmente a partir do pensamento liberal de um sujeito homogêneo, universal, livre, racional e autônomo. Essa noção de sujeito está baseada na hierarquização dos sexos, principalmente na dicotomia masculino/feminino, em que o masculino/homem é a representação referencial e o feminino/mulher é o “outro”. Embora essa concepção de sujeito universal estivesse presente durante muito tempo na forma como o feminismo construiu a categoria mulher, algumas pensadoras feministas passaram a problematizar a insuficiência desse sujeito universal e homogêneo, utilizando contribuições do marxismo e sua problematização para pensar o sujeito para além da categoria de classe social e, posteriormente, também, o pós-estruturalismo, para construir críticas direcionadas para a reflexão da constituição do sujeito a partir de suas diversas posições, considerando que estas são plurais, contraditórias e contingentes, dessa forma, provocando o descentramento do sujeito, reconhecendo que “o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA, 2000 apud MARIANO 2005, p. 486).

Problematizar o sujeito do feminismo contribuiu para a desconstrução de um conceito de gênero, expondo suas limitações e provocando um desmonte interno de uma lógica de categorias baseadas nas diferenças sexuais e na constituição de uma identidade reduzida e universalizante, possibilitando o rompimento de esquemas hierárquicos fundamentados em binarismos que colocam o masculino como universal e o feminino como seu complemento, observando que o heterossexismo está presente nessas construções de gênero, que, por vezes, são utilizadas pelo feminismo a fim de criar uma unidade em torno do que é ser mulher e uma estabilidade entre sexo, gênero e desejo (MARIANO, 2005).

As “outras” mulheres militantes seguiram atuando nos movimentos – feministas, de mulheres, ou partidários –, se apropriando e ressignificando os discursos feministas. Foi nesse contexto que as mulheres lésbicas passaram a atuar, no sentido de refutar a estabilidade normativa da heterossexualidade – que é sempre pressuposta –, na tentativa de subverter as identidades e reelaborar a unidade mulher.

Segundo Navarro-Swain (2002), a questão das lesbianidades esteve presente no desenvolvimento dos movimentos feministas, especialmente a partir do feminismo radical nos EUA e na Europa na década de 1970, em que a defesa da livre sexualidade feminina e a

crítica aos mecanismos de controle dos corpos das mulheres – que emergiu principalmente dos movimentos hippie e de liberação sexual – provocou uma mudança de comportamento afetivo e sexual e possibilitou o questionamento, por exemplo, da função biológica feminina da maternidade, a partir de uma crítica sobre a naturalização das relações sociais e da essencialização dos sexos, impulsionando a construção de um movimento lésbico-feminista que surge com maior força e mais visibilidade no século XXI.

Podemos, então, considerar que o surgimento do movimento lésbico-feminista se estabelece com centralidade na afirmação identitária, uma vez que foi, a partir da reconstrução da identidade lésbica, dentro do processo de engajamento nas lutas políticas e ideológicas no interior dos feminismos, que foi possível a positivação da palavra lésbica a fim de nomear as relações afetivo-sexuais entre mulheres, retirando-se o seu caráter médico e aproximando-a de um universal.

Segundo essa nova perspectiva, o lesbianismo não foi mais visto como um comportamento sexual patológico estigmatizado socialmente, mas como uma forma de resistência à dominação patriarcal, uma realização dos ideais feministas de independência e de autonomia em relação aos homens, uma rejeição dos papéis sociais impostos, acompanhada de uma busca pela autenticidade (CHAMBERLAND, 2002, p.03).

O processo de reconfiguração de um movimento feminista radical possibilitou uma formação de um movimento lésbico-feminista que sacudiu os modelos totalitários e evidenciou o perigo da padronização, no qual a afirmação de uma identidade lésbica se configura como ponto de articulação no processo de visibilização das lesbianidades. Também, proporcionou uma identificação coletiva que se encontra fora da heterossexualidade obrigatória. Em contrapartida, quando analisamos as práticas discursivas dessas configurações de movimentos lésbicos, percebemos que a formação de uma identidade lésbica “não aparece mais como um dado, mas como um processo, que constrói uma forma e faz sentido no interior de um regime de verdade singular” (NAVARRO-SWAIN, 2002, p. 15). Ao que parece, os comportamentos entendidos como sendo de natureza homossexual não são suficientes para expressar ou mesmo garantir a identidade lésbica.

2.3 A POLIFONIA NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A NOÇÃO DE CAMPOS DISCURSIVOS DE AÇÃO

Para melhor compreender as formações complexas e multifacetadas dos movimentos feministas que vêm ganhando as ruas a partir do final da década de 1990, e “falam muitas

línguas, para além do gênero como categoria fundante em sentido restrito” (CARMO, 2016, p.65), podemos utilizar a noção de *campos discursivos de ação*, conceito proposto por Alvarez (2014) a fim de apreender as mudanças ocorridas nos feminismos contemporâneos.

Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltados para uma determinada problemática; eles abraçam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo (ALVAREZ, 2014, p.18).

Um dos marcos que surge com os feminismos contemporâneos é a busca para ir além das agendas políticas que já estão postas, passando a reivindicar visibilidade para as especificidades das mulheres negras, lésbicas e trans, constituindo um cenário polifônico em que coexistem diversas representações de gênero, classe, raça, sexualidade. A diversidade deixa de ser um discurso retórico para se tornar um discurso de articulação, isso significa reconhecer a heterogeneidade de referências, os arranjos instáveis e contingentes, os agrupamentos móveis e informais.

Debates sobre as corporalidades, as sexualidades, e identidades de gênero também tem sido particularmente marcantes, como, por exemplo, o transfeminismo, o transgênero, o pós-gênero, o queer, e outros debates trazidos pelas trabalhadoras do sexo, mulheres trans, lésbicas e bissexuais. [...] Esses discursos fundamentalmente implodem não só a categoria “mulher”, mas a própria noção do feminismo, de quem seriam os seus sujeitos privilegiados e sua visão de mundo compartilhada – elementos centrais na constituição de campos discursivos de ação [...]. (ALVAREZ, 2014, p.45).

Quando consideramos o contexto social contemporâneo, é possível encontrar uma pluralidade de feminismos, “o campo feminista contemporâneo no Brasil e em muito da América Latina de fato já nasceu plural e heterogêneo [...] uma diversidade de mulheres já circulava nesse campo desde o primeiro momento e procurava alianças e coligações entre si” (ALVAREZ, 2014, p.23), nos quais o cruzamento com as demandas lésbicas é parte constitutiva das lutas e embates políticos travados no processo de construção dos discursos pela equidade de direitos. Devemos reconhecer que, mesmo estando em uma relação conflitiva, as mulheres feministas e as mulheres lésbicas compartilham, parcialmente, o universo discursivo que operam.

Tradicionalmente, as lésbicas são parte integrante do movimento de mulheres e feministas, participando, muitas vezes, de maneira militante, contribuindo com diversos estudos teóricos e políticos, denunciando a opressão sofrida por mulheres em suas

especificidades. As teorizações feministas acentuaram o processo de desconstrução da unidade de gênero, principalmente a partir da diversificação dos discursos nos anos de 1990, fazendo surgir “outros feminismos”, entre eles, o feminismo lésbico.

Os fluxos do campo resultam das suas interações dinâmicas com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica. E tais contextos mais amplos, por sua vez, permitem, facilitam, ou até incentivam certas expressões, discursos, e práticas, ao mesmo tempo em que sempre limitam, disciplinam, circunscrevem, reprimem ou até criminalizam outras. Contudo, as (re)configurações do campo também são produto de mudanças nas alianças e disputas *internas* e das transformações nas coligações bem como das transformações nas coligações e conflitos com outros campos movimentistas [...] (ALVAREZ, 2014, p.20).

Nesse sentido, os discursos de gênero aparecem enquanto instrumentos analíticos e pontos nodais que problematizam a construção social dos papéis, tanto feminino quanto masculino, sustentando práticas políticas de movimentos feministas e lésbicos, desfazendo a noção essencialista que fundamenta a representação de homens e mulheres segundo sua “natureza” biológica e, conseqüentemente, sexual. Embora possua limitações, pois a utilização da categoria gênero pode, por vezes, delimitar e legitimar espaços discursivos de naturalização da heterossexualidade, surge a partir dos esforços de articulação das demandas de diversas/os atoras/es políticas/os.

[...] os discursos de gênero facilitam as traduções feministas possibilitando maior fluência nos esforços das militantes no engajamento e interpretações das ideias e práticas feministas para atores/as situados no “exterior” do feminismo, em outros campos dominantes ou subalternos (ALVAREZ, 2014, p. 30).

É a partir dessas “novas” articulações, instauradas principalmente com o advento dos feminismos contemporâneos, que outros campos discursivos se tornam possíveis no universo das ativistas/feministas/militantes, com pontos de intersecção que convergem diversos setores e diferentes bandeiras, evidenciando o surgimento de subcampos que representam especificidades e diferenças que, em outros contextos, foram homogêneas pelo “verdadeiro” feminismo.

Nesse processo de surgimento de vários segmentos feministas, uma metodologia diferente de formação das militantes também é adotada: o reconhecimento das diferenças que envolvem o campo das mulheres. A pluralidade no interior dos movimentos provoca o estabelecimento de um diálogo horizontal, consolidando alianças: “esse processo de

pluralização talvez seja ilustrativo de como um determinado campo pode desembocar em novos e distintos campos discursivos de ação” (ALVAREZ, 2014, p.42).

Embora a relação entre os movimentos lésbicos e os movimentos feministas tenha sido marcada por conflitos políticos diversos, ambos estiveram ligados concomitantemente, seja através das estratégias de ação política, ou do processo de redefinição tanto do feminismo quanto do sujeito político lésbica, ou até mesmo pelo compromisso de subversão de uma lógica hegemônica de opressão das mulheres nos diversos contextos que as atravessam. Nesse sentido, feminismos e lesbianidades seriam como um *continuum*, em que pensamentos e reflexões estariam centrados nas mulheres e não simplesmente em uma política identitária, “pois de nada adiantaria abandonarmos uma noção essencialista da natureza para cairmos em uma visão identitária de performatividade social” (BUTLER, 2015, p.174).

2.4 A IMPOSSIBILIDADE DE UNIDADE IDENTITÁRIA E A POLÍTICA DE COALIZAÇÕES

As práticas discursivas construídas nos movimentos lésbicos, por vezes, estão pautadas na tentativa de fixação de um sujeito político lésbica, que constitui a demarcação de identificações e diferenças, podendo se configurar enquanto estratégias de produção subjetiva a partir das experiências vivenciadas enquanto lésbicas, em que alguns estigmas/estereótipos – como a divisão binária dos sexos – são reforçados. “As paródias de gênero não são sempre subversivas se, por um lado demonstram a não correspondência entre sexo e gênero, por outro lado assumem, às vezes, os papéis culturais de gênero” (NAVARRO-SWAIN, 2002, p.09).

Na busca por desconstruir os discursos que desqualificam as sexualidades não heterossexuais e a fim de ultrapassar o quadro categorial ligado à lógica binária, Butler (2003) considera que a lésbica deveria tornar-se “[...] um fenômeno múltiplo, um gênero sem nenhuma essência unívoca”. Ao se tentar definir uma identidade universal lésbica, estaria se construindo um ponto de legitimação de uma “verdadeira lésbica” e de exclusão de todas as outras que não corresponderiam ao perfil. Tal essencialidade produz uma significação que não condiz com a multiplicidade subjetiva das mulheres lésbicas.

Uma política de identidade é a afirmação de uma unidade. Embora os movimentos lésbicos ao construírem tal política o façam na tentativa de desconstruir categorias vinculadas ao biológico e subverter discursos sobre a binariedade dos sexos, Butler (2003) chama a atenção para a limitação dessa política de identidade, argumentando que a não fixação de uma

identidade única não impede os movimentos de construírem formas de unidade e de ação política. Sendo assim, a tentativa de constituição de uma identidade universal paralisa os indivíduos e transforma os movimentos em locais de (re)produções totalitárias. Para Lessa (2007), uma distinção importante que Butler (2003) realiza é aquela entre o que ela nomeia de *política de identidade e política de coalizões*:

A primeira implica a afirmação de uma unidade e a segunda, a constituição de alianças contingentes, as articulações necessárias para os movimentos de transformação da ordem estabelecida: "a política de coalizões não exige uma categoria ampliada de 'mulheres', nem um eu internamente múltiplo a desvelar de chofre sua complexidade" (LESSA, 2007, p.49).

A política identitária está presente nos movimentos homossexuais desde sua formação inicial – registrada na literatura a partir do final da década de 1970 – e passa por algumas transformações ao longo do seu desenvolvimento, decorrentes, principalmente da associação entre AIDS e homossexualidade. Essas mudanças estão relacionadas desde a quantidade de grupos/organizações, que passaram por um processo de crescimento e institucionalização, até a forma de intervenção e atuação política, devido à articulação de políticas públicas vinculadas à prevenção das DST/AIDS. Houve, assim, “um evidente incentivo às políticas de identidade como estratégia para a redução da vulnerabilidade de populações estigmatizadas” (FACCHINI, 2009, p.139).

Dessa forma, ao se apresentar uma configuração recente a partir dos movimentos LGBT– que implica o reconhecimento da pluralidade de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros –, reivindicando um lugar de visibilidade para suas experiências, uma crise se apresentou na dinâmica política interna, na medida em que se revelam as insuficiências de uma unidade identitária, o que exigiu a elaboração de outras formulações teóricas, tendo como base teorias pós-identitárias e as novas experiências políticas desencadeadas nessa conjuntura (LESSA, 2007).

É nesse contexto que Butler (2002) propõe que as identidades se apresentam sempre em sua multiplicidade, ou seja, são constituídas por um número infinito de dimensões, capazes de se articularem de formas variadas. Quando essas identidades se afirmam enquanto imperativos estruturais, interferem no processo de libertação e passam a aprisionar alguns comportamentos individuais e excluir as diferentes maneiras de ser. Embora faça uma crítica à fixação de uma política de identidade, a autora não defende uma suspensão total da ideia de

identidade, a proposta é compreender essa categoria política enquanto permanentemente aberta, fluída e contestável:

A teoria ou política de homossexualidade centrada no "homossexual" reforça a dicotomia homo/hetero, fortalecendo o atual regime sexual que estrutura e condiciona as relações sociais ocidentais; nesse sentido, a teoria queer visa desafiar tal regime enquanto sistema de conhecimentos que coloca as categorias heterossexual e homossexual como pedras angulares das identidades sexuais (BUTLER, 2002, p. 320).

Mas, afinal, é possível falar numa identidade lésbica? De acordo com Hall (1997), a construção da identidade é relacional e marcada pela diferença, adquirindo sentido por meio dos sistemas simbólicos de representação, em que a diferença é construída a partir de sistemas classificatórios, que ordenam as “coisas” a partir dos significados produzidos discursivamente no campo social e cultural.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença [...] A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos - nós/eles [...] (WOODWARD, 2013, p. 40).

Essa marcação da diferença é um ponto-chave no processo de construção da identidade, na qual a base da diferenciação é (re)produzida por meio dos sistemas simbólicos. Essa construção da diferença surge, principalmente, a partir de oposições binárias, em que um é a norma e o outro o desviante, o abjeto. Nessa divisão, os termos recebem uma valoração desigual, estando diretamente vinculados a relações de poder. Uma das discussões centrais em torno da construção da identidade é a produção de significados pelos diferentes sistemas simbólicos, a partir dos quais os sujeitos são posicionados no campo social, dando sentido às experiências vivenciadas e aos lugares que ocupam. “Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2013, p.18), ou seja, as maneiras como se constroem identidades estão diretamente ligadas aos significados produzidos culturalmente, a identidade é marcada pelos símbolos que dão sentido às práticas e relações sociais.

É importante ressaltar que, nesse contexto, observa-se, também, a ideia de identidade associada à defesa de uma “essência lésbica” e de representações simbólicas que pretendem fixar sentidos em torno dessa identidade. Tal projeto é impossível de se realizar, uma vez que

as significações em torno da própria existência lésbica variam de acordo com os contextos históricos e sociais com os quais nos relacionamos. Em certo sentido, somos posicionados – e, também, posicionamos a nós mesmos – de acordo com os "campos sociais" nos quais estamos atuando (WOODWARD, 2013, p.31). Logo, a identidade é sempre ambígua.

Como qualquer outro movimento que tem como base a constituição identitária de seus(as) militantes, o movimento lésbico também se apoia na afirmação e definição de uma identidade para edificar o imaginário simbólico de suas militantes, logo, se identificar como mulher lésbica e ter essa identidade sexual enquanto bandeira de luta política é, para o movimento, um mecanismo de empoderamento. Dessa forma, a palavra lésbica expressa mais do que uma orientação sexual, fala também em como se experiencia o ser/estar no mundo, em como se constrói os significados representativos dessa mulher lésbica dentro de um contexto discursivo hegemônico direcionado pela e para a heteronormatividade.

No processo de organização política dos movimentos lésbicos no Brasil, sua atuação esteve por vezes atrelada aos movimentos homossexuais, inicialmente, e, atualmente, aos movimentos LGBT. Foi preciso haver uma ruptura com os movimentos politizados em torno da homossexualidade masculina para que o movimento lésbico começasse a caminhar a partir de suas especificidades, pois “as lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua ‘inclusão’ como versão feminina da homossexualidade masculina” (RICH, 1993, p. 20).

O primeiro grupo constituído exclusivamente por lésbicas surge no início dos anos de 1980, a partir da separação do subgrupo lésbico/feminista – denominado Grupo Lésbico-Feminista (LF) –, que se formou dentro do Grupo Somos⁵. Após divergências políticas e ideológicas, o grupo passa por redefinições, e, no final dos anos de 1980, as mulheres que participavam do LF se dividem, algumas saem da militância lésbica por definitivo e outras passam a ocupar outros espaços de organização política – feministas e/ou lésbicos, ou outros movimentos.

As lésbicas que continuaram no processo de consolidação de um movimento específico fundaram, em 1981, o GALF – Grupo Ação Lésbica Feminista –; esse grupo continuou atuando até os anos de 1989. Já na década seguinte, os movimentos lésbicos - ou grupos que discutiam a lesbianidade dentro dos movimentos homossexuais e/ou feministas – começam a galgar e ganhar espaço nas arenas de disputas políticas no cenário brasileiro. Mesmo sendo difícil mensurar de forma exata a quantidade de grupos que surgiram na década

⁵ Primeiro grupo de afirmação homossexual que surgiu em São Paulo no final da década de 1970.

de 1990, é possível afirmar que cerca de 40 organizações – somente de lésbicas ou núcleos de lésbicas em movimentos constituídos – passaram a integrar os espaços de encontro de lésbicas. Um momento que evidenciou essa significância foi o I SENALE⁶ (Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais), que concentrou a plenária de formação da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, e a formação de diretrizes para a construção política dos movimentos lésbicos no Brasil (MESQUITA, 2009).

Esse contexto produziu a visibilidade necessária para que os movimentos lésbicos “saíssem do armário”, mas também trouxe à tona que, além de visibilidade, essas mulheres precisavam de autonomia e, nesse processo – de busca de visibilidade e autonomia –, as lésbicas, após se distanciarem dos movimentos homossexuais, encontraram acolhida nos movimentos feministas heterossexuais, mas em seguida perceberam que esse local também centralizava suas lutas; logo, as causas lésbicas são atropeladas, o que as levam por dois caminhos: ou se afastam e seguem na luta pelas suas especificidades, ou abraçam as causas feministas centralmente pautadas em demandas que apagam suas sexualidades.

Como sabemos, durante o período de redemocratização do Brasil, os movimentos sociais vivem um processo de institucionalização em que as ONG passam a produzir um aparelhamento do Estado através dos financiamentos aos movimentos sociais⁷, com os movimentos lésbicos não foi diferente. Para continuarem atuando, muitas mulheres passaram a integrar grupos homossexuais, ou de mulheres, financiados por ONGs com foco no combate à AIDS (LESSA, 2007).

Como podemos ver até aqui, os movimentos lésbicos, para sobreviverem no cenário político, por vezes, estiveram atrelados a outros espaços, dividindo “teto” e demandas. Dessa forma, ao longo desses anos, os movimentos lésbicos investiram arduamente para consolidar grupos e/ou instituições que construíam uma agência política em torno de uma identificação compartilhada e uma causa comum, em muitos momentos, tal agência estava baseada em características de gênero e/ou sexualidade. Mas, também, haviam aquelas lésbicas que se propunham a desconstruir essa premissa de uma coerência grupal para uma efetiva atuação política, evidenciando a fragilidade existente em uma ilusória estabilidade identitária, uma vez que o campo dos movimentos lésbicos entrecruza múltiplas formas de lesbianidades.

⁶ Seminário Nacional de Lésbicas que ocorreu em 1996, no Rio de Janeiro. Nele foi escolhido o dia 29 de Agosto como o Dia Nacional pela Visibilidade Lésbica. Em sua 9ª edição, o SENALE passou a integrar as discussões sobre a bissexualidade, assim, em 2016 ocorreu o SENALESBI – Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais, em Terezina – Piauí.

⁷ Para saber mais sobre o processo de institucionalização dos movimentos sociais no período do fim da ditadura militar ver GOHN (2003; 2007; 2013).

Com a popularização da internet e a consolidação de sociedades em rede⁸, pequenos grupos e coletivos passam a integrar as arenas de disputa pela construção das lesbianidades, compartilhando significados sobre suas experiências, que se tornam o alicerce de suas alianças sociopolíticas, compreendendo que essa experiência lésbica é sempre contingente, nunca estável, sempre singular, nunca universal.

Muitos desses coletivos⁹ lésbicos, a partir da subversão da homogeneização e engessamento dos movimentos sociais, fazem emergir novos conflitos sociais nas arenas de disputas discursivas sobre o que é ser/estar lésbica, considerando a lesbianidade como uma dimensão que se forma inter-relacionada com as demais esferas constituintes da realidade vivenciada por uma mulher. Como exemplo, podemos citar o Bloco Rachístico Carnavalesco Ou Vai Ou Racha¹⁰, que tem uma proposta de atuação estético-política e de trabalho colaborativo, em que suas pautas se articulam em torno da livre expressão da sexualidade da “mulherada”. A partir de uma perspectiva feminista, combatem as opressões de gênero e violência contra a mulher, colocando as mulheres como protagonistas das ações que empreendem. Utilizam, durante o carnaval na ladeiras de Olinda – marcado por momentos, por vezes, machistas e opressores da sexualidade feminina –, paródias, poesias, ilustrações e desenhos para visibilizar as lesbianidades, fazendo convergir o engajamento das mulheres lésbicas em torno não apenas de suas sexualidades.

É fundamental que nós compreendamos o feminismo lésbico em seu sentido mais profundo e radical, como o amor por nós mesmas e por outras mulheres, o engajamento em prol da liberdade de todas e cada uma de nós, que transcende a categoria de “preferência sexual” e aquela dos direitos civis por transformar-se em uma política de questão de mulheres que lutam por um mundo em que a integridade de todas – e não de um punhado de eleitas – seja reconhecida e levada em consideração em todos os domínios da cultura (RICH, 1979 apud ZINE OU VAI OU RACHA, 2014, p. 23).

Quando pensamos o movimento de lésbicas no Brasil, devemos considerar suas múltiplas intersecções, sejam elas as articulações com partidos políticos, com coletivos feministas, com grupos LGBT, seja com espaços independentes. As formas como as mulheres

⁸ Para maior aprofundamento da temática ver SCHERER-WARREN 1995;2006).

⁹ “Coletivos” está sendo utilizada para fazer referência a esses novos grupos formados principalmente na atual conjuntura sociopolítica. As ativistas utilizam o termo para especificar arranjos que além de uma aproximação política, apresentam também relações de afinidade e amizade.

¹⁰ O Ou Vai Ou Racha é um bloco Rachístico Carnavalesco criado em 2013, em Recife - PE, que desfilou pelas ladeiras de Olinda nesse mesmo ano. Nasceu de uma transa espontânea entre paródias bem humoradas, irreverência, folia e discurso anti-homofóbico de afirmação lésbico-feminista (ZINE: OU VAI OU RACHA, 2014. Publicado com o apoio do SOS Corpo e União Europeia).

lésbicas se organizaram politicamente estão entrelaçadas com a multiplicidade de expressões de suas lesbianidades, nos diferentes contextos histórico-sociais.

Nesse processo de afirmação lésbica, discursos diferentes que constituem o sujeito se confrontaram em algum momento, passando por processos de negociação ou de real conflito, em que identidades são forjadas e fixadas relacionalmente em sobreposição a “outras”, gerando uma contradição no interior dos movimentos, pois ao tempo que advoga sobre a libertação da sexualidade lésbica, impulsiona também a demarcação de uma identidade reguladora e predeterminada.

A intenção não é destruir os projetos criados para combater as violências e opressões vividas pelas mulheres lésbicas, que necessitam de termos específicos para definir uma categoria, o objetivo, ao propor a desconstrução de uma única identidade lésbica, é provocar a criação de um significado turvo em torno das lesbianidades, pois a própria existência lésbica é construída a partir de diversas formas de se ver/estar no mundo. “[...] as pessoas podem compartilhar uma palavra com a qual definem a si mesmas, mas as condições significadas por aquela palavra não parecem ser compartilhadas” (MALINOWITZ, 2013, p. 126).

2.5 MOVIMENTOS LÉSBICOS, EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRODUÇÃO DE SI

Esta pesquisa está atravessada por conceitualizações que se cruzam no intuito de compreender como os movimentos lésbicos se configuram enquanto espaços formativos e de produção de subjetividades. Para isso, adotamos a perspectiva de olhar para os movimentos sociais em sua dimensão educativa, ou seja, como elemento estruturante de experiências formativas contribuintes para a constituição de subjetividades. Sendo assim, é necessário observar a educação como uma prática política e pedagógica presente em diversos lugares sociais, entre eles, os coletivos e movimentos sociais.

Nesse processo de alargamento da compreensão sobre os movimentos sociais como campo formativo, a experiência tem um lugar fundamentalmente particular e relativamente complexo, como bem ressalta Larrosa (2011): “[...] essa palavra é quase sempre usada sem pensar, de um modo completamente banal e banalizado, sem ter consciência plena de suas enormes possibilidades teóricas, críticas e práticas” (p.04). Nessa pesquisa, pensamos a experiência enquanto acontecimento, que, entrelaçado ao campo da educação, funciona como as expressões de linguagens particulares e diversas, capaz de possibilitar rupturas e a construção do novo, da novidade (SILVA, 2008).

A palavra experiência é constituída por distintas dimensões e princípios que, a partir de linhas de pensamentos diferentes, pode agrupar diversos sentidos no campo social. De acordo com a filosofia clássica, a experiência era compreendida como uma forma inferior de conhecimento, “ponto de partida para o conhecimento verdadeiro”. Já na modernidade, sob o advento das ciências, a experiência caminha ao lado do “experimento”, aquele que pode ser regulado e que está submetido às leis universais e ao cálculo, estando, portanto, “fora do homem” (SILVA, 2008). Nós, em contrapartida, a partir de Larrosa (2004), compreendemos a experiência como expedição, um convite para romper com o que está posto; como provisória capaz de formar e transformar a forma como “lemos” o mundo; como contingente, estando engendrada pelas teias do subjetivo, e sustentada ao que é exterior a mim. No entanto, devemos tomar alguns cuidados ao pensarmos experiências a partir desse campo do indeterminado, do subjetivo, do reflexivo.

a) separar *experiência* de *experimento*, portanto distanciá-la do seu sentido empírico, próprio das ciências experimentais. A experiência, nesse caso, não é algo que pode ser calculado ou produzido tecnicamente; b) não dar à palavra *experiência* a conotação de dogma e pretensão à autoridade, pois experiência pensada no presente registro contrapõe-se a todo dogmatismo; c) pensar a experiência separada da prática e com base no ponto de vista da paixão e da reflexão do sujeito sobre si mesmo, enquanto sujeito receptivo e exposto à novidade. O que se descobre, nessa experiência, são a nossa fragilidade, impotência, e vulnerabilidade que escapam do nosso controle; d) “evitar fazer da experiência um conceito” mesmo quando somos solicitados a defini-la; [...] e) não fazer da experiência um fetiche, um imperativo. A experiência não é algo que todos têm que buscar e deter; f) fazer uso restrito da palavra *experiência*, evitando que tudo se converta em experiência, é condição para que a palavra não seja neutralizada e desativada (LARROSA, 2004, p. 23:26 apud SILVA, 2008, p.200:201).

O que o autor descreve acima como precauções, que devem ser consideradas ao fazermos uso da palavra experiência, relaciona-se com alguns princípios formulados por Larrosa (2004; 2009), em que o autor trata “de fazer soar” a palavra experiência a fim de mostrar “algumas de suas dimensões” (LARROSA, 2011, p.04). Tais princípios consistem em provocar aberturas a partir da palavra experiência, introduzindo linguagens que são consonantes com os contextos circunscritos nos discursos que modelam a forma como vemos o mundo e o “experienciamos”. Trazendo a experiência como acontecimento, como algo que já aconteceu, que já passou, mas que ainda alinha as coordenadas que constroem o presente.

Nesse sentido, temos o princípio de alteridade, que também pode ser chamado de princípio da exterioridade, ou de princípio da alienação, isso porque se refere a experiência como um acontecimento, o “passar de algo que não sou eu”, de algo que é exterior a mim e,

portanto, não depende de mim para que aconteça, nem mesmo de minhas ações, ou intenções, que é alheio a mim. E, para tanto, esse acontecimento “que me passa” não deve ser anteriormente apropriado por mim, ele deve ser mantido como alienação. Outro princípio é o da reflexividade, ou princípio da subjetividade, ou princípio da transformação, este supõe que o acontecimento que me passa, não passa diante de mim, ele passa em mim, pois o lugar da experiência sou eu. Em um movimento de ida e volta, uma vez que está relacionado com o que é exterior a mim, “a experiência é sempre subjetiva”, ela acontece para cada um, de um modo único e particular, sendo ela intransferível, somente o sujeito da experiência pode vivenciar a experiência, e, para tanto, este deve estar aberto e disponível “ex/posto”. Há ainda a dimensão da paixão, ou princípio da passagem, pois “o sujeito da experiência é um território de passagem”, um sujeito paciente, não ativo de sua própria experiência, um sujeito passional (LARROSA, 2011).

Embora boa parte das pesquisas em educação tenham dado ênfase às autonarrativas de experiências, voltando o olhar para as questões identitárias, principalmente em relação aos professores, esta pesquisa pretende apresentar uma reflexão sobre os processos formativos de sujeitos, que ocorrem em espaços educativos compreendidos como não formais: o contexto dos movimentos lésbicos. Sobretudo, nesse contexto formativo, as experiências sugerem um processo de ressignificação, de ação e reflexão, logo, “um movimento de ida e volta”. Por ser um processo que compreende um encontro com um acontecimento – com aquilo que me acontece, com aquilo que não sou eu –, a experiência sugere fluidez e impermanência, assim como uma estreita relação com o seu exterior constitutivo, nesse sentido, os discursos que perpassam o sujeito da experiência possuem lugar importante no processo de subjetivação desse sujeito.

Daí que a experiência me forma e me transforma. Daí a relação constitutiva entre a ideia de experiência e a ideia de formação. Daí que o resultado da experiência seja a formação ou a transformação do sujeito da experiência. Daí que o sujeito da experiência não seja o sujeito do saber, ou o sujeito do poder, ou o sujeito do querer, senão o sujeito da formação e da transformação. Daí que o sujeito da formação não seja o sujeito da aprendizagem (a menos que entendamos a aprendizagem em um sentido cognitivo), nem o sujeito da educação (a menos que entendamos a educação como algo que tem a ver com o saber), mas o sujeito da experiência (LARROSA, 2011, p.7).

Os modos particulares como as militantes de movimentos lésbicos vivenciam suas lesbianidades, dentro de uma sociedade heterossexista e regulamentadora dos gêneros, produz evidências de como suas subjetividades são afetadas pelas experiências mediadas pelos movimentos, no sentido de que essas mulheres constituem um conhecimento próprio e

singular a partir dos momentos vividos como militantes lésbicas. Nos espaços dos movimentos lésbicos, essas mulheres ficam expostas, fazem das suas sexualidades mecanismos de singularização, sendo cada experiência única, e, na mesma medida, se tornam sujeitas abertas para a transformação, uma vez que os movimentos lésbicos aproximam as experiências de suas militantes, pois proporcionam a fala, o afeto, a troca de vivências, contribuindo para o rompimento das representações de abjeção, fortalecendo as práticas que poderão se constituir como alternativas de confronto dos padrões heteronormativos, (re)inventando subjetividades e potencializando o desempenho das ações coletivas.

De acordo com Larrosa (2002), a experiência é tudo aquilo que nos passa, que nos acontece, que nos toca, produzindo sentidos, criando realidades e se tornando potentes mecanismos de subjetivação. A experiência é algo profundo, é sobretudo o lugar de uma abertura essencial para que o encontro com as relações sociais se torne possível, tendo como componente fundamental a capacidade de formação e transformação do sujeito que a vivência. Nesse sentido, a experiência cria sentidos e produz uma relação com as verdades construídas.

Pensamento-linguagem-realidade constituem, portanto, relação estruturante, movimento que possibilita aos sujeitos atribuírem sentido ao "vivido" e ao próprio viver. Constituem experiências, situações existenciais que, ao mesmo tempo em que passam a ser refletidas, vão intervindo no viver e afetando as subjetividades em relação (JARA; FONSECA, 2013, p.162).

Pensar a construção da subjetividade das militantes lésbicas a partir de suas experiências nos movimentos sociais lésbicos deve considerar as experiências como lugares vivos, que criam e produzem saberes, em um movimento que nunca acaba, uma vez que estão contingencialmente relacionados ao contexto histórico-social que as perpassa. Dentro desse processo de construção subjetiva, as militantes reconstroem discursos e (re)significam "sentidos comuns" a partir da emergência de um horizonte de diferentes experiências. Trata-se da construção de campos de experimentação social que podem ter efeito de alternativas às vidas dos "sujeitos em desconforto" (JARA; FONSECA, 2013). Trazer a experiência para esse lugar de mediadora no processo de formação das subjetividades, principalmente no que se refere às mulheres lésbicas, é entender essa "experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas e repudiadas" (BRAH, 2006, p.361).

É possível, então, considerar os movimentos lésbicos como locais de formação e de produção de si? Para tanto, é preciso pensar as relações pedagógicas de outro modo,

compreendendo que, nesses espaços, a experiência é lugar de elaboração e reelaboração afetiva e reflexiva de si mesmo, observando a experiência de si como "histórica e culturalmente contingente, na medida em que sua produção toma formas singulares" (LARROSA, 1994, p.41).

Quando tomamos a realidade como sendo construída discursivamente, essa premissa nos possibilita compreender como os discursos que perpassam o sujeito o constrói. Nesse processo, ocorre o entrecruzamento de diferentes domínios de saber, tipos de normatividade e formas de subjetivação, expressas em um dado *espaço-tempo*, influenciadas por dispositivos pedagógicos.

Um dispositivo pedagógico será, então, qualquer lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo. Por exemplo, uma prática pedagógica de educação moral, uma assembléia em um colégio, uma sessão de um grupo de terapia, o que ocorre em um confessionário, *em um grupo político*, ou em uma comunidade religiosa, sempre que esteja orientado à constituição ou a transformação da maneira pela qual as pessoas se descrevem, se narram, se julgam ou se controlam a si mesmas (LARROSA, 1994, p.54).

Os movimentos lésbicos através dos seus discursos, de suas formas, suas organizações podem ser compreendidos enquanto dispositivos pedagógicos na medida em que utilizam metodologias que conduzem a produção de si de suas militantes. Atuando como mediadores dessas experiências lesbianas, produzem também experiências em que essas mulheres lésbicas podem formar e/ou transformar suas subjetividades de um modo singular. É nesse sentido que pensamos que as relações entre a construção de um sujeito político lésbico e a produção de significações sobre gêneros e sexualidades se cruzam, conectando o que as militantes pensam, sentem e vivem com a realidade histórico-social que as atravessam.

Muitas das metodologias utilizadas pelos movimentos lésbicos são heranças de sua ramificação a partir dos movimentos feministas. As teorias feministas interpelam muitos campos discursivos, produzindo conhecimentos e práticas com a intenção de proporcionar a transformação da ordem simbólica e material hegemônica. Compartilhando muitas das questões enfatizadas pelas feministas, as lésbicas incorporaram às suas ações um processo de construção teórica, principalmente direcionado pela experiência como lugar de construção de sentidos sobre o sujeito político lésbico. Algumas características que podem ser atreladas aos movimentos feministas/lésbicos – sejam elas, a possibilidade de produzir um olhar para dentro, um autoconhecimento, ou ainda ser um mecanismo que dá visibilidade às opressões vividas por suas militantes, ser um espaço em que expressar, falar, ver, são veículos de

exteriorização de si – podem ser correlacionadas com algumas dimensões que compõem os dispositivos pedagógicos descritos por Larrosa (1994).

[...] tentarei no que segue descrever as dimensões fundamentais que constituem os dispositivos pedagógicos de produção e mediação da experiência de si. Distinguirei cinco dimensões. Em primeiro lugar, uma dimensão ótica, aquela segundo a qual se determina e se constitui o que é visível dentro do sujeito para si mesmo. Em continuação, uma dimensão discursiva na qual se estabelece e se constitui aquilo que o sujeito pode e deve dizer acerca de si mesmo. Em terceiro lugar, uma dimensão jurídica, basicamente moral, em que se dão as formas nas quais o sujeito deve julgar a si mesmo segundo uma trama de normas e valores. Quarto, e em uma dimensão que inclui, relacionando-os, componentes discursivos e jurídicos. [...] Por último, uma dimensão prática que estabelece o que o sujeito pode e deve fazer consigo mesmo (LARROSA, 1994, p.55).

Nos movimentos lésbicos, observa-se uma rede de elementos que se constitui em dispositivos pedagógicos, os espaços dos movimentos indicam discursos, articulam enunciados, e, por vezes, selecionam alguns conteúdos e silenciam outros, principalmente por ainda existir uma tentativa de idealização e unificação das vivências lésbicas. Por um lado, tais dispositivos têm potencialidade de produzir formas de conhecimento privilegiadas, por outro, alguns discursos, quando investidos de poder, podem se constituir enquanto verdades, ou seja, naturalizando-se.

As formas como os movimentos lésbicos se constituem enquanto dispositivos pedagógicos estão relacionadas à maneira como estes articulam mecanismos e práticas formativas no processo de construção de conhecimentos, que podem modificar ou transformar a maneira como cada militante lésbica experimenta sua lesbianidade. Os movimentos sociais se traduzem em espaços de caráter coletivo e dinâmico que buscam a desconstrução de situações de opressão social, principalmente, através de ações educativas que articulam discussões e partilham experiências. De acordo com Schutz (2004), os movimentos lésbicos partem do princípio de que o que educa são as práticas culturais que envolvem a apropriação de significados, de modos de ser, de sentir, de fazer e de dizer. Nesse sentido, podemos compreender que as militantes lésbicas, ao ingressarem nos coletivos, passam por um processo de transformação e politização, abrindo espaço para uma aprendizagem e subjetivação gerada pela experiência.

2.6 AS (IM)POSSIBILIDADES LÉSBICAS

Um dos maiores desafios para a realização desta pesquisa encontra-se na escassez de material teórico acerca do tema, não somente em relação ao eixo central da pesquisa – que inter-relaciona a constituição da subjetividade de militantes lésbicas com suas experiências vividas nos movimentos sociais lésbicos –, mas também no que se refere aos estudos voltados para a análise desses movimentos. Apesar de ter havido uma crescente "popularização" dos estudos que abarcam os movimentos sociais, ainda são poucas as pesquisas que se dedicam a compreender o universo que envolve os movimentos lésbicos, o que acaba por evidenciar que ainda é presente o processo de invisibilização dessas mulheres.

Dessa forma, o percurso traçado para construir uma base de fundamentação teórica sobre o tema em questão foi tortuoso, cheio de encontros e desencontros. Buscamos construir nossas bases teóricas a partir de pesquisas e teóricos/as que ajudassem a compreender os processos que perpassam a construção da experiência de mulheres lésbicas, a partir de sua inserção em movimentos sociais lésbicos.

Uma das principais referências em estudos lésbicos, atualmente, no Brasil, é a historiadora Tânia Navarro-Swain. Sua contribuição para esta pesquisa está na discussão sobre o processo de invisibilização da mulher lésbica e a compreensão do não lugar das lesbianidades na construção teórica dos feminismos, principalmente, a partir do cruzamento da história das lesbianidades, da história da mulher lésbica e dos estudos feministas. A perspectiva histórica adotada pela autora permite a aproximação com os pressupostos teóricos utilizados nesta pesquisa, dessa forma, foi possível entender como os vestígios de um passado construído sobre a base de uma sociedade heterocentrista se reorganizam em um processo de significação dos discursos contemporâneos sobre as identidades sexuais.

A construção do saber histórico assim, como qualquer outro, é um trabalho lento, minucioso, inacabado, parcial, provisório, e pautado em muita pesquisa empírica. Ao buscar indícios, vestígios do passado, encontramos fragmentos de discursos que foram produzidos e que são, portanto, produtos sociais de uma determinada época, contexto social e, ao mesmo tempo, são uma produção humana, uma narrativa construída por determinados sujeitos, sujeitos da história ou objetos da narrativa (LESSA, 2007, p.4-5).

O diferencial do estudo de Navarro-Swain (2000) está na sua construção histórica sobre as lesbianidades não negar a subjetividade da sua própria produção, ou seja, na medida em que constrói o objeto de seu estudo a partir das narrativas históricas das práticas lésbicas, a autora rompe com um pensamento essencialista que atrela as lesbianidades a uma natureza fixa, que tem como ponto referencial a heterossexualidade.

Em relação à desconstrução dos sentidos acerca das identidades sexuais, a autora utilizada como referência foi a professora e poetisa Adrienne Rich (2010), que desenvolveu a ideia da heterossexualidade como sendo também uma instituição política, além de problematizar a invisibilização da existência lésbica no pensamento feminista e afirmar a existência lésbica como uma quebra do binarismo social presente na ordem do discurso patriarcal. Em seu artigo “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”, propõe a ideia de heterossexualidade compulsória enquanto uma instituição de controle das mulheres, mesmo daquelas que debatem sobre a sexualidade feminina à luz de uma perspectiva feminista.

Rich (2010) cria duas categorias de análise a partir das teorias feministas contemporâneas: a heterossexualidade compulsória e o *continuum lesbiano*, desconstruindo a naturalização das relações sociais e (re)afirmando que o “privado é político”.

[...] isto é, político na naturalização dos seres na exclusão e no confinamento de um feminino construído como oposto e complemento do masculino. Inferior, porém, já que "diferente". "Diferença de sexos" é uma categoria fundadora da heterossexualidade compulsória, carregando a ideia de que os corpos sexuados são determinantes do papel e status no social e de que a "natureza" define a importância dos seres humanos de acordo com a sua biologia. A diferença dos sexos é, portanto, também política, na medida em que sela a desigualdade no social (NAVARRO-SWAIN, 2010, p.47).

Isso significa que existe um esforço na construção dos discursos hegemônicos direcionados ao convencimento cultural, através de diversos dispositivos sociais de instituição de normas e valores, relegando às mulheres um lugar de submissão ao masculino. Essa construção é perpetuada também através de estratégias culturais naturalizadoras da heterossexualidade, colocando as relações homossexuais como um fenômeno marginal, desviante. Mas existe igualmente uma diferença entre as experiências de lésbicas e de homossexuais masculinos, por exemplo:

Uma lésbica "no armário", devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher "de verdade" (RITH, 2010, p.28).

A naturalização da heterossexualidade, portanto, molda o que é considerado feminino. Esse feminino é dotado de uma significação de assujeitamento. O corpo da mulher é o objeto

da ação e não o sujeito em sua expressão da sexualidade, cuja finalidade última é a maternidade. Se não cumprirem seu destino biológico, não são “verdadeiras mulheres”, da mesma forma que não o são se não tiverem um homem ao seu lado (NAVARRO-SWAIN, 2010, p.50).

É desse modo que a heterossexualidade é colocada como natural para as relações humanas, fundamentadas em uma construção do imaginário social a partir de normas e representações baseadas nas narrativas de um discurso patriarcal e heterocêntrico. Um discurso que é performático, na medida em que cria o próprio fundamento no qual se apoia, reiterando relações de poder e afirmando a representação binária dos gêneros.

Já a categoria de *continuum lesbiano* trabalhada por Rich (2010) tem relação com a experiência de uma lesbianidade que não necessariamente estaria vinculada à relação sexual entre mulheres. Enfatizam-se os afetos, as amizades, o companheirismo partilhado entre mulheres. Tais aproximações teriam sido apagadas da história, pois seriam espaços de fortalecimento dessas mulheres e, conseqüentemente, de ruptura com a ordem hegemônica das relações sexuais hierárquicas. Para a autora, o que mantém o sistema patriarcal, enquanto possibilidade de dominação das mulheres pelos homens, é que essas não acessem outros mecanismos de fazer emergir o feminino no campo social.

Navarro-Swain (2010) aponta que tal junção entre *lesbiano* e *continuum* demonstra uma destituição do sistema patriarcal, porque evidencia que existe amor/amizade/paixão/afetos entre as mulheres não apenas recentemente, mas em toda a constituição histórico-social das relações.

As relações sociais nem sempre foram patriarcais, nem sempre foram exclusivamente heterossexuais. Só o discurso do mítico, da antiguidade, do "primitivo" e do pré-histórico, são desvalorizados e ocultos os sistemas políticos e sociais que não corroboram a ideia de uma flexível "natureza humana", a qual supõe a existência de corpos sexuados instituídos em masculino e feminino, com a predominância do primeiro (p.54).

Nesse processo de construção acerca da conceitualização das lesbianidades é indiscutível a sua relação com os estudos de gênero, uma vez que as identidades lésbicas não são elaboradas a partir de um vazio simbólico, mas se constroem frente às representações hegemônicas. Um sistema de gênero que diferencia e hierarquiza as relações, a partir de um quadro definido pelo sexo biológico, acaba por reprimir aquelas mulheres que abrem fissuras na estrutura social ao viverem a sua experiência lésbica.

3 ENTRE IMAGENS E NARRATIVAS: OS CAMINHOS DA PESQUISA DE CAMPO

Agora, quando desembulho minhas lembranças eu aprendo meus muitos idiomas. Nem assim me entendo. Porque enquanto me descubro, eu mesmo me anoiteço, fosse haver coisas só visíveis em plena cegueira.

(Mia Couto, 2013, p. 29)

Este capítulo se propõe a apresentaro delineamento metodológico deste trabalho. Como já colocado anteriormente, esta é uma pesquisa orientada pela perspectiva pós-estruturalista, especialmente pela Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015). Desse modo, compreendemos que a pesquisa em educação em sua construção metodológica deve estar atenta para as características da realidade que constitui o problema de pesquisa. Nesse sentido, encontramos, na teoria pós-estruturalista do discurso, a possibilidade de uma análise problematizadora, atenta para o campo simbólico e político que atravessa o objeto de estudo: a dimensão formativa demovimentos lésbicos de Pernambuco.

Pode-se dizer que as pesquisas em educação no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, passaram a ser construídas sob forte influência da crítica pós-estruturalista, o que levou a inserçãode problematizações relacionadas a fenômenos identitários; a processos de subjetivação; à análise das (micro)relações de poder que participam dos processos de subjetivação e que perpassam pelas diversas instituições, inclusive, os movimentos sociais; à produção dos saberes/verdades em contextos de educação formal e informal.

O pós-estruturalismo costuma ser definido como uma continuidade e uma transformação do estruturalismo. Continuidade porque partilha a ênfase na linguagem como sistema de significação. Transformação porque amplia o conceito de estrutura e radicaliza a crítica ao sujeito racional, consciente, dotado de uma essência interior postulado pelo iluminismo (OLIVEIRA, 2009, p.23).

A pesquisa pós-estruturalista fundamentada na Teoria Política do Discurso rejeita pressupostos de investigação que buscam a apreensão da realidade através da confirmação ou refutação de hipóteses, assim como a ideia de aplicação de mecanismos teóricos que visam “iluminar” e “decodificar” o objeto de estudo. Nesse sentido, uma perspectiva pós-estruturalista de investigação possibilita a construção de práticas investigativas voltadas para a diferença, para a abertura, para as disputas de sentidos existentes no campo social, considerando que não existe uma teoria que represente a realidade, explicando-a através de um precedente teórico destinado para esse fim. A teoria está, ela mesma, implicada na

produção da realidade, como produto dos discursos que se constituem também a partir dos conceitos teóricos afirmados por ela.

Esta pesquisa se propõe a construir práticas investigativas orientadas pela Teoria Política do Discurso. Desse modo, compreende a centralidade discursiva na construção da realidade, assim como a rede de significações que constitui o objeto de pesquisa, ou seja, corrobora com a afirmação de que a única realidade a que se pode ter acesso é a discursiva e que esta já é atravessada por sentidos em disputa no campo das relações sociais (OLIVEIRA, 2009).

Embora a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015) não apresente um modelo de metodologia sistemático evidente, muitos teóricos e analistas do discurso vem se propondo e desenvolvendo estudos e debates metodológicos nas ciências humanas, refletindo sobre a formulação de técnicas de produção e análise de *corpora* de pesquisa a partir da teoria do discurso (LOPES, 2012;2006; SALES, 2007). Nesse sentido, é importante ressaltar que:

A teoria do discurso é bem mais entendida como uma tradição de reflexões e debates que compartilham o mesmo referencial analítico e que, a partir desse referencial, buscam construir discursos contingentes e contextualizados sobre processos sociais observados. Essa perspectiva, portanto, não se acomoda a um modelo de pesquisa que busque aplicar – partindo de uma pretensa exterioridade entre discursos subjetivos e mundo objetivo – certos conceitos abstratos gerais à realidade, como uma forma de confirmar ou refutar a teoria (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1331).

Na busca por uma abordagem investigativa que se aproxime da proposta de pesquisa pós-estruturalista da teoria do discurso, encontramos as proposições de alguns autores que formularam uma metodologia de pesquisa orientada ao problema¹¹, essa abordagem propõe que tanto a teoria quanto a metodologia devem fornecer recursos para aprofundar a compreensão do problema a partir do seu enfrentamento. Esse seria o vetor condutor da pesquisa, ou seja, o elemento que irá conduzir as escolhas teóricas e metodológicas da investigação deve ser o problema.

[...] a proposta é ampliar a própria compreensão do problema de modo a reconhecer suas relações com as lógicas e processo sociais mais amplos, a demonstrar que qualquer solução para os problemas aparentemente pontuais passa por uma redefinição dos termos do próprio problema e por um deslocamento das condições que promovem sua emergência (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1333).

¹¹Para um aprofundamento dessas orientações, ver Shapiro (2002); Howarth (2005); Glynos e Howarth (2007).

Portanto, trata-se de extrair novas visibilidades, produzir novas significações, desconstruir verdades constituídas, educar o olhar para estar aberto a novas formas de interpretação, organizando a pesquisa em constante relação com o problema investigado.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

Esta pesquisa adota a concepção de *corpus*¹², proposta por Bauer e Aarts (2002), enquanto um princípio alternativo de constituição de dados. Esses autores se baseiam em Barthes (1967) e afirmam que: "corpus é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar" (BAUER; AARTS, 2002, p. 44), como uma possibilidade de estender a noção de *corpus* linguístico de um texto para qualquer outro material. Vale ressaltar que, ao falar em arbitrariedade, os autores estão se referindo ao fato de que as escolhas que o analista faz em relação às práticas investigativas estão circunscritas no diálogo sobre o entendimento, principalmente, dos conceitos de teoria, realidade e pesquisa, desse modo, "arbitrariedade é menos uma questão de conveniência e, em princípio, mais inevitável" (BAUER; AARTS, 2002, p. 44).

Nas ciências sociais, o termo *corpus* não é muito utilizado, mas quando a pesquisa qualitativa passa por um processo de ampliação e, conseqüentemente, de exigência de um maior tratamento sistemático de dados, a noção e definição de um *corpus* da pesquisa passa também a fazer parte do arcabouço investigativo como um recurso para aprofundar a análise. Como proposta de construção de um *corpus* nas ciências sociais, Bauer e Aarts (2002) sinalizam três critérios que devem ser levados em consideração: relevância, homogeneidade e sincronicidade.

Primeiramente, os assuntos devem ser teoricamente relevantes e devem ser coletados a partir de um ponto de vista apenas. Os materiais em um corpus têm apenas um foco temático, apenas um tema específico. [...] Em segundo lugar, os materiais de um corpus devem ser tão homogêneos quanto possível. Isto se refere à substância material dos dados. [...] Em terceiro lugar, um corpus é uma interseção da história. A maioria dos materiais tem um ciclo natural de estabilidade e mudança. Os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural: eles devem ser sincrônicos. O ciclo normal da mudança irá definir o intervalo de tempo dentro do qual um corpus de materiais relevantes e homogêneos deve ser selecionado (BAUER; AARTS, 2002, p. 56).

¹²A palavra *corpus* vem do latim, seu plural é *corpora*. Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção de textos (BAUER; AARTS, 2002).

Tendo como base os objetivos traçados por esta pesquisa – elaborar um delineamento dos movimentos lésbicos atuantes na região metropolitana do Recife; conhecer as experiências vivenciadas pelas militantes destes movimentos e investigar como essas experiências contribuem para o processo de formação das subjetividades dessas militantes lésbicas –, utilizamos como estratégia para a construção do *corpus* a realização de entrevistas narrativas individuais, com apoio de álbum fotográfico, com militantes de movimentos sociais lésbicos de Pernambuco.

Um momento importante, que contribuiu para compreender o campo de estudo, foi construído através da realização de entrevistas exploratórias – no formato semiestruturado. O objetivo dessas entrevistas foi buscar informações sobre os movimentos lésbicos na Região Metropolitana do Recife, para isso, foram pensadas perguntas que auxiliassem as entrevistadas a falar sobre como ocorreu a constituição desses movimentos e suas formas principais de atuação.

De acordo com Lüdke e André (1986), a entrevista semiestruturada possibilita que o/a pesquisador/a utilize um roteiro pré-determinado de perguntas, mas também possa fazer adaptações ao longo da entrevista caso necessárias. “O roteiro deve seguir uma ordem lógica e psicológica. As perguntas devem começar abordando assuntos mais simples e, paulatinamente, vai-se introduzindo os mais complexos, respeitando a problemática abordada” (OLIVEIRA, 2009, p.95).

Foram realizadas três entrevistas exploratórias com as seguintes pessoas:

- Uma militante do Movimento Gay Leões do Norte, que atualmente conta com a participação de duas militantes lésbicas;
- Uma militante do CANDACES – Coletivo Nacional de Mulheres Lésbicas Negras Feministas Autônomas;
- Uma militante do coletivo LUAS – Liberdade, União Afetiva Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.

Já as entrevistas narrativas se deram em dois encontros. No primeiro, foi realizada uma entrevista narrativa tradicional (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002) e, no segundo, uma entrevista narrativa com apoio de um álbum fotográfico digital (SOUZA, 2014), confeccionado pela própria militante. A partir desses dois momentos, pretendeu-se potencializar a narrativa das participantes, possibilitando a emergência de memórias e processos de (re)significação das experiências vivenciadas no âmbito dos coletivos lésbicos.

A escolha das militantes entrevistadas priorizou o princípio da heterogeneidade: selecionamos um quadro diversificado de militantes de movimentos sociais lésbicos de Recife

e Região Metropolitana, em relação a suas idades (diferenças geracionais), etnias, religião e filiação a coletivos, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 1 - Caracterização das entrevistadas

Nome	Idade	Cor/Raça	Religião	Coletivo/Movimento
R. R.	44 anos	Negra	“Originalmente” católica, mas atualmente frequenta locais de culto de religiões de matriz africana	CANDACES/COMLÉS
M. A.	32 anos	Negra	Não informada	Movimento Gay Leões do Norte/ COMLÉS
A.C.L.	34 anos	Negra	Matriz Africana	LUAS/ COMLÉS
L.A.V.	53 anos	Branca	Espírita Kardecista	COMLÉS
V.J.L.	22 anos	Branca	Não tem	Ocupe Sapatão

Foram realizadas cinco entrevistas com militantes de grupos diferentes atuantes na Região Metropolitana do Recife, alguns têm atividades mais frequentes de intervenções públicas, outros se dedicam à formação política através de encontros e cursos de formação. O acesso às mulheres se deu através da aproximação com o COMLÉS – PE (Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco), local responsável por articular diversos movimentos lésbicos atuantes em Pernambuco, com exceção dos coletivos lésbico/feministas que se enquadram em uma perspectiva mais autônoma, como é o caso do Coletivo Ocupe Sapatão.

A estruturação das entrevistas pretendeu integrar a narrativa a questionamentos. No primeiro encontro se pretendia possibilitar que as entrevistadas narrassem eventos experienciados com foco na contribuição desses acontecimentos para a sua formação política. Foram utilizadas perguntas geradoras de temas que se compreendem como necessários para alcançar o objetivo desta pesquisa, muito embora, por se tratar de narrativas de si, muitas vezes não foram necessárias as intervenções desta pesquisadora para conseguir abordar todos os temas traçados nas entrevistas, as próprias narrativas foram se construindo em torno dos temas imaginados. Ou seja, se buscou – nesse primeiro encontro – uma combinação das

experiências pessoais das militantes lésbicas, com o contexto social em que essas experiências foram produzidas – movimentos lésbicos.

Já nesse primeiro encontro, em sua finalização, foi acordado o próximo encontro e solicitado a cada participante uma espécie de “dever de casa”. A proposta foi que cada uma escolhesse fotografias para compor um álbum sobre a sua experiência enquanto militante do movimento lésbico em Pernambuco. Para a montagem do álbum, deveriam ser considerados: 1. a cronologia das fotografias, 2. os momentos em que foram feitos os registros e 3. como cada imagem simboliza a formação de suas lesbianidades políticas. Esse foi um momento de livre narração, em que a mediação foi feita a partir e através do instrumento (auto)gerador da fotografia. Em duas ocasiões não foi possível a realização desses dois encontros separadamente, o que se fez, então, foi um encontro único dividido em dois momentos, estratégia que não impossibilitou o alcance do objetivo de construção das narrativas.

3.2 CUIDADOS ÉTICOS

Como o *corpus* desta pesquisa se construiu a partir da entrevista narrativa, alguns aspectos éticos se tornam relevantes para esta pesquisadora: autorreflexão, respeito à alteridade e, principalmente, saber como agir no interior da relação pesquisadora-entrevistada. Isso significa que a pesquisadora deve estar ciente do lugar que ocupa na relação, que, por vezes, é assimétrico, mas nunca superior. Nesta pesquisa, me posiciono como uma colaboradora, uma interlocutora, que possui um conhecimento diferenciado em relação à situação de entrevista, que compreende que esse relato de si mesmo construído nas entrevistas “já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração” (BUTLER, 2015, p. 18).

Nesse sentido, a deliberação ética está intimamente ligada à operação da crítica. E a crítica comprova que não pode seguir adiante sem considerar como se dá a existência do sujeito deliberante e como ele pode de fato viver ou se apropriar de um conjunto de normas. Não se trata apenas de a ética se encontrar envolvida na tarefa da teoria social, mas a teoria social, se tiver de produzir resultados não violentos, deve encontrar um lugar de vida para esse “eu” (BUTLER, 2015, p. 19).

Ao propor a narrativa de suas experiências, também estava propondo a construção de um “eu” lésbico, por esse motivo, ficar atenta as matrizes de normas e condicionantes morais, que são referenciais, por vezes conflituosos, nessa equação, foi uma tarefa complexa durante

todo processo desta pesquisa, tendo em vista que o próprio “eu” pesquisadora relaciona-se e age também permeado por um comportamento regulado por normas e por uma moral investigativa em torno do tema e do objeto da pesquisa.

Nesse sentido, foi utilizado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE”, em forma de convite (ver apêndice). Um documento que informa e esclarece às informantes da pesquisa sobre como se daria a sua participação no estudo, para que, dessa forma, ela pudesse escolher, livre de qualquer constrangimento, se desejava ou não participar do projeto de pesquisa.

Outro critério considerado na realização desta pesquisa foi o direito ao anonimato da informante. Em uma pesquisa em que a entrevista narrativa – não somente neste caso – é o instrumento de investigação, é importante assinalar que a informante tem o direito ao anonimato. Em contrapartida, por se tratar de uma pesquisa que tem como campo de estudo os movimentos lésbicos, muitas de suas militantes consideram que esta pesquisa é uma possibilidade de visibilização de suas experiências, o que contribui diretamente com o fortalecimento do movimento, por isso, expressaram o desejo de se tornar visíveis, de levar suas lesbianidades para dentro da academia, de fazer parte da construção de um conhecimento científico que, por muito tempo, lhes é negado, tornar pública suas experiências lésbicas a fim de politizar o que sempre é resguardado ao privado, ao íntimo: suas sexualidades. Sendo assim, aqui as entrevistadas estão identificadas pelas iniciais dos seus nomes, de forma que, ao mesmo tempo em que fica parcialmente preservado o anonimato, também é possível a visibilização das experiências lésbicas a partir da identificação dos coletivos e movimentos nos quais militam.

3.3 ENTREVISTA NARRATIVA: UMA FORMA DISCURSIVA DE CONSTRUÇÃO DOS FENÔMENOS SOCIAIS

Contar histórias a partir das experiências vividas e do modo de vida é uma prática que atravessa épocas e culturas. É uma forma de comunicação capaz de integrar os acontecimentos experienciados por cada indivíduo em uma cadeia social. "Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo constitui sua perspectiva de mundo [...]" (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

A ação de contar uma história, de narrar um acontecimento, pode parecer algo simples, na qual uma pessoa evidencia fatos considerados relevantes para caracterizar situações vivenciadas. Mas as narrações possuem uma estrutura bastante rica por incorporarem, além de fatos, situações interligadas com a experiência de cada narrador/a, ou seja, elas fazem uma ligação entre os acontecimentos e os sentidos construídos e atribuídos a cada história. Nesse processo, duas dimensões se evidenciam: 1) a cronológica: uma sequência de episódios relacionados ao fato principal narrado; e 2) não cronológica: a construção de um todo que integra a sucessão de diversos acontecimentos. “A narração reconstrói ações e contexto da maneira mais adequada: ela mostra o lugar, o tempo, a motivação e a orientação do sistema simbólico do ator” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 92).

A entrevista narrativa foi se constituindo enquanto técnica de constituição *docorpus* em pesquisas qualitativas na medida em que as narrativas ganhavam espaço como instrumento de construção dos fenômenos sociais, desse modo, é necessária a sistematização dessa técnica a fim de que sua função seja alcançada, ou seja, reconstruir acontecimentos sociais baseados na perspectiva de quem narra. Assim, Jovchelovitch e Bauer (2002) apresentam uma proposta sugerida por Schütz (1977)¹³, na qual o autor cria uma sistematização das narrativas para fins de pesquisa social. Na proposta, a narrativa se estrutura a partir de um esquema autogerador que possui três características principais:

Textura detalhada: se refere à necessidade de dar informação detalhada a fim de dar conta, razoavelmente, da transição entre um acontecimento e outro. [...] Fixação da relevância: a explicação dos acontecimentos é necessariamente seletiva. Ela se desdobra ao redor de centros temáticos que o narrador considera importante. [...] Fechamento da Gestalt: um acontecimento central na narrativa tem que ser contado em sua totalidade, com um começo, meio e fim (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.95).

A entrevista narrativa é uma entrevista não estruturada, que contém profundidade e possui características específicas: a ideia central é possibilitar que a informante utilize uma linguagem própria para construir a narrativa dos acontecimentos que possuem uma significação ligada à sua experiência, mas isso não quer dizer que a entrevista narrativa não possua uma estrutura consistente de elaboração. A fim de sintetizar como se constitui a elaboração de uma entrevista narrativa para Jovchelovitch e Bauer (2002), apresento o quadro a seguir:

¹³Essa proposta de sistematização, elaborada por Shutz (1977), está organizada em um manuscrito que ainda não havia sido publicado quando Jovchelovitch e Bauer (2002) escreveram o texto a que faço referência.

Quadro 2– Fases e regras da entrevista narrativa *

Fases da entrevista narrativa	Regras
Preparação	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração do campo • Formulação de questões exmanentes
<ul style="list-style-type: none"> • Iniciação 	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação do tópico inicial para narração • Emprego de auxílios visuais
<ul style="list-style-type: none"> • Narração central 	<ul style="list-style-type: none"> • Não interromper • Somente encorajamento não verbal para continuar a narração • Esperar para os sinais de finalização ("cada")
<ul style="list-style-type: none"> • Fase de perguntas 	<ul style="list-style-type: none"> • Somente "O que aconteceu então?" • Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes • Não discutir sobre contradições • Não fazer perguntas do tipo "por quê?" • Ir de perguntas exmanentes para imanentes
<ul style="list-style-type: none"> • Fala conclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Parar de gravar • São permitidas perguntas do tipo "por quê?" • Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

* Quadro retirado de Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 97)

As regras descritas no quadro 2 serviram de estratégia para nortear a elaboração das entrevistas narrativas, no entanto, não seguimos rigidamente esses critérios, priorizamos a espontaneidade e liberdade das entrevistadas, assim como as singularidades das experiências narradas, investigando com atenção as particularidades de cada narrativa de acontecimentos, procurando contribuir para potencialização da rememoração das experiências vividas pelas militantes lésbicas a partir da utilização das técnicas já colocadas até aqui.

3.4 FOTOGRAFIA COMO VETOR DE EXPERIÊNCIAS NA ENTREVISTA NARRATIVA

A fotografia é um instrumento que proporciona a captura de momentos, experiências, sentimentos, que podem ser lembrados quando se olha para a imagem retratada, funcionando como uma preservação de um momento vivido, carregada de simbolismo e constatando um tempo que já passou. A fotografia é como uma reconstituição de um fragmento, de um acontecimento que tem a força de levar o/a narrador/a ao momento que ela

própria fixou em uma imagem, possibilitando que um caminho seja percorrido para se contar a história retratada no papel. É um

Tempo buscado na experiência presente sobre o passado, pois "um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave (origem) para tudo que veio antes e depois" (BENJAMIN, 1994, p. 38).

A utilização da fotografia como instrumento de apoio para a entrevista narrativa possibilita que as histórias contadas a partir da imagem sejam (re)significadas. Aquele momento que foi vivido e está ali retratado, quando narrado, em um outro espaço-tempo social é (re)investido de significados a partir do contexto atual.

Nesse sentido, conseqüentemente, ao rever uma fotografia, o entrevistado poderá colocar dados novos, modificando e construindo uma nova imagem, que ainda não seja uma imagem física, insere-se como uma imagem mental. Sendo assim, a cada reconstrução da narrativa do que a fotografia de um evento representa, há a inserção de novos fatos e elementos que estão presentes no momento atual, com traços do passado e expectativa do futuro (SOUZA; VERSUTI, 2012, p. 6).

O objetivo da fotografia na realização de uma entrevista narrativa é a possibilidade de construção de um registro social, através da interpretação danarradorade acordo com seus processos históricos e culturais. As fotografias, mesmo sendo elementos de captura de um momento real, não representam a própria extensão da realidade, elas se constituem a partir da interação de um acontecimento real vivido e a interpretação gerada no imaginário social de quem passa pela experiência retratada na imagem.

É importante compreender que as experiências rememoradas e reconstruídas, a partir do diálogo entre imagem e memória, também perpassam os sujeitos envolvidos na entrevista – entrevistadora e entrevistada –, mas essa relação deve proporcionar as condições de tempo e espaço para que anarradora conte a sua história com espontaneidade, pois, na pesquisa, a narrativa deve ter base na experiência vivenciada pela entrevistada,e, nesse processo, a intervenção da entrevistadora deve ser mínima.

“As imagens potencializam as entrevistas, funcionando como instrumento mediador e, porque não dizer, produto – produtor – das narrativas” (SOUZA, 2014, p.60). Desse modo, esta pesquisa buscou o apoio na fotografia, durante a realização das entrevistas, por perceber que, ao entrar em contato com as imagens, foi possível as entrevistadasacessarem suas memórias e, em alguns momentos durante as entrevistas, revivê-las, resignificando e/ou até mesmo construindo novas experiências.

4 MOVIMENTOS LÉSBICOS EM PERNAMBUCO: AS TRAJETÓRIAS NÃO CONTADAS

Se você pegou este entulho para o meu passado
 revolvendo-o em busca de fragmentos para vender
 saiba que eu há muito segui em frente
 para dentro, para o coração da matéria

Se você pensa que pode me agarrar, pense melhor:
 minha história flui em mais de uma direção
 um delta do leito do rio se abrindo
 com seus cinco dedos abertos.

Adrienne Rich

Como dito em momentos anteriores, esta pesquisa se propõe a analisar como as experiências de militantes de coletivos lésbicos contribuem para a formação de suas subjetividades, para isso, foi preciso percorrer um caminho que passou pela compreensão da forma como os coletivos se constituem e atuam na região metropolitana do Recife.

Durante o processo de construção desta pesquisa, encontramos um cenário no qual o cruzamento das demandas lésbicas é parte constitutiva das lutas e embates políticos travados no processo de construção dos discursos pela equidade de direitos, tanto com os movimentos feministas quanto com os coletivos LGBT, no qual o debate político sobre lesbianidades e o desenvolvimento de práticas direcionadas para a desconstrução do reconhecimento dos sujeitos apenas a partir de um imaginário heterossexual tem sido uma estratégia utilizada para visibilizar a opressão política e sexual das mulheres lésbicas.

Sendo assim, este capítulo pretende destacar as trajetórias de alguns coletivos que atuam na região metropolitana do Recife a partir de informações coletadas, principalmente, nas entrevistas exploratórias realizadas com militantes lésbicas. Destacamos aspectos como: o processo de formação dos coletivos, as principais bandeiras de luta, as formas de atuação e também características consideradas pelas militantes como constitutivas de cada grupo e coletivo, construindo, assim, um delineamento dos diferentes coletivos lésbicos atuantes na região metropolitana do Recife, como proposto em um dos objetivos específicos desta pesquisa.

4.1 CONHECENDO OS COLETIVOS LÉSBICOS

Como ressaltadoem capítulo anterior, foram realizadas entrevistas exploratórias que tinham por objetivo construir um panorama geral sobre o processo de constituição e atuação dos coletivos lésbicos na região metropolitana do Recife, uma vez que a literatura sobre a temática deste estudo não possui as informações necessárias para construir uma linha histórica desses movimentos. Sendo assim, boa parte das informações, neste capítulo, são frutos das narrativas das próprias militantes, que contribuíram ativamente para a construção do movimento lésbico na cidade do Recife, assim como de materiais fornecidos por elas durante as entrevistas exploratórias, inclusive o acesso aos blogs dos coletivos.

Através das entrevistas exploratórias foi possível colher informações sobre como o movimento lésbico vem sendo desenhado ao longo dos anos na cidade do Recife, sendo identificado como o coletivo mais antigo o AMHOR – Articulação e Movimento Homossexual do Recife, fundado em 1991. Embora não fosse um espaço exclusivamente dedicado às questões lésbicas, segundo as entrevistadas, esse foi o ponta pé inicial para um processo de constituição de um movimento lésbico na Região Metropolitana do Recife.

Alguns anos depois, outros coletivos foram surgindo e o que antes era uma militância lésbica atrelada ao movimento LGBT, passa a galgar espaços específicos de discussão e construção de políticas públicas direcionadas para a população lésbica, ocupandolugares de debate, como o Fórum LGBT de Pernambuco – iniciado em 2001 –, pela necessidade de “explorar o ponto de vista lésbico dentro do movimento LGBT” (R.R., militante do CANDACES).

Quadro 3– Coletivos lésbicos atuantes na região metropolitana do Recife – PE

Coletivo	Área de Atuação	Bandeiras de luta
Grupo LUAS – Liberdade Afetiva Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais	Recife – PE	Políticas Públicas e de Saúde para mulheres lésbicas e bissexuais
CANDACES – Coletivo Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas	Diferentes regiões do Brasil. Possui um coletivo em Recife – PE	Saúde e Direitos humanos, principalmente para mulheres lésbicas e negras
COMLÉS – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco	Diferentes regiões do Brasil. Possui um coletivo em Recife – PE	Políticas Públicas, principalmente de Saúde, para as mulheres lésbicas e bissexuais
AMHOR – Articulação Homossexual do Recife	Recife – PE	Promoção de direitos e visibilidade homossexual
Coletivo Ocupe Sapatão	Recife – PE	Livre expressão das lesbianidades e espaços seguros de existência lésbica

Ou Vai Ou Racha – Bloco Rachístico Carnavalesco	Recife - PE e Olinda - PE	Combate às opressões de gênero e violência contra a mulher
Movimento Gay Leões do Norte ¹⁴	Recife – PE	Promoção de Direitos Humanos e Cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros

No quadro 3, descrevemos os coletivos e grupos lésbicos que emergiram como espaços de atuação na Região Metropolitana do Recife – PE e também onde as entrevistadas desta pesquisa militam. Mas, para melhor compreender as formas como cada coletivo atua, outras informações se fazem necessárias, nas seções que seguem trago as informações de como esses coletivos surgem no cenário dos movimentos LGBT da região, como se constituem e as práticas que desenvolvem.

Embora tenham sido mapeados seis coletivos lésbicos, e um coletivo que possui atuação de militantes lésbicas, não foi possível entrevistar militantes de todos os coletivos localizados. Inicialmente, foram feitos contatos tímidos com algumas militantes, que, por motivos diversos – processos de reorganização interna, experiências anteriores conflituosas com pesquisadores/as acadêmicos, rotinas de trabalho, entre outros –, não fluíram, impossibilitando a realização dos encontros necessários para realização das entrevistas com militantes dos coletivos Ou Vai Ou Racha e AMHOR. No entanto, devido à importante contribuição de ambos na constituição de um cenário de militância política lésbica na Região Metropolitana do Recife, consideramos necessária a caracterização desses coletivos neste estudo.

4.1.1 Grupo LUAS: Liberdade Afetiva Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais

O LUAS inicialmente surge como um fanzine¹⁵, em 2006, idealizado e produzido por duas mulheres lésbicas e feministas. Um dos objetivos desse periódico era compartilhar informações sobre as questões que envolviam as lesbianidades, como as políticas públicas e as temáticas que relacionavam militância e direitos humanos, mas também ser um instrumento

¹⁴O Movimento Gay Leões do Norte é uma organização que luta pela livre orientação afetivo- sexual na cidade do Recife – PE; por ter importante participação na construção do movimento LGBT da região e por possuir um dos espaços mais antigos de discussão sobre a defesa dos direitos das pessoas LGBTs, foi considerado como espaço de atuação também de mulheres lésbicas, uma vez que possui uma diretoria composta por duas mulheres lésbicas que discutem a temática e constroem a intervenções do grupo direcionadas às lesbianidades.

¹⁵Fanzines são um tipo de publicação impressa totalmente livre de censura, em sua maioria são feitos em folhas de papel no formato sulfite, que contém texto, desenhos, recortes de palavras ou figuras, de modo a compor uma outra combinação. Os textos são diagramados com parágrafos recortados e colados em ordem não convencional (CAMARGO, 2011).

de divulgação dos materiais produzidos na cidade que integravam o universo lésbico, como poemas, filmes, locais em que as mulheres lésbicas pudessem se divertir, se encontrar, viver a sua sexualidade.

Além de buscar socializar as produções lésbicas feitas por mulheres da região, o *Jornal LUAS* tinha também a pretensão de tornar visíveis as existências lésbicas, de fazer ecoar as vozes por vezes silenciadas, seja pela pressão de um sistema heterocêntrico que insiste em manter as mulheres caladas e obedientes, seja por um movimento LGBT que subjuga as especificidades lésbicas.

A distribuição dos fanzines era feita pelas próprias idealizadoras do projeto, que saíam às ruas e entregavam nos pontos de ônibus, nos bares, nos shoppings, principalmente pelo bairro da Boa Vista¹⁶. Os recursos para a impressão dos fanzines provinham de apoio da prefeitura, através da secretaria da mulher, ou do apoio de empresas privadas, ou até mesmo do próprio bolso das idealizadoras.

No processo de distribuição dos fanzines, segundo a entrevista, as militantes passaram a perceber como o movimento de lésbicas em Pernambuco era ainda insipiente, surgindo a necessidade da realização de um trabalho mais profundo voltado para as mulheres lésbicas e bissexuais. Desde esse momento, o grupo se dedica à organização de seminários temáticos, oficinas, debates, que tem as lesbianidades como tema central e articulador.

Um dos principais projetos enfatizados como de grande importância e contribuição para o movimento lésbico da região foi um curso de formação política direcionada para mulheres jovens, como destaca uma das fundadoras do Grupo LUAS:

Então, a gente realizou, em 2008, todo um processo de formação com 20 jovens, mas, assim, tinha algumas que não eram mais jovens, mas que a gente colocou, porque a gente precisava fortalecer essas mulheres lésbicas de Pernambuco. Então, a gente fazia no SOS CORPO, quando num dava no SOS CORPO, a gente fazia em outros espaços, aí a gente convidou várias pessoas, várias pessoas que prá gente tinha um papel importante aqui em Pernambuco. [...]foi um processo, assim, bem bacana e que marcou a vida de muitas meninas que participaram desse processo, inclusive o processo do LUAS enquanto instituição (A.C.L.).

O grupo LUAS é um coletivo que utiliza ações e intervenções sócio-educativas e culturais sobre saúde, direitos humanos, gênero, feminismo, diversidade sexual e direitos sexuais, principalmente com mulheres lésbicas jovens, buscando o empoderamento dessas

¹⁶ O bairro da Boa Vista é considerado um dos locais de circulação de pessoas LGBTs na cidade de Recife – PE; nesse bairro, está localizada uma das boates mais famosas da cidade, bares, restaurantes, entre outros locais.

mulheres e o fortalecimento político do público LGBT. Nesse processo, teve alguns de seus projetos financiados pelo Fundo Social Ângela Borba¹⁷.

Utilizando principalmente metodologias autorreflexivas, herança da formação política feminista de suas idealizadoras, o LUAS se propõe a promover uma reflexão sobre temas específicos a partir das experiências dos sujeitos, uma prática cara utilizada pelo movimento feminista que busca a reflexão do agir, a politização da existência como mecanismo de enfrentamento das opressões infligidas às mulheres e, nesse contexto especificamente, às mulheres lésbicas.

Em 2009, o LUAS realizou outro curso de formação, nesse momento, o coletivo havia crescido, outras mulheres lésbicas passaram a fazer parte desse espaço de construção política. A inserção de outras lésbicas no coletivo fez emergir também a necessidade de se pensar em outras formas de existências lésbicas e, a fim de contemplar as diferentes lesbianidades, o curso, realizado em 2009, também trouxe para discussão as vivências de mulheres lésbicas negras. Além de construir um espaço de compartilhamento de vivências lésbicas e construção política, o LUAS também passou a cultivar o acolhimento como ferramenta de empoderamento, através de uma rede de apoio baseada na solidariedade entre mulheres, que buscava oferecer um espaço seguro para as mulheres lésbicas, que, por vezes, tinham uma vivência solitária, pelas várias exclusões que experimentavam: por serem negras, mulheres, lésbicas e, na maioria das vezes, de classe popular.

[...] a vida lésbica às vezes é muito solitária, especialmente quando se trata de família, quando você sofre uma violência, você vai se referir a quem? Você não ter um espaço desse é muito ruim. Certo que tem o centro estadual e municipal aqui, enfim, tem seus problemas, mas pode acessar os profissionais, mas, assim, ter um espaço que acolha... Então eu acho que esse é o maior legado, de pensar esse acolhimento, e eu acho que esse sempre foi o meu pensamento quando eu fundei o LUAS em 2006 (A.C.L., militante do Grupo LUAS).

A figura 1 retrata uma das atividades desenvolvidas pelo Grupo LUAS em articulação com outros coletivos lésbicos, organizações LGBT e ativistas independentes. Na fotografia, podemos ver algumas das jovens que participaram dos cursos de formação política realizado

¹⁷Atualmente o Fundo Ângela Borba modificou sua nomenclatura e chama-se Fundo Social Elas, sendo o único fundo brasileiro de investimento social voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo das mulheres. Maiores informações no site: <http://www.fundosocialelas.org>.

pelo Grupo LUAS, tanto do ano de 2008 quanto do ano de 2009, segurando uma *bandeira de arco-íris*¹⁸, um dos principais símbolos do orgulho LGBT.

Figura 1 – Ato político para implementação da coordenadoria LGBT.



Fonte: acervo LUAS.

Figura 2: Caminhada pela Visibilidade Lésbica em 2011



Fonte: Acervo LUAS

A atividade registrada na fotografia foi uma das atividades realizadas em alusão ao dia 29 de Agosto - data nacional de luta pela visibilidade lésbica. Nesse ano, o Grupo LUAS

¹⁸A bandeira do arco-íris foi criada em 1978, por um ativista chamado Gilbert Baker, para o Dia do Orgulho Gay de São Francisco – Califórnia. Originalmente ela possuía oito cores, e cada cor representava um aspecto diferente dos sujeitos, por exemplo, rosa – sexualidade; turquesa – mágica/arte; anil – harmonia. Atualmente a bandeira possui seis cores, o rosa e o anil foram retirados, e a cor azul passou a substituir o turquesa. De acordo com seu criador, a bandeira foi idealizada para transmitir a ideia de diversidade e inclusão. Surgia, assim, um símbolo que marca a existência de “uma tribo”, se tornando também um “marco histórico do design”. Fonte: <http://www.abtlgbt.com.br>.

construiu, juntamente com outros grupos e coletivos, a Semana da Visibilidade Lésbica de Recife – pelo fim da violência, da lesbofobia e do racismo, que teve início no dia 24 de agosto, com uma programação que integrava diferentes atividades, como roda de diálogos, debates e uma audiência pública, como objetivo principal de sensibilização da sociedade civil.

Uma das atividades de destaque da programação da Semana de Visibilidade Lésbica foi a II Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco¹⁹, ocorrida no dia 28 de agosto, na qual cerca de 200 mulheres, entre elas lésbicas militantes dos coletivos e grupos organizadores feministas que participavam de espaços como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, ativistas LGBT e independentes, estiveram presentes. O ponto de concentração da caminhada foi o Parque 13 Maio, situado no centro do Recife, seguindo até o pátio da Igreja Nossa Senhora do Carmo, também no centro da cidade, se encerrando com um ato-*show* em comemoração ao Dia da Visibilidade Lésbica.

Atualmente, o grupo LUAS vem desenvolvendo suas atividades em articulação com outros espaços de militância LGBT, como o Fórum LGBT de Pernambuco e o Comitê Interinstitucional de Políticas Públicas para Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco, buscando sempre pautar a liberdade de vivenciar a lesbianidade como forma de romper com a lógica opressora da heterossexualidade compulsória.

Embora o processo de construção dos nomes e siglas que representam os grupos e coletivos lésbicos não tenha sido um tema trabalhado durante as entrevistas, após percorrê-las, as nomeações de cada coletivo passaram a constituir um objeto de indagações por parte desta pesquisadora. Afinal, nomear é uma forma de produzir significados, de constituir um universo discursivo.

Como trazido no início desta seção, o grupo LUAS foi fundado por duas mulheres lésbicas e feministas, ambas idealizaram um espaço que, além de contribuir para o fortalecimento do movimento lésbico no Recife, também tinha o objetivo de “acolher” afetivamente mulheres lésbicas que, por vezes, estavam vivenciando situações de violência e exclusão, tanto familiar quanto social.

¹⁹A I Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco ocorreu em 2006, como uma das atividades construídas através do SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas que ocorreu nesse mesmo ano em Recife.

Figura 3 - Logo utilizada pelo grupo LUAS



Fonte: <http://grupoluas.blogspot.com.br/>.

Como podemos ver na figura 3, a disposição da sigla LUAS tem no lugar do *L* uma imagem da Lua integrada ao símbolo que representa a orientação sexual lésbica, de um lado (direito), e do outro (esquerdo), uma “estrela” com as cores da bandeira do arco-íris utilizada como símbolo do orgulho LGBT. LUAS é também uma homenagem a uma de suas fundadoras e uma simbologia que destaca a pluralidade feminina e se contrapõe ao conceito de mulher como universal, bandeira de algumas correntes feministas até hoje:

O nome surgiu em homenagem a Elís, que é uma das fundadoras. É que ela se considera “Elís Luas”, pelas fases dela e pela representatividade da Lua e suas fases, negando uma única forma de ser e estar no mundo. Entendendo que não há uma mulher universal, mas que há várias mulheres, orientações sexuais, assim como as fases da Lua (A.C.L., militante do grupo LUAS).

4.1.2 CANDACES: Coletivo Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas

A rede CANDACES é uma organização nacional que está distribuída por diversas regiões do país, fundada em 21 de março de 2007, por mulheres negras, lésbicas e feministas que atuavam em diferentes partes do Brasil. Tem como objetivo principal “dar visibilidade, letramento e empoderamento para as lésbicas negras”, a fim de fortalecer o protagonismo dessas mulheres nos diversos espaços de discussão sobre lesbianidades, raça e sistema patriarcal.

Em Recife, a CANDACES tem início também em 2007, a partir da articulação entre militantes lésbicas, negras e feministas, que perceberam a necessidade de construir um espaço para pautar as demandas específicas desse grupo de mulheres. O contato inicial dessas mulheres ocorreu ainda em 2005, no 1º Encontro Nacional de Ativistas LGBT

Afrodescendentes, que é também marco inicial de construção da rede AFRO LGBT²⁰, local onde os debates sobre lesbianidades e raça foram sendo amadurecidos.

A necessidade de voltar o olhar para a intersecção entre os diferentes marcadores sociais de diferença e a pluralidade de processos de opressão que se cruzam e incidem sobre as mulheres, provocou o surgimento de grupos e coletivos que articulam em suas bandeiras de luta questões de gênero, sexualidade, classe social, geração, raça, etnia, religião, território, etc.

A construção de uma identidade lésbica universal imaginada por muitos grupos e coletivos provocou um sufocamento das especificidades lesbianas, marginalizando demandas e reproduzindo um sistema que hierarquiza as mulheres e suas experiências. Nesse contexto, a necessidade da afirmação da pluralidade de identidades lésbicas fez emergir espaços de construção política, visando superar, além da heterossexualidade compulsória, as desigualdades resultantes de séculos de uma hegemonia masculina e de outros sistemas de opressão como o racismo: “o sujeito político, ele vem acompanhado também da tua raça, do teu lugar de negra que é um lugar muito de ponto de vista negado, então, eu acho que eu precisava desse espaço pra me fortalecer” (R.R., militante do coletivo CANDACES).

O tensionamento das disputas em torno do significante *mulher* e do sentido de suas lutas é um aspecto histórico e constituinte do próprio movimento feminista. As militantes negras norte-americanas foram pioneiras na reivindicação em discutir o racismo e as diferenças de classe social como aspectos constituintes das diferentes experiências das mulheres. A partir, principalmente das décadas de 1980 e 1990, pesquisadoras-militantes, como Angela Davis (1995), bell hooks e Patricia Hill Collins (1989), forneceram análises importantes para a compreensão da marginalização das mulheres negras nos EUA. Uma das principais contribuições desses estudos ao feminismo foi refletir sobre as experiências diárias das mulheres negras como professoras, escritoras, empregadas domésticas, operárias, militantes de movimentos sociais e cantoras de música popular. No Brasil, de acordo com Carneiro (2003), o movimento feminista negro tem discutido e denunciado as contradições intragênero e entre gêneros impostas pela racialidade, atrelado a uma perspectiva feminista mais próxima da realidade latino-americana e às reflexões sobre os processos de colonização.

Com o objetivo de fortalecer o protagonismo das mulheres lésbicas negras, o coletivo CANDACES utiliza uma atuação em rede, ou seja, suas ações ocorrem articuladas com outros grupos que possuem a mesma “identidade social ou política”, configurando o que Scherer-

²⁰Também conhecida como Rede Nacional de Negros e Negras LGBT, foi criada em 2005. Atualmente possui integrantes em 15 estados brasileiros, entre eles o estado de Pernambuco. Maiores informações no blog: <http://redeafrolgbt.blogspot.com.br>.

Warren (2006) denomina de *rede de movimento social*. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou as situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas (p. 113).

Nesse sentido, o CANDACES atua principalmente por meio de ações focais, como roda de diálogos e debates, e de monitoramento das políticas públicas através das filiadas distribuídas pelo país, fortalecendo os movimentos sociais de base locais. Em Recife, através das militantes e representantes regionais, esteve sempre presente nas conferências municipais e estaduais de saúde e direitos das mulheres e de LGBT. Em 2015, tem na realização do II Seminário Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais, com o tema “Afirmando Identidades para a Saúde Integral”, uma de suas ações mais impactantes construída juntamente com outros coletivos lésbicos.

A fim de ganhar visibilidade e produzir impactos na esfera pública, o CANDACES articula atores dos movimentos sociais LGBT e negro, das ONGs, dos fóruns em suas mobilizações, utilizando as mídias sociais como mecanismo tanto de divulgação de suas atividades quanto como meio de produção de efeitos simbólicos para as próprias militantes e para a sociedade em geral.

Figura 4 - Roda de conversa sobre feminismo lésbico e negro



Fonte: acervo CANDACES.

A fotografia acima retrata um momento de debate e construção política realizado pelo coletivo CANDACES em parceria com outros grupos lésbicos e instituições do Recife, a saber, COMLÉS, Secretaria da Mulher de Pernambuco, Fórum LGBT de Pernambuco e Comitê Interinstitucional Pró-lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco. A roda de conversa foi conduzida por uma das coordenadoras do nordeste do CANDACES e teve como objetivo expor, através do compartilhamento da experiência desenvolvida pelo coletivo em

Pernambuco, como é possível construir uma militância feminista e lésbica voltada para as questões das mulheres negras.

A participação das mulheres “candaceiras” nos espaços de discussão sobre as lesbianidades estão sempre atreladas à importância do protagonismo das lésbicas negras e do enfrentamento do racismo e da lesbofobia, reafirmando a missão do coletivo de dar visibilidade e empoderamento às lésbicas e bissexuais negras.

Figura 5 - Logomarca do CANDACES



Fonte: <http://lesbicasnegrascandacebr.blogspot.com.br/>.

O nome CANDACES, e a logomarca do coletivo (ver figura 4), tem um significado que evidencia a força e o incentivo à luta da mulher negra. O termo *Candace* quer dizer *rainha-mãe*. As “Candaces”, como eram chamadas as filhas dos soberanos da dinastia etíope, detinham prestígio religioso e ocupavam uma importante posição política e econômica, assumindo também posições militares nos períodos de guerra durante as invasões romanas ao Egito²¹. “A liderança familiar, religiosa, educacional, política, econômica e militar das Candaces estimulou a produção de representações sociais das soberanas rainhas em diversas instituições culturais brasileiras contemporâneas” (BISPO, 2009, p. 11).

A simbologia que envolve o termo *Candaces* perpassa toda a construção discursiva do coletivo, desde sua logomarca, que apresenta a figura de uma mulher negra, com uma lança na mão, em posição de combate. Na ponta da lança estão fitas nas cores do movimento LGBT. A figura está em sua maioria inscrita em tons de preto e vermelho, atrelando a ideia de negritude e de sangue. Nas costas da mulher-guerreira há uma grande árvore negra, cujos galhos se misturam aos cabelos da mulher, e se sobrepõe ao pôr do sol. A árvore remete à ideia de ancestralidade, conceito de referência no movimento negro que implica o regaste da

²¹Para maior aprofundamento do tema ler AZIZ (1978) e MAHJOUBI (1983).

história dos antepassados que resistiram e que servem de exemplo para os que lutam na atualidade.

O CANDACES, através de suas ações e práticas, atribui à mulher negra lésbica a força para subverter a ordem hegemônica que condena as mulheres a um destino padrão baseados no sexo biológico e utiliza o racismo como mecanismo que estabelece uma inferioridade social de segmentos da população negra em geral e das mulheres negras em particular. Nesse sentido, o CANDACES vem operando como ferramenta política que articula a questão racial às questões de gênero, promovendo uma articulação (LACLAU; MOUFFE, 2015) entre os discursos do movimento negro, do movimento lésbico e do movimento feminista.

4.1.3 COMLÉS PE: Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco

O COMLÉS é um espaço de articulação de diversos grupos e coletivos que tem na afirmação política das lesbianidades e da bissexualidade das mulheres suas principais bandeiras. Possui também ativistas independentes. Assim como o coletivo CANDACES, tem uma atuação em rede e se caracteriza como uma organização que possui coletivos por diversas regiões do país. Em Recife, teve sua fundação no ano de 2009, com o objetivo de unificar e contribuir para a politização das atividades desenvolvidas em grupos menores da Região Metropolitana do Recife. Praticamente todas as entrevistadas atuam junto ao COMLÉS, com exceção da militante do coletivo Ocupe Sapatão, que não tem nenhuma aproximação com nenhum dos coletivos participantes deste estudo.

O processo de constituição do COMLÉS PE ocorreu após algumas militantes de grupos que atuavam na Região Metropolitana do Recife observarem a necessidade de articular suas práticas a fim de fortalecer o movimento lésbico no Estado, devido ao momento histórico-político favorável para as discussões das pautas LGBT.

Na verdade, a gente une mulheres que normalmente já fazem parte de grupos ou ONGs. Então, foi assim, a partir dessa interação com a gente... O Leões do Norte sempre fez o Saral da visibilidade lésbica e, na verdade, a gente tem uma boa comunidade lésbica e existiam alguns grupos, tinha o grupo AMHOR, que tinha um monte de lésbicas e hoje não existe mais, a gente tinha o LUAS, que tinha um monte de lésbicas e que hoje, na prática, tem algumas pessoas que estão tocando a pauta, mas não com reuniões regulares, e o Leões do norte também meio que passou um bom tempo apagado, mas, na época, eram todas em pautas super atuantes, então, assim, a gente para no momento em que o movimento não está bombando, o movimento tá passando por uma crise, e isso é geral, em todo o mundo, não tem nem como você fazer algo nessa conjuntura hoje, mas lá em 2006/2007, quando nem o STF tinha reconhecido, o que só veio acontecer em 2014, os direitos e a equiparação de família, quando nem o STF tinha reconhecido, em 2006/2007/2008,

o coletivo, lá tinha uma galera que tava se lascando e assim, a gente botava muito a cara na rua, a gente brigava muito pelos direitos, a gente tinha também meio que uma esquerda que tava meio ali, no meio de campo, isso é que é fato, então, a gente tinha muito dinheiro sendo destinado pra projetos, muitos editais na rua [...].(M.A.S., militante do Movimento Gays Leões do Norte).

Além de ser um espaço de articulação política de grupos e coletivos lésbicos de Pernambuco, o COMLÉS também é um organismo de mediação entre as esferas governamentais, através da realização de fóruns e seminários que buscam discutir e construir políticas públicas direcionadas para as mulheres lésbicas e bissexuais. O coletivo constrói redes que interligam os movimentos lésbicos localizados com o Estado. Essa “parceria” com o Estado também foi citada nas entrevistas como experiências particulares de algumas militantes que estiveram na “posição de governo”:

[...] no ano de 2009, eu me tornei a primeira gerente do estado de Pernambuco, mulher, lésbica e mulher negra, depois disso nenhuma mulher mais ascendeu em canto nenhum, na política LGBT do governo do estado, ou do governo municipal, dentro do ponto de vista governamental (R.R., militante do coletivo CANDACES).

Enquanto pesquisadora pude estar presente em algumas reuniões organizativas e deliberativas do COMLÉS. Em algumas delas, o incômodo por parte de outras militantes com a parceria do movimento e/ou de algumas militantes com o estado era evidente e motivo de pautas e debates acalorados, assim como a atual conjuntura política do país e do estado de Pernambuco especificamente²², confirmando o que ressalta Scherer-Warren (2006, p.113) que “essas organizações em rede abrem-se para a articulação da diversidade, mas com limites quanto à capacidade de absorção de posturas ideológicas e políticas conflitivas, vindo a se cindir quando os conflitos se tornam não negociáveis”.

Atualmente o COMLÉS conta com a participação de cerca de 30 mulheres, que se reúnem mensalmente, de acordo com o planejamento construído a cada entrada de ano desde sua fundação. Nessas reuniões, as discussões se concentram no processo de inserção das demandas lésbicas e de mulheres bissexuais na construção das políticas públicas de saúde, direitos humanos e cidadania.

²²Embora haja uma diversidade de grupos e coletivos representados no COMLÉS, o direcionamento político-ideológico das mulheres lésbicas que integram este espaço é quase unânime. A maioria das mulheres são filiadas ou “simpatizantes” do Partido dos Trabalhadores - PT, com exceção de poucas filiadas ao Partido Socialista Brasileiro – PSB e algumas outras que se identificam com outras inclinações políticas. O fato de, nas últimas eleições, os candidatos do PT, ao governo do estado de Pernambuco e à prefeitura do Recife, não terem saído vitoriosos ao disputarem com candidatos do PSB, são fatores geradores de tensão entre as militantes, provocando cisões e embates em diversas ocasiões.

Além das reuniões, o COMLÉS busca promover seminários e fóruns, rodas de conversa, oficinas e eventos culturais, com o objetivo de fortalecer e fomentar ações que possibilitem a discussão da viabilidade das políticas públicas, com grande ênfase na área de saúde, sempre buscando articular movimentos sociais e parlamentares sensíveis às causas LGBT.

Figura 6 - Logomarca do COMLÉS PE



Fonte: <https://www.facebook.com/comles.pernambuco/>.

A logomarca do COMLÉS Pernambuco (Figura 6) é composta pelo duplo-vênus entrelaçado, símbolo clássico no movimento lésbico, que representa o relacionamento entre duas mulheres. Faz referência à deusa do amor e da beleza, na mitologia grega (Vênus ou Afrodite), e ao planeta vênus, considerado o objeto mais brilhante do céu noturno, depois da lua. Um dos símbolos de vênus aparece na cor lilás, demarcando seu compromisso com o feminismo e o outro está preenchido pela bandeira de Pernambuco, destacando o compromisso do coletivo com a luta pelos direitos de lésbicas e bissexuais do Estado.

Figura 7 - Seminário de Planejamento Anual do COMLÉS PE



Fonte: acervo de fotografias do COMLÉS PE.

O momento do planejamento anual do COMLÉS é parte fundamental para a estruturação das atividades que serão desenvolvidas durante o ano. Na figura 7, está retratado o momento de encerramento do Seminário de Planejamento Anual 2016 do COMLÉS. O seminário ocorreu, entre os dias 01 e 03 de abril, com uma programação diversificada, que proporcionou, às mulheres participantes, compartilhar momentos de diversão, debate e formação política. O seminário foi iniciado com um momento de acolhimento e construção de um “mosaico das experiências militantes” e recital lésbico-feminista, intercalado com rodas de diálogos sobre as interações entre mulheres lésbicas e bissexuais e a construção de parcerias com o movimento gay e trans, um minicurso sobre movimento lésbico-feminista e feminismo negro e outro sobre a saúde da mulher lésbica, sendo finalizado com a construção do planejamento das ações para o ano de 2016 e o lançamento do documentário *Memórias do movimento de lésbicas brasileiro: as construções silenciadas. A história que não publicizaram*, de Ana Carla Lemos.

O seminário foi realizado no município de Olinda – PE, em uma casa cedida pela prefeitura que possuía a estrutura necessária para abrigar, pelos dias de duração do seminário, as mulheres que se deslocaram de outras cidades para participar das atividades. Ao todo estiveram presentes 50 mulheres, de sete municípios de Pernambuco, entre lésbicas e bissexuais, negras, brancas, deficientes, militantes de movimentos estudantis universitários, de movimentos de bairro e campestre, prontas para construir juntas uma agenda que contemplasse a diversidade de demandas e bandeiras.

Fazer parte desse momento enquanto pesquisadora no início da construção da minha pesquisa foi determinante para traçar também o meu planejamento. Foi na interação com essas mulheres que encontrei as participantes da minha pesquisa. Foi na descoberta das diferentes formas de se viver a lesbianidade que percebi o quão importante seria evidenciar as experiências dessas militantes lésbicas. Foi na troca, nos momentos de partilha, que passei a compreender a minha posição política enquanto mulher, lésbica e pesquisadora.

4.1.4 AMHOR: Articulação e Movimento Homossexual do Recife

O grupo AMHOR se constitui como um espaço de articulação do movimento homossexual na Região Metropolitana do Recife, fundado no ano de 1991, que atuava principalmente nas comunidades da periferia da cidade através de discussões sobre as

questões das homossexualidades. Nessa época, ainda não se falava de outras orientações sexuais e identidades de gênero, segundo as entrevistadas, pode-se dizer que foi no espaço do AMHOR, a partir das leituras e estudos impulsionados pelas necessidades dos/as militantes, que os/as coordenadores/as passaram a conduzir debates e formações que possibilitaram a ampliação e fortalecimento do movimento LGBT na Região Metropolitana do Recife.

O AMHOR foi idealizado por um grupo de pessoas que já vinham debatendo as questões “gays” em alguns bairros da cidade, entre elas as militantes lésbicas Íris de Fátima²³ e Josenita Duda²⁴, ambas ativistas citadas por todas as entrevistadas como precursoras do movimento lésbico no Recife.

Uma das principais bandeiras construídas pelo AMHOR, através das suas militantes lésbicas, foi a da visibilidade, sendo um espaço pioneiro na discussão e construção dessa pauta. Nesse sentido, o grupo tem entre suas conquistas a instituição do dia 29 de agosto como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Esse momento ocorreu no I SENALE realizado no ano de 1996, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes do AMHOR. A partir de debates sobre as questões das mulheres lésbicas e seus desdobramentos dentro dos movimentos LGBT, assim como os locais ocupados por essas mulheres e o processo de invisibilização vivenciado por elas, tanto nos movimentos sociais quanto na sociedade em geral, foi acordado definir uma data nacional para simbolizar a luta das mulheres lésbicas pelo direito à expressão e à visibilidade.

²³Íris de Fátima é funcionária pública do município do Recife, iniciou sua militância no movimento sindical, ocasião em que, juntamente com outros militantes, fundou o AMHOR. Sua trajetória de militância política passa pelo Conselho Municipal e Conselho Estadual de Saúde, locais em que buscava sempre pautar as demandas de saúde das mulheres lésbicas, pela coordenação de treze Paradas da Diversidade de Pernambuco, também tendo sido representante lésbica no Fórum LGBT de Pernambuco e presidente do AMHOR. Devido a importante contribuição dessa militante para a constituição do movimento lésbico na região, foi iniciado contato para sua participação nesta pesquisa, mas por causa de questões de desenvolvimento sua contribuição através de entrevista foi inviabilizada, embora, em encontros informais durante realização desta pesquisa, foram obtidas informações de grande valor.

²⁴Josenita Duda é uma mulher lésbica que iniciou sua militância, ainda na década de 1980, na comunidade ribeirinha onde morava. “Sou antes de tudo uma cidadã pernambucana, brasileira, com o nome de Josenita Duda Cirilo e que defendo uma sociedade mais humana, justa e igualitária, sem fome, sem miséria” (Trecho da fala de Josenita Duda no documentário *Lésbicas e suas histórias de militância*, produzido pelo COMLÉS PE, em parceria com diversos grupos e coletivos da região, além de sindicatos e apoio da prefeitura do Recife através da Secretaria Municipal da Mulher, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; e do Governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Secretaria da Mulher de Pernambuco, Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, entre outros órgãos institucionais de Pernambuco. Documentário disponível no: <https://www.youtube.com/watch?v=vr3DxRyq0tw>.

Figura 8 - Logo do AMHOR - Articulação e Movimento Homossexual do Recife



Fonte: <http://flgbtpe.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>.

A logomarca do coletivo Articulação e Movimento Homossexual do Recife apresenta a sigla do coletivo em letras pretas minúsculas, fazendo um trocadilho com a palavra *amor* e dando destaque ao *h*, que é escrito com as cores da bandeira LGBT. Em Pernambuco, o AMHOR foi o grupo precursor, não somente no processo de visibilização das questões lésbicas, mas também das discussões sobre o universo LGBT e suas necessidades, dando origem, a partir dos seus espaços de debates e encontros, a diferentes grupos e coletivos ainda atuantes na região metropolitana do Recife, a exemplo do Grupo Gay Leões do Norte e do grupo LUAS.

Atualmente o AMHOR conta com poucos militantes, mas ainda segue atuando principalmente em locais de articulação política, como os espaços do Fórum LGBT de Pernambuco, a Gerência de Livre Orientação do Estado e o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco, além de estar presente no COMLÉS PE.

4.1.5 Ocupe Sapatão

O coletivo Ocupe Sapatão surge como uma festa, em 2015, cujo objetivo, além da socialização de jovens lésbicas, era “a construção de um ambiente seguro feito por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e bissexuais” (V.J.L. militante do coletivo Ocupe Sapatão). Essa ideia nasce após uma experiência vivida pelas idealizadoras do coletivo, em que, mesmo em um lugar entendido como “alternativo” (local para vivências dissidentes), as mulheres lésbicas não se sentiram “à vontade”:

[...] a ideia do coletivo surgiu de uma situação muito específica, [...] foi amostra de cinema anarquista, aí na festa de encerramento dessa amostra teve um show de uma banda de hardcore daqui, que uma hora a vocalista chamou todas as rachas pra frente, todas lésbicas, todas as sapatões, ela falou: "Dias de sofrimento, não mais!". Aí um amigo me jogou pra roda, porque eu tava com muita vergonha, o lugar tava cheio, ele me jogou e se ele não tivesse me jogado, eu não teria ido, e aí Maria*tava lá e uma outra racha, quando a gente se virou e percebeu que só tinha três mulheres nessa roda depois dessa convocatória, assim, a gente fez uma roda punk de três pessoas, se é que isso é possível, e aí, quando acabou, eu comentei com ela: "Minha irmã, véio, num tinha ninguém aqui, nenhuma racha, porque que nenhuma racha

foi?". E tava cheio de sapatão no lugar, cheio de mulher. Aí a gente: "Porque elas não se sentem confortáveis. E porque elas não se sentem confortáveis?". Aí a gente começou a conversar... Que páia que isso acontece. "A gente devia fazer alguma coisa [...]Foi meio a partir disso que surgiu o coletivo" (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

Inicialmente, as festas eram espaços “abertos” para todos os públicos – gays, lésbicas, bissexuais, heterossexuais, transexuais e travestis –, mas, após algumas situações de constrangimentos e até agressões, as organizadoras resolveram permitir somente a participação de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais²⁵, como relata uma das entrevistadas.

[...] Quando a gente começou com essa ideia de festa, a gente fez algumas edições, tipo, foi bem difícil assim, a gente nunca imaginou que uma festa que não entra homem pudesse incomodar tanto assim, sabe? A gente passou por situações bem pesadas, de homens tentarem entrar, de agressão na porta da festa, coisas bem tensas assim... (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

De uma forma transgressora, a partir de uma “militância não formal”, as meninas do Ocupe Sapatão passaram a “ocupar” espaços de discussão política sobre as questões relacionadas às existências lésbicas e bissexuais. Com uma perspectiva de atuação lésbico-feminista mais autônoma, as meninas do Ocupe Sapatão consideram que a única possibilidade de enfrentamento da sociedade patriarcal e sexista é através do fortalecimento e protagonismo das mulheres e, até aqui, possuem um direcionamento bem próximo de outros grupos e coletivos lésbicos já trazidos neste estudo. Mas o que as diferenciam é a compreensão de que não há enfrentamento possível com o aparelhamento dos movimentos sociais lésbicos e feministas. Para elas é preciso romper com essa relação com o estado e/ou partidos políticos, que, por vezes, está no seio dos movimentos sociais, principalmente, no processo de construção das políticas públicas. O Ocupe Sapatão seria, de acordo com suas militantes, um “agente de pressão autônoma da sociedade civil”.

Na medida em que foram ocorrendo as edições da festa Ocupe Sapatão, as organizadoras começaram a perceber a necessidade de ampliar suas formas de atuação, nesse sentido, já vem sendo realizadas, em algumas edições da festa, rodas de conversas temáticas, que antecedem as apresentações musicais direcionadas ao público participante das festas e formações internas que, até o momento, trabalharam temas como o machismo nas relações

²⁵Embora as festas também sejam abertas para a participação de mulheres heterossexuais, o coletivo é um local exclusivo para lésbicas e mulheres bissexuais.

lésbicas, transgeneridade e autocuidado. Esses momentos de formação, por enquanto, são intervenções internas, somente entre as coordenadoras do coletivo.

[...] o coletivo ele surgiu com uma festa. Ele surgiu do desejo de fazer uma festa lesbo-feminista, uma festa que fosse um ambiente seguro para mulheres lésbicas e bissexuais e, especificamente, delas [...].E aí, depois de uns tempos pra cá, a gente tem sentido a necessidade de fazer outro tipo de coisa, sabe? Rodas de conversa, formações internas (V.J.L. – Coletivo Ocupe Sapatão).

As ações do coletivo Ocupe Sapatão estão diretamente relacionadas com expressões estético-políticas, utilizando colagens, performances e produções audiovisuais, as meninas do ocupe tentam passar uma mensagem de “libertação” das mulheres e da potencialidade presente na solidariedade feminina, buscando promover a transformação social através de suas criações artísticas. Uma forma de militância nem sempre considerada por outros coletivos como práticas políticas, principalmente pelas particularidades das intervenções, dos discursos e da forma como o coletivo se movimenta na arena política disputada pelos movimentos sociais LGBT em Pernambuco.

Durante a entrevista, essa demarcação política distanciada do formato “tradicional” utilizado pelos demais grupos e coletivos lésbicos foi ressaltada em diversos momentos da narrativa da militante e coordenadora do Ocupe Sapatão: “É tempo de incomodar!” (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

O funcionamento do Ocupe Sapatão possui particularidades tanto no processo de construção das relações interpessoais de suas militantes quanto no jogo performático produzido pelo coletivo. Aos poucos, o Ocupe está construindo uma trajetória política que dialoga com as bandeiras reivindicatórias de outros grupos e coletivos lésbicos, devido a suas aproximações com o movimento feminista radical²⁶.

O coletivo adota um direcionamento político de base ideológica anarquista, suas intervenções denunciam as múltiplas formas de dominação feminina em um processo de mixagem entre opressão masculina e exploração capitalista. As angústias, as inquietações, os desejos são sentimento inscritos de forma visceral nas “ocupações” do coletivo.

²⁶O Feminismo Radical é uma corrente feminista fundamentada na afirmação que a origem da desigualdade social está associada à lógica do Patriarcado, que considera os homens como primeiros responsáveis pelo sistema de opressão das mulheres, utilizando a diferenciação sexual como mecanismo de manutenção dessa ordem. Para saber mais, ver MILLETT (1975).

Figura 9 - Colagem produzida na 2ª edição da festa Ocupe Sapatão



Fonte: acervo Ocupe Sapatão

Acima temos uma das colagens produzidas durante a 2ª edição da festa Ocupe Sapatão, que ocorreu em 2015. A 1ª edição também ocorreu em 2015 e, no ano seguinte, houve uma festa de comemoração de um ano do Ocupe Sapatão. Como podemos ver, esse é um espaço novo, mas que vem conquistando visibilidade dentro do movimento lésbico da Região Metropolitana do Recife, e, embora atualmente o coletivo conte com apenas quatro coordenadoras, as festas e rodas de conversa já chagaram a unir cerca de 200 mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais – a exemplo da edição de comemoração de um ano do coletivo. Um dos objetivos para os próximos encontros de organização de atividades, segundo a entrevistada, é a ampliação desse contingente de mulheres militantes, assim como as articulações com outras mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais para construir formações sobre temáticas que perpassam o cotidiano lésbico.

4.1.6 Ou Vai Ou Racha: Bloco Rachístico Carnavalesco

Ou Vai Ou Racha²⁷

Ou vai ou racha (3x)
Qual a cor da sua calcinha?

Eu vou subir ladeira (3x)
No bloco das sapatão!

Eu vou cair de língua (3x)
Na rachinha de limão!

²⁷Paródia da marchinha de carnaval “Balança o Saco”, de autoria de Pitangy e Zé Carlos.

Tá todo mundo dando (3x)
Uma rachada no salão!!!

Ou vai ou racha (3x)
Com a mão na sua calcinha

Eu vou meter o grego (3x)
No bloco das sapatão!

Eu vou cair de língua (3x)
Na rachinha de limão

Tá todo mundo dando (3x)
Uma rachada no salão!!!

O material utilizado para construir esta seção sobre o coletivo Ou Vai Ou Racha (OVOR) é fruto de pesquisas em sites e materiais escritos e não de narrativas como os coletivos anteriores. Assim como ocorreu com o grupo AMHOR, não foi possível a realização de entrevista com militantes do OVOR, entretanto, seguiremos na tentativa de construir uma linha acerca da constituição e práticas desenvolvidas por esse coletivo devido a sua importante presença em diversos momentos de construção política do movimento lésbico na Região Metropolitana do Recife.

O OVOR surgiu em 2013, fruto de uma brincadeira: “uma paródia que fez brotar um bloco de carnaval, que se desdobrou em um projeto político-estético” (ZINE Ou Vai Ou Racha, p.03), que tem como propósito maior construir um discurso anti-homofóbico através da afirmação lésbico-feminista.

As meninas contam que tudo começou com uma brincadeira num acampamento na praia de Maragogi, em Alagoas, durante o ano novo, que envolveu cerca de vinte pessoas (homens e mulheres) fazendo paródias com a palavra “racha”. O pontapé inicial se deu numa caminhada pela praia em que Rosa e Anna resolveram cantarolar “ser racha é o meu projeto de vida...” (paródia de Rosa, música de Chico Buarque). Ao compartilhar com o resto do grupo, composto em sua maioria por estudantes da UFPE de diversos cursos, muitas das ciências sociais, de jornalismo, artes cênicas e biologia, a brincadeira de parodiar “viralizou”. Chegadas da viagem, em Recife, decidiram levar adiante a ideia de fazer um bloco, em que orquestradamente se cantassem as paródias de amor às rachas (XIMENES, 2015, p.32).

Após as paródias, iniciou-se, então, o processo de organização do bloco; com a realização de algumas reuniões, foi criada uma página de eventos no facebook, produzidos cartazes e fantasias, um livreto com as paródias e um estandarte.

Figura 10 - Estandarte do Ou Vai Ou Racha - ano 1



Fonte: <https://www.facebook.com/ouvaieurachaja>.

Ximenes (2015) conta que a reunião de produção do estandarte foi um dos momentos de mais empenho dos organizadores do bloco, envolvendo também a partilha de novas ideias para o desenrolar do bloco, assim como a criação de mais paródias. Participaram cerca de quinze pessoas, entre mulheres e homens que aderiram à ideia do bloco rachístico.

O primeiro desfile do bloco pelas ladeiras de Olinda aconteceu em março de 2013 e teve como local de concentração a Praça dos Milagres. Começou a subir as ladeiras de Olinda com cerca de cem a duzentas pessoas, entoando o “Hino do Ou Vai Ou Racha”, que, na medida em que percorria as ruelas históricas de Olinda, mais e mais pessoas se juntavam ao bloco e logo estavam cantarolando as paródias. Esse primeiro momento do OVOR foi o início da construção de um projeto coletivo que passava a ganhar contornos e desdobramentos políticos.

As organizadoras do OVOR começaram a ser convidadas para participar de outros espaços, como a Marcha das Vadias²⁸ e a Parada da Diversidade LGBT de Pernambuco, e passaram a realizar ações articuladas com outros movimentos LGBT e feministas da Região Metropolitana do Recife. Desde o seu início, o coletivo vem desenvolvendo ações em diversos eventos, sempre articuladas com outros coletivos lésbico-feministas. Passando também a produzir materiais que complementavam as intervenções musicais das paródias, como camisetas, cartazes e fanzines.

Desde 2013, o Bloco Rachístico Carnavalesco Ou Vai Ou Racha tem desfilado em todos os carnavais, e a adesão de pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de

²⁸A Marcha das Vadias teve início em Toronto – Canadá, no ano de 2011, e foi se espalhando por outros países, inclusive pelas capitais do Brasil. É um evento articulado pelas redes sociais e surgiu como resposta a um policial que culpabilizou as mulheres pelos ataques sexuais por se “vestirem como vadias”. Sua proposta é a apropriação do termo *vadia* em oposição ao processo de estereotipação de mulheres que expõem seu corpo e expressam de forma livre a sua sexualidade. Para um maior aprofundamento sobre o assunto, consultar GOMES DE JESUS, 2012.

gênero só tem aumentado, fruto da atuação cada vez mais forte do coletivo em diferentes espaços de discussões feministas e lésbicas, mas também devido a suas intervenções em manifestações políticas que envolvem as temáticas LGBT, feministas e de defesa da democracia.

Figura 10 - Participação do OVOR no Ocupe Passarinho, em 2015



Fonte: MELLO (2016).

O OVOR se propõe em suas intervenções a articular discursos estético-políticos, através de ações colaborativas, contribuindo para o fortalecimento de outros coletivos – LGBT e/ou feministas – através de oficinas, do batuque dos seus tambores e de suas paródias, com o objetivo de “fazer a mulherada mais livre e feliz” (ZINE OU VAI OU RACHA, 2014, p.3). Na figura 10, podemos ver uma das intervenções colaborativas do OVOR em um evento chamado Ocupe Passarinho²⁹. O momento registrado na fotografia foi a chegada de um cortejo³⁰ realizado pelas meninas do OVOR juntamente com outras mulheres da comunidade, na ocasião foram cantadas as “rachinhas” de carnaval, mas também foram entoados palavras de ordem que enfatizavam a luta das mulheres e estimulavam a sororidade feminina, significantecentral para vários movimentos feministas: “Companheira, me ajude, que eu não posso andar só. Sozinha eu ando bem, mas com você ando melhor!” (Palavra de ordem entoada diversas vezes durante o cortejo).

O OVOR se identifica enquanto um coletivo de afirmação lésbico-feminista. É composto, em sua maioria, por mulheres jovens de classe média e/ou universitárias, que possuem uma estreita relação com as redes sociais, utilizando os meios de comunicação

²⁹ O Ocupe Passarinho foi um evento realizado na comunidade de Passarinho, situada na zona norte do Recife. Esse evento teve como objetivo estimular a população a ocupar os espaços públicos da comunidade e reivindicar por melhores condições de moradia, infraestrutura e segurança. Tive a oportunidade de participar do evento e observar a atuação do OVOR. Para saber mais, ver MELLO (2016).

³⁰ Cortejo, de acordo com o dicionário, significa uma procissão ou comitiva que é seguida por uma pessoa ou um grupo de pessoas, o sentido utilizado no texto seguiu o significado do dicionário atrelado ao significado cultural relacionado à manifestação folclórica dos Maracatus.

digital para se comunicar com outras mulheres que possuem os mesmos ideais, compartilhar experiências e saberes e convocar todas e todos para os eventos que organizam ou que participam de forma colaborativa. Foi nas redes sociais que encontrei grande parte das informações que constam nesta seção, assim como essa definição:

Ser racha é nosso projeto de vida! O Ou Vai Ou Racha é uma coletiva feminista e um Bloco Rachístico que desfila no carnaval pelas Olinda e faz diversas atividades ao longo do ano. Nascemos de uma transa espontânea entre paródias bem humoradas, irreverência folia e discurso de afirmação racha. Para nós, “racha” quer dizer sapatão, bi, trans, afeminada ou mesmo mona hétera a favor das causas feministas e da liberdade sexual. [...] Somos pela liberdade dos nossos corpos e mentes! (Fanpage do Ou Vai Ou Racha).

Uma das principais marcas do OVOR é a utilização de uma linguagem transgressora, fazendo uso das terminações sempre no feminino, a fim de construir um discurso de visibilização e valorização das mulheres, inclusive na língua escrita. O OVOR propõe levar para arena dos movimentos lésbico-feministas uma forma de organização e atuação política que dá destaque a uma militância sem estereótipos, que enfatiza a liberdade e pluralidade das mulheres e o seu protagonismo nos espaços políticos, transcendendo o mito do universal “Mulher”.

4.1.7 Movimento Gay Leões do Norte

O Movimento Gay Leões do Norte foi uma ramificação surgida das discussões e articulações feitas através do grupo AMHOR, atualmente o movimento se identifica enquanto uma organização não governamental que apoia e defende a livre orientação afetivo sexual, atuando principalmente na promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBT, focando suas ações na Região Metropolitana do Recife. A ONG tem grande contribuição na constituição histórica e política do movimento LGBT em Pernambuco.

A ONG Movimento Gay Leões do Norte surgiu em 2000, tendo inicialmente apenas quatro colaboradores homens.

Leões do Norte nasceu nos anos 2000, só tinha gay, não tinha lésbica, não tinha trans, não tinha que eu digo com a visibilidade que todas as letrinhas tem hoje, e o Leões do Norte surgiu de quatro gays, é claro que seria um movimento gay, mas hoje ele abarca todas as portas (M.A.S., militante lésbica do Movimento Gay Leões do Norte).

O objetivo do Movimento Gays Leões do Norte é a proposição de políticas públicas na área de saúde, cultura, educação, segurança pública, meio ambiente e justiça para as pessoas LGBT. Além de oferecer, em sua sede, alguns serviços que buscam a resolução de problemas relacionados à orientação sexual e identidade de gênero – desde conflitos familiares até processos de retirada de pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, ofertam serviços nas áreas de cidadania e justiça, através de orientações e acompanhamento jurídico, quando necessário; psicologia, para acolhimento de pessoas LGBT em situação de sofrimento; e aconselhamento e cuidados em saúde para o público soro positivo e seus familiares. Há também a contribuição em diversos projetos em parceria com algumas secretarias estaduais em Pernambuco, nas áreas de educação, saúde e direitos humanos.

Apesar de ser um grupo majoritariamente constituído por homens gays, o Movimento Gay Leões do Norte realiza diversas atividades voltadas para o público LGBT em geral, inclusive, ações voltadas para a visibilidade das mulheres lésbicas, como a organização, todos os anos, no mês da visibilidade lésbica, do Sarau da Visibilidade Lésbica, que ocorre no Mercado da Boa Vista³¹ e está em sua 10ª edição.

O sarau foi pensado inicialmente como um espaço de comemoração ao 29 de agosto – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica –, mas, com o advir das edições e a articulação com outros grupos e coletivos lésbicos, passou a integrar também uma proposta de articulação entre arte e discussão política sobre lesbianidades e bissexualidades femininas a fim de fortalecer a luta pela visibilidade das existências lésbicas. Nesse sentido, constrói uma programação protagonizada por mulheres, com apresentações musicais, recital de poesias lésbicas e/ou de autoras lésbicas, exibição de documentários com a temática lésbica e/ou bissexual e performances, sempre intercaladas por falas políticas de militantes lésbicas e bissexuais da região.

³¹O Mercado da Boa Vista está localizado no Bairro da Boa Vista, no centro da cidade do Recife. É um espaço onde são comercializadas frutas, verduras, mas também comidas regionais e bebidas. O local também realiza com frequência atividades políticas organizadas por movimento sociais da região.

Figura 12 - Palco do Sarau da Visibilidade Lésbica - 10ª edição



Fonte: Acervo Movimento Gay Leões do Norte.

Em todas as suas edições, o sarau se construiu tendo como base um tema central que desenha as atividades e falas realizadas no dia do evento. Este ano, em sua 10ª edição, o sarau teve como temática central: “Sou lésbica com orgulho. Sua violência é que merece correção”. Esse tema foi escolhido principalmente pelo aumento da ocorrência de estupros na Região Metropolitana do Recife – somente no mês de janeiro de 2017, a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco registrou 148 casos de violência sexual contra mulheres, entre esses casos, estão inclusos estupros corretivos³².

Atualmente, o Movimento Gay Leões do Norte conta com a participação de três militantes lésbicas, apesar da pouca representação lésbica no grupo, este tem uma atuação próxima dos demais coletivos lésbicos da Região Metropolitana do Recife. “tem três lésbicas, mas é assim, o Leões do Norte sempre contribuiu, tem um trabalho específico para as lésbicas e para as outras letrinhas, apesar de movimento gay Leões do Norte, a gente também trabalha a temática da lesbianidade” (M.A.S., militante lésbica do Movimento Gay Leões do Norte).

Muito embora exista uma sensibilidade do Movimento Gay Leões do Norte em relação às demandas lésbicas, existe uma demarcação de identidade no coletivo. O seu nome e logomarca (ver figura 13) ressaltam essa identidade através da utilização da palavra *gay* e da expressão *Leões do Norte* como uma representação da força do homem pernambucano. Gay é especificamente uma representação da homossexualidade masculina, durante muito tempo também foi utilizada para nomear as mulheres que tinham relações afetivo-sexuais com outras mulheres, mas, após lutas e rupturas, as lésbicas reivindicaram visibilidade também no nome. Leões do Norte é uma expressão que se refere à resistência do povo pernambucano diante de

³²Tipo de violência que tem como vítimas as mulheres lésbicas. Prática cruel motivada por ódio e preconceito, que tem suas raízes cultivadas pelo patriarcado e pelo machismo.

todas as batalhas insurgidas no estado desde o período colonial até o período regencial, em que, mesmo nas batalhas em que os pernambucanos não saíram vitoriosos, resistiram com bravura³³.

Figura 13 - Logomarca do Movimento Gay Leões do Norte



Fonte: <http://flgbtpe.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>.

O Movimento Gay Leões do Norte, ao longo desses anos de atuação na Região Metropolitana do Recife, vem desenvolvendo projetos e campanhas sempre em parceria com órgãos institucionais do estado de Pernambuco e/ou com as secretarias municipais do Recife, sendo um dos principais exemplos de relação entre movimento social e Estado. Essa atuação não é exclusiva desse movimento, outros grupos e coletivos lésbicos da região também têm desenvolvido parcerias “inter-organizacionais” com o Estado. Essa parceria tem possibilitado ao movimento atuar desenvolvendo formações, debates e rodas de diálogo em espaços como escolas públicas, por exemplo, locais, por vezes, de difícil acesso a grupos e/ou coletivos que não mantêm essa aproximação.

4.2 COSTURANDO AS TRAJETÓRIAS: PODEMOS, ENFIM, FALAR DE UMA IDENTIDADE DOS MOVIMENTOS SÓCIAS LÉSBICOS EM PERNAMBUCO?

Ao traçar como um dos objetivos desta pesquisa a construção de um delineamento sobre a constituição dos movimentos lésbicos na Região Metropolitana do Recife, nos propusemos a construir uma retrospectiva do movimento, não somente observando os fatores históricos, mas direcionando nosso olhar para os passos dados em direção à constituição do sujeito político lésbico. Nesses caminhos, percebemos silenciamento das lebianidades na literatura acadêmica em Pernambuco e o constante processo de disputa e negociação de

³³ Para um maior aprofundamento do tema, ver: DA MATTA (1986), CORDEIRO (1996), MELLOa (2006).

sentidos em torno da vivência lésbica tanto dentro/com os movimentos feministas como dentro/com os movimentos LGBT de forma geral.

As seções anteriores são resultado da aproximação com mulheres lésbicas que militam nos grupos e coletivos da Região Metropolitana do Recife e são atrizes fundamentais para a constituição deles. Assim, ouvir as militantes fazer reverberar suas experiências foi um passo fundamental para costurar as trajetórias desses movimentos. Nesse processo, apareceram convergências e divergências, diferentes perspectivas políticas, definições, denominações, aproximações, caminhos que se cruzaram, bandeiras que mobilizaram, conquistas que fortaleceram, experiências que amadureceram. Todo esse caminho foi trilhado e percorrido por mulheres que tiveram que enfrentar suas próprias lutas para ter o direito de existir e, na medida em que se mantinham “firmes na luta”, construíaam redes de apoio para possibilitar que outras mulheres também tivessem a chance de se reconhecerem lésbicas.

Durante a entrevista com R.R., ela chama a atenção para a necessidade de o movimento lésbico dar visibilidade às diferentes formas que as mulheres lésbicas podem viver suas sexualidades, considerando as articulações dessa dimensão com outros aspectos que perpassam as vivências dessas mulheres. Nesse processo, o contexto histórico-social é fator decisivo na estruturação dos conflitos das agentes sociais, em que as experiências de suas militantes faz com que os coletivos busquem a rearticulação de discursos, subvertendo as diferenças e promovendo a emergência de demandas equivalenciais (LACLAU; MOUFFE, 2015):

Acho que hoje a minha militância, do ponto de vista do processo político que o Brasil tá atravessando, ela toma alguns outros direcionamentos. Primeiro, o movimento LGBT, especificamente o movimento lésbico, às vezes a pauta, a pauta da gente LGBT ou o fortalecimento do nosso sujeito político lésbico, às vezes tomou um viés que não é só esse de discutir direitos sexuais e reprodutivos. E, nesse momento em que o Brasil está passando, faz com que os movimentos, vários movimentos, se aproximem e se organizem e vão pra rua na luta. Por exemplo, nesse momento da reforma da previdência [...], e às vezes a gente sente falta do nosso movimento LGBT, porque o movimento LGBT muitas vezes acha que essas pautas já tem quem discute. Mas aí há um engano, porque essas pautas, elas são transversais, eu acho que hoje eu tô num momento que a minha militância, ela vai mais além de direitos sexuais e reprodutivos, eu quero discutir outras questões [...]. Eu não posso mais somente discutir direitos reprodutivos, esquecendo que a minha companheira lésbica, que tá no movimento rural, na enxada, como é que ela vai ter o retrocesso, e como é que ela vai receber esse retrocesso, por exemplo, da reforma da previdência. Então, a gente tem que pensar nos vários lugares que nós podemos estar (R.R., militante do CANDACES).

Como já discutido nesta dissertação, pode-se dizer que os movimentos sociais lésbicos passaram por três momentos em seu processo de constituição: o primeiro, caracterizado pela

construção de uma identidade lésbica sobre as bases políticas e ideológicas do neofeminismo da década de 1970; posteriormente, a emergência de um movimento lésbico mais autônomo de reivindicação de um status social das integrantes lésbicas e suas particularidades; e, em um terceiro momento, um mais pragmático, orientando a militância lésbica a partir de alianças pontuais, em que através de articulações com o movimento gay, com centrais sindicais, com os movimentos universitários, traçaram como objetivo a promoção da visibilidade lésbica (NAVARRO-SWAIN, 2002).

Na fala de R.R., percebemos essa preocupação de se ampliar a rede de atuação dos coletivos lésbicos, uma vez que se percebe que as lésbicas não formam um grupo homogêneo, possuem particularidades que são produtos de um momento histórico e cultural delineados modos de vida experienciados pelas mulheres lésbicas. Sendo assim, as lésbicas

[...] distinguem-se umas das outras por suas experiências de vida, segundo o contexto social no qual afirmam sua diferença, pelo modo de construir sua identidade como lesbianas, isto é, de nomear seus desejos sexuais, de concebê-los, de explicá-los face à elas mesmas e face aos outros, de exteriorizá-los em sua aparência e sua maneira de ser, de articulá-los com outras facetas de sua personalidade. Diferenciam-se ainda por sua situação econômica, sua inserção em termos de classe social e etnia, sua relação com a família, seu status com outra mulher – com ou sem filhos – e muitos outros fatores. São igualmente divididas segundo suas visões e engajamentos políticos (NAVARRO-SWAIN, 2002, p.08).

Nesse contexto de diferenças, quem decide o que deve ser demanda do movimento lésbico? Quem define as reivindicações, o programa de lutas ou até mesmo as prioridades do movimento lésbico?

De acordo com Laclau (1986), “Os novos movimentos sociais têm sido caracterizados por uma crescente politização da vida social” (p.03), o que reafirma o caráter aberto e heterogêneo dos espaços políticos. Dessa forma, no atual contexto de pluralidade do campo social, pensar as lutas dos coletivos lésbicos pautados em universalismos desconsidera as diversas posições de sujeito que cada mulher lésbica ocupa no interior da estrutura social.

Torna-se, portanto, impossível falar-se do agente social como se estivéssemos lidando com uma entidade unificada e homogênea. Ao invés, devemos abordar o agente social como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas (LACLAU, 1986, p. 04).

Durante muito tempo, as bandeiras de luta do movimento lésbico foram definidas, ora pelos movimentos feministas, devido à articulação das lésbicas e sua atuação a partir dos

espaços dos movimentos de mulheres, especialmente, heterossexuais, ora pela associação das lésbicas aos movimentos homossexuais, majoritariamente, masculinos. Ao passar por um processo de reagrupamento, o movimento lésbico vivenciou dificuldades de mobilização em torno de alguns objetivos. Atualmente, deve-se considerar esse contexto e favorecer espaços de democratização das demandas, pensando, principalmente, a partir de uma lógica de coalizões.

Podemos dizer que o movimento lésbico, mesmo se ramificando em torno de temas como saúde, direitos humanos e LGBT, direitos sexuais e reprodutivos, raça e etnia, entre outros, tem pontos de articulação, principalmente em torno de temas como enfrentamento à violência de gênero e diversidade sexual. Por considerar essas diferentes amarrações temáticas, a impossibilidade de se estabelecer uma identidade lésbica que aglutine as necessidades e a vivências dessas mulheres se torna fato. E esse fato fica ainda mais evidente quando observamos as práticas desenvolvidas por esses grupos e coletivos lésbicos, que desenvolvem ações diversificadas pensadas e construídas a partir das demandas compartilhadas por suas militantes.

5 EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM COLETIVOS LÉSBICOS DE PERNAMBUCO

Nós,
mulheres despojadas,
sem ontem nem amanhã,
tão livres
que nos despimos
quando queremos.
Ou rasgamos os vestidos
(o que dá ainda
um certo prazer).
Ou mordemos.
Ou cantamos,
alto e reto, quando tudo
parece tragado,
perdido.
Nós, mulheres soltas,
que rimos doidas
por trás das grades –
em excesso de
liberdade.

“O Hospício é Deus”.
Maura L. Cançado, 1965.

Como enfatizado em outros momentos deste texto, este estudo considera que as experiências vividas pelas militantes, no interior dos coletivos lésbicos, possuem uma dimensão formativa na medida em que se configuram enquanto contextos de constituição de subjetividades, sejam elas experiências direcionadas à (trans)formação de suas militantes, sejam elas ações em direção à sociedade, que envolvem as militantes em um processo planejado de intervenção sobre a realidade social.

Nesse sentido, este capítulo se propõe a conhecer as práticas formativas desenvolvidas pelos coletivos lésbicos, tendo sempre em mente que o sentido pedagógico está na ressignificação de um saber sobre si mesmo que atravessa e é atravessado pela vivência no coletivo (LARROSA, 1994; JARA; FONSECA, 2013). Destacamos as experiências narradas pelas entrevistadas sobre a construção, desenvolvimento e participação em atividades realizadas a partir dos coletivos nos quais militam.

5.1 OS COLETIVOS LÉSBICOS, SUAS DIRETRIZES E PRÁTICAS FORMATIVAS

A realidade constitutiva dos movimentos sociais lésbicos é bastante dinâmica. Essa dinamicidade deve-se às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades, o que provoca desdobramentos nas ações coletivas e na construção subjetivadas agentes sociais que transitam neste campo de disputas hegemônicas. Nesse cenário diversificado e complexo, localizam-se formações discursivas capazes de articular discursos de gênero, sexualidade, classe, raça, religião, evidenciando a heterogeneidade das demandas coletivas.

Os coletivos lésbicos possuem essa heterogeneidade constitutiva (MAINGUENEAU, 2015; 2008) ao mesmo tempo em que sintetizam as lutas por direitos humanos, sociais, políticos e culturais das mulheres lésbicas. Existindo, assim, “uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos movimentos sociais que caracteriza um campo plural e dinâmico em que as identidades se definem nos processos de articulação” (MUTZENBERG, 2011, p.130-131).

Embora seja possível localizar uma pluralidade de práticas políticas em que significantes, como diversidade, diferença, cidadania, democracia, equidade de gênero, direitos sexuais e enfrentamento ao racismo, se destacam nos discursos dos coletivos lésbicos, algumas demandas se repetem e passam a constituir o campo discursivo em torno das lesbianidades. Nesta seção, construo um panorama geral das práticas formativas desenvolvidas pelos grupos e/ou coletivos que compõem esta pesquisa, as quais serão observadas com mais profundidade na seção posterior.

Quadro 4– Principais bandeiras de luta e práticas formativas desenvolvidas pelos coletivos lésbicos de Pernambuco

Grupo/Coletivo	Bandeiras de luta	Práticas formativas
Grupo LUAS – Liberdade Afetiva Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.	Políticas Públicas e de Saúde para mulheres lésbicas e bissexuais.	Formação política; fanzines; rodas de diálogo; seminários; campanhas; caminhadas; participação em atividades compartilhadas com outros grupos/coletivos e instituições do Estado.
CANDACES – Coletivo Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas.	Saúde e direitos humanos, principalmente para mulheres lésbicas e negras.	Articulação política; controle social; rodas de diálogos; seminários; caminhadas; campanhas; participação em atividades compartilhadas com outros grupos/coletivos e instituições do Estado.
COMLÉS – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco.	Políticas Públicas, principalmente de saúde, para as mulheres lésbicas e bissexuais.	Articulação política; seminários; campanhas; participação em atividades compartilhadas com outros grupos/coletivos e instituições do

		Estado.
AMHOR – Articulação Homossexual do Recife.	Promoção de direitos e visibilidade homossexual.	Formação política; rodas de diálogo; participação em atividades compartilhadas com outros grupos/coletivos e instituições do Estado.
Coletivo Ocupe Sapatão.	Livre expressão das lesbianidades e espaços seguros de existência lésbica.	Realização da festa Ocupe Sapatão; rodas de conversa; produção de vídeos; fanzines; artes plásticas; campanhas virtuais; performances políticas; participação em caminhadas e marchas.
Ou Vai Ou Racha – Bloco Rachístico Carnavalesco	Combate às opressões de gênero e violência contra a mulher.	Rodas de conversa; cartazes; fanzines; campanhas virtuais; poesias; ensaios fotográficos; desfile de carnaval; participação em atividades compartilhadas com outros grupos/coletivos.
Movimento Gay Leões do Norte ³⁴ .	Promoção de direitos humanos e cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.	Formação política; oficinas; seminários; campanhas; participação em atividades compartilhadas com outros grupos/coletivos; implementação de projetos, principalmente na área da educação, em parceria com o município de Recife.

O levantamento das práticas desenvolvidas pelos grupos/coletivos lésbicos foi realizado a partir das informações colhidas através das entrevistas narrativas efetuadas para a construção do *corpus* desta pesquisa, logo, foram narradas as atividades que, de algum modo, foram “escolhidas” pelas militantes lésbicas, com exceção das práticas produzidas pelo grupo AMHOR e pelo coletivo Ou Vai Ou Racha, que foram pesquisadas a partir de outras fontes (redes sociais, blogs, homepages, etc.), uma vez que não foi possível a realização das entrevistas com militantes de ambos os grupos.

Como podemos ver no quadro 4, algumas atividades fazem parte das práticas realizadas por todos os grupo/coletivos, como as *rodas de diálogos*, metodologia participativa, com referencial teórico baseado em autores da psicologia social, educação e psicanálise, que visa a estruturação de espaços onde os participantes possam refletir sobre seu cotidiano, suas relações sociais e seus projetos pessoais (AFONSO; ABADE, 2008).

Pode-se dizer que a inserção das rodas de diálogos na prática política dos movimentos sociais é uma herança das experiências vivenciadas através dos movimentos feministas que tinham nas oficinas de autorreflexão um importante mecanismo de promoção de debate sobre

³⁴O Movimento Gay Leões do Norte é uma organização que luta pela livre orientação afetivo- sexual na cidade do Recife – PE. Por ter importante participação na construção do movimento LGBT da região e por possuir um dos espaços mais antigos de discussão sobre a defesa dos direitos das pessoas LGBTs, foi considerado como espaço de atuação também de mulheres lésbicas, uma vez que possui uma diretoria composta por duas mulheres lésbicas que discutem a temática e constroem a intervenções do grupo direcionadas as lesbianidades.

as vivências cotidianas das mulheres, principalmente a partir da partilha das experiências de cada sujeito. Especificamente as práticas dos grupos e/ou coletivos lésbicos se constroem tomando como base a pedagogia feminista (LOURO, 1997; SILVA, 2005; LANGNOR; LISBOA, 2016), uma vez que enfoca a realidade das mulheres lésbicas em uma perspectiva de gênero, com vistas à reflexão sobre as relações hierárquicas entre os gêneros, as políticas heterossexistas e o protagonismo feminino lésbico.

As atividades em formato de *seminário*, uma prática realizada por quatro dos coletivos que compõem esta pesquisa – LUAS, CANDACES, COMLÉS, Grupo Gay Leões do Norte –, são ferramentas bastante utilizadas no contexto educacional formal para ampliar a participação dos/as estudantes nos processos de construção de conhecimento. É conhecida por seu caráter interativo, abrangendo processos que combinam problematização, reflexão e ação.

Para os movimentos sociais, os espaços dos seminários são também uma ferramenta pedagógica que articula saber e prática política, integrando participação e representação. São momentos de partilha de práxis e produção de conhecimento, que têm por objetivo principal discutir acerca de uma temática específica relacionado-a com a realidade vivenciada por suas militantes e, por vezes, operam como mecanismo de ressignificação e articulação de demandas prioritárias, pois possibilitam a reinterpretção de contextos e o planejamento de ações coletivas.

No quadro 4 também estão em evidência a realização de *campanhas* e *caminhadas*, práticas desenvolvidas por todos os grupos e/ou coletivos, com algumas especificidades. Geralmente, as campanhas desenvolvidas pelos grupos e/ou coletivos lésbicos são atividades compartilhadas com outras instituições – organizações não governamentais e/ou governamentais – de nível local e, outras vezes, são adesões a campanhas e caminhadas de nível nacional e/ou transnacional, seguindo um modelo de construção e execução no processo de desenvolvimento dessas atividades.

Atualmente, os grupos e/ou coletivos lésbicos, principalmente pelas características globalizantes da sociedade civil, têm utilizado as redes sociais como ferramenta principal de divulgação e mobilização de outros atores sociais nas convocatórias para atividades como caminhadas e marchas e também para o compartilhamento em massa de campanhas contestatórias da ordem hegemônica em suas dimensões políticas, sociais, culturais, de direitos humanos e civis.

A efetivação de *formações políticas* é uma prática desenvolvida por três dos grupos e /ou coletivos que compõem esta pesquisa – LUAS, AMHOR, Grupo Gay Leões do Norte. Esse é um instrumento bastante utilizado pelos movimentos sociais com vistas à ampliação de

seus modos de atuação. Possui uma função reflexiva que auxilia os movimentos em diversos aspectos, como na construção de pautas que transcendam uma visão imediatista, no exercício da alteridade, na leitura estratégica dos campos de disputa, na formação de lideranças, ou seja, possibilita condições de (trans)formação constante da militância e do movimento.

Nos coletivos lésbicos, as formações políticas possuem particularidades, por vezes acontecem nas práxis das lutas ou buscam responder a uma demanda específica de cada grupo e/ou coletivo. Nessas formações são desenvolvidas condições que possibilitem o “empoderamento lésbico” e a constituição de uma lesbianidade política, ou seja, debatem sobre os aspectos que envolvem as sexualidades das mulheres, a lógica hegemônica do patriarcado e suas formas de opressão, as normas de regulação de gênero e o processo de funcionamento da heterossexualidade compulsória, buscando proporcionar as condições de potencialidade e enfrentamento do apagamento das existências lésbicas.

Entre as práticas utilizadas pelos coletivos lésbicos em Recife, algumas vêm ganhando contornos diferenciados, misturando arte, militância política, humor e contravenção, são intervenções estético-políticas que se materializam através de cartazes, *teasers*, fanzines, performances, poesias e, até mesmo (e porque não), marchinhas de carnaval parodiadas. A utilização de elementos estéticos como mecanismo de resignificação das lutas lésbicas se retroalimenta na máxima de que “o privado é político” (BEAUBOIR, 1970). Essas práticas vêm sendo vivenciadas através dos movimentos feministas desde o final da década de 1970, se expandiram nos anos de 1980, mas é na década de 1990 que se difundem na América Latina (OLIVEIRA, 2013).

Esse ativismo tem elegido o espaço público, ao invés de lugares instituídos como campos da arte, para realizar as intervenções, as exposições e as instalações. Isto é, essas organizações trazem o drama e as concepções estéticas dos palcos e das galerias para o cotidiano da população buscando interagir com o público e levantar novas reflexões sobre as questões de gênero. Ao trazer a arte para a rua, fora dos redutos tradicionais, esses coletivos possibilitam que se estabeleça uma relação entre as imagens e as cenas da contemporaneidade (OLIVEIRA, 2013, p.2).

Esse processo de reconfiguração das estratégias de atuação política utilizado pelos coletivos lésbicos tem se mostrado um importante instrumento de desconstrução das identidades de gênero como modelos universalizantes, sobretudo, ao interrogar discursos que sentenciam as mulheres a um destino supostamente natural da heterossexualidade.

Apesar das práticas formativas desenvolvidas pelos grupos e/ou coletivos lésbicos na Região Metropolitana do Recife serem atividades por vezes comuns, cada grupo e/ou coletivo

insere marcas singulares sobre suas ações, negociando sentidos em uma dada conjuntura. As metodologias utilizadas no processo de construção e desenvolvimento das práticas de cada grupo e/ou coletivo articulam formas de significação social, cultural, sexual, racial, estabelecendo conexões entre posições de sujeitos específicas, estas asseguradas por práticas articulatórias contingencialmente construídas. “Toda posição de sujeito é assim organizada no âmbito de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de ponto diferentes de partida, a subvertem e a transformam” (LACLAU, 1986, p.04).

5.2 “SOMOS HEROÍNAS E GUERREIRAS NAS LUTAS PELOS DIREITOS LÉSBICOS”³⁵

Ao trazer a “experiência” para o centro desta pesquisa como aspecto articulador no processo de produção de si das militantes lésbicas, a partir de sua inserção nos coletivos, estamos dando ênfase a um “componente fundamental da experiência: sua capacidade de formação e transformação” (LARROSA, 2002, p.25), como já detalhado no capítulo 1.

As narrativas das militantes participantes nesta pesquisa corporificam o quanto suas vivências estão entrelaçadas às formas como elas constroem suas representações de si, em um processo cíclico, em que ao mesmo tempo que suas lesbianidades se constituem no fazer político dos coletivos/grupos nos quais militam, os espaços de atuação lésbica também são (trans)formados a partir de suas formas de ser/viver.

A pergunta utilizada para iniciar as entrevistas narrativas tinha como objetivo conhecer como as militantes se auto-apresentavam, então, foi pedido para que cada uma fizesse uma breve apresentação sobre si, com a seguinte indagação: “Quem é...?”. As narrativas elaboradas pelas militantes a partir deste questionamento se constituem a partir das significações de suas sexualidades e de suas militâncias, marcadas pelas disputas e conflitos presentes nas formações discursivas que as interpelam.

Então, A.C. é uma militante lésbica, feminista, negra, desde que começou a trabalhar no instituto PAPAI, em 2003, começou a ser questionada sobre o seu modo de estar no mundo. Então, desde que eu recebi essas primeiras provocações, em 2003, que eu fui me refletindo enquanto sujeito político e social e vendo qual era o lugar que eu queria trilhar pra minha vida, entre elas foi a questão da orientação sexual, que até o momento estava heterossexual e, em 2006, quando eu resolvi me assumir lésbica, porque eu tinha dificuldade de me relacionar por já ter sido casada, com dois casamentos, eu me sentia um ser incompleto – claro que a gente é um ser sempre

³⁵ Frase retirada de trecho de entrevista realizada com R.R., militante do CANDACES.

em construção, assim, não é completo, mas, assim, sexualmente falando. E aí foi quando decidi me relacionar com mulheres, me relacionei e, a partir de 2006, comecei a me relacionar com mulheres e já entrando no movimento, que foi desculpa (A.C., militante do grupo LUAS).

O que está presente na narrativa de A.C. também surge em outras narrativas das militantes lésbicas que compõem esta pesquisa, o fato de se “assumir lésbica” relacionado ao encontro com o espaço questionador dos movimentos sociais – não necessariamente coletivos/grupos lésbicos –, que problematizam os processos de regulamentação das identidades e seus “atributos” tradicionalmente ligados às características biologizantes dos sexos – homem/mulher – e dos gêneros – masculino/feminino –, como o Instituto PAPAÍ³⁶, referenciado na fala de A.C..

Meu Deus, bom, meu nome é R.R., eu sou ativista, defensora dos direitos humanos, especial na população LGBT, mas hoje a gente consegue trabalhar com o olhar mais apurado, dentro do movimento feminista, com a população LB, lésbicas e mulheres bissexuais, sou formada em gestão pública e já tive no âmbito do governo e estou, nesse momento, no âmbito do movimento, acho que é isso. Mulher negra, de 44 anos (R.R., militante do coletivo CANDACES).

As posições de sujeito ocupadas pelas militantes lésbicas estão em suas narrativas representando suas identidades enquanto agentes sociais que compõem um espaço político, nesse sentido, como vemos na fala de R.R., existem várias posições de sujeito que ocupam locais diferenciados, mas se articulam no processo de constituição subjetiva. As posições de sujeito sempre mantem um grau de abertura, “não há nenhuma posição de sujeito cujas conexões com outras posições possam ser permanentemente asseguradas; e, por consequência, não há nenhuma identidade social integralmente adquirida que não esteja sujeito, em maior ou menor escala, à ação de práticas articulatórias” (LACLAU, 1986, p. 05).

Vejamos a fala de outra militante lésbica:

É... Eu tenho cinquenta e dois anos, não na cabeça, não me percebo assim, até porque, pela dificuldade que a minha orientação estabeleceu para minha vida, eu agora posso dizer que sou uma mulher confiante, entendeu? Independente, realizada. Comecei a trabalhar muito cedo, com vinte e um já me tornei independente, mas eu digo, assim, emocionalmente, num é só financeiramente, a gente precisa trabalhar na cabeça da gente o que é que faz a gente, é feliz. E por muito tempo na minha vida eu posso dizer que eu não fui feliz, eu sempre vivi. Apesar de ser independente, de ser

³⁶O Instituto PAPAÍ foi fundado no ano de 1997 com a proposta de refletir a invisibilidade da experiência masculina no contexto da vida reprodutiva e no cuidado com as crianças. Iniciativa pioneira na América Latina, a instituição teve como base o modelo dos núcleos acadêmicos de estudos sobre a mulher e relações de gênero. Fonte: <http://institutopapai.blogspot.com.br>.

livre, faltavam verdades pra minha vida, que só agora depois dos quarenta eu consegui viver minhas verdades, entendeu? Viver minhas verdades. Pro trabalho, principalmente pro ambiente do trabalho, principalmente, que é onde mais se cobra, porque família, ela cansa de fazer cobrança, "vai casar?", "como é que vai ter filho?", e a família vai cansando, quando ela vai vendo que a realidade não é exatamente aquela. Mas pro meu trabalho ainda era uma coisa muito fantasiosa. "Ah, meu namorado!", tinha que justificar, e a partir do momento em que eu assumi, no meu trabalho, a minha união estável, me tornei a pessoa reconhecida, parece que eu comecei a viver, entendeu, e perceber que como o direito, como a pessoa ter acesso ao direito é importante pra vida dela, pra ela se colocar. Agora eu sou L., lésbica, funcionária pública e a minha companheira é minha dependente instituída na marinha, que não é nada, não é nada... As forças armadas ainda, culturalmente ainda trazem um machismo bem arraigado. Interessante... Acho que eu me estendi, porque a L. é tão complexa. A L. é muito complexa... Mas a L. hoje, eu posso te dizer, não é aquela L. que cresceu e achava que era um menino e queria ser um menino. Sem frustração, não penso - ou penso - na transição, mas não com tanta necessidade como muitos homens trans, hoje em dia eu lido bem com a minha realidade. Sou mulher, sou lésbica, mas hoje tenho voz (L.A.V., militante do COMLÉS).

Em vários trechos da narrativa, L.A.V. utiliza palavras que sinalizam mudanças na significação do seu modo de vida – apesar de não estar explícito em sua fala – atreladas ao momento atual que coincide com sua inserção nos espaços políticos intermediados através do COMLÉS. Como já destacado em outros trechos desta dissertação, os coletivos/grupos lésbicos além de se constituírem enquanto locais de afirmação política e visibilidade das lesbianidades, também são lugares que proporcionam uma gama de experiências afetivas, de amizade, de companheirismo, em que as militantes partilham interesses, ações, desejos, ideais, sentimentos e se acolhem. É a junção do *continuum* com o *lesbiano*:

O continuum lesbiano de Adrienne Rich vai muito além do horizonte epistemológico habitual, da sediciosa utilização de palavras desconstruindo seus significados habituais! O continuum nos apresenta uma longa tradição de união, o que é totalmente contrário aos paradigmas sobre mulheres, que seriam rivais e, logo, concorrentes ferozes. O continuum nos fala de amizade e relações passionais, afetivas e/ou eróticas; o continuum acende o medo do patriarcado, uma vez que desvenda os segredos ocultos pelos saberes oficiais e mostra seres não submissos à dependência masculina (NAVARRO-SWAIN, 2010, p. 54).

Assim como L.A.V. outras mulheres lésbicas foram “apropriadas” pelos mecanismos de controle centrados nos discursos da divisão sexual binária e na hierarquização dos sexos, em que as representações e arranjos sociais ganham status de verdade mantendo a heterossexualidade como uma instituição política, invisibilizando suas experiências.

Destaco ainda, na narrativa de L.A.V., o trecho em que ela fala sobre a importância de ser reconhecida como lésbica em seu ambiente de trabalho (Marinha) – local que tradicionalmente reforça os pressupostos de uma sociedade machista e heterocêntrica – e de

ter acesso ao direito de “legalizar” sua união com outra mulher como processo fundamental para ela “se colocar”, se sentir publicamente como sujeito de direitos.

Apesar de se afirmar a fórmula jurídica de “reconhecimento” da união estável de casais do mesmo sexo como uma conquista, por vezes, que beneficia o público LGBT de forma geral, Machado e Navarro-Swain (2002) nos chama atenção para o fato de que a heterossexualidade segue ainda como pedra angular no processo de apropriação das mulheres, reproduzindo a dicotomia masculino/feminino. Nesse contexto, mesmo as mulheres lésbicas transgredindo as normas preestabelecidas para o seu sexo e seu gênero, é preciso passar por um processo de institucionalização de suas práticas e representações para se alcançar um reconhecimento possível dentro de uma lógica de dominação masculina.

5.3 MOVIMENTO LÉSBICO E SUAS INTERFACES COM O MOVIMENTO FEMINISTA

A inter-relação entre movimento lésbico e movimento feminista é um fato bastante discutido anteriormente nesta dissertação. Vários estudos sobre o processo de constituição do movimento lésbico, principalmente na América Latina (NAVARRO-SWAIN, 2002; 2002a; 2003; MESQUITA, 2004; LLANOS, 2011; SOARES e COSTA, 2012), discutem como essa aproximação foi perpassada por momentos de conflitos e solidariedade, assim como enfatizam a importante contribuição das mulheres lésbicas no fortalecimento das lutas feministas e como essa participação lésbica por vezes foi silenciada pelos movimentos feministas.

Essa ligação entre movimento feminista e movimento lésbico também é ressaltada nas narrativas das militantes lésbicas que participaram desta pesquisa, embora estas não tenham vivenciado os momentos demarcadores dessa associação e, posteriormente, de ruptura entre os movimentos lésbico e feminista, algumas marcas ainda estão presentes e acabam por desenhar contornos nos modos como cada militante entende esta relação.

E possível perceber essa ligação no processo de (auto)apresentação das militantes, descritos na seção anterior e sintetizados no quadro 5, com o objetivo de ilustrar a presença do interdiscurso feminista nas falas das entrevistadas.

Quadro 5 – Síntese das (auto)apresentações das militantes lésbicas durante as entrevistas narrativas

Militantes	(Auto)apresentação
A.C.L. Militante do grupo LUAS	“Então, A.C. é uma militante lésbica feminista

	negra[...]"
R.R. Militante do coletivo CANDACES	“Meu Deus, bom, meu nome é R.R., eu, eu sou ativista, defensora dos direitos humanos, especial na população LGBT, mas hoje é, a gente consegue trabalhar mais assim, com o olhar mais apurado, dentro do movimento feminista, com a população LB, lésbicas e mulheres bissexuais [...]Mulher negra de 44 anos”.
L.A.V., militante do coletivo COMLÉS PE	“Sou mulher, sou lésbica, mas hoje tenho voz. [...] percebo que mais do que nunca eu sempre fui feminista, só faltou estar com as companheiras”.
V.J.L., militante de coletivo Ocupe Sapatão	“Eu sou lésbica-feminista, eu conheço, entrei em contato com o feminismo faz alguns anos e desde então, isso tem sido um tema central na minha vida assim”.
M.A., militante do Grupo Gay Leões do Norte	“Eu sou M.A., que, no Leões, sou uma das três lésbicas. [...] iniciei a militância nos movimentos sociais políticos seguindo uma perspectiva feminista [...]”.

Nos trechos das narrativas sintetizadas no quadro 5, podemos perceber o quanto as diferentes correntes feministas habitam a formação política das militantes lésbicas, uma característica não somente latente nos coletivos/grupos lésbicos da Região Metropolitana do Recife. As reflexões feministas estão presentes no desenvolvimento dos movimentos lésbicos como teorias de apoio à construção de uma atuação de enfrentamento às políticas patriarcais e heterossexistas. No entanto, é importante destacar que a contribuição das mulheres lésbicas para a consolidação dos feminismos nem sempre é reconhecida. Por vezes, foi foco de tensões. Nesse sentido, Navarro-Swain (2002) levanta alguns questionamentos:

A presença das lesbianas é nomeada e sua contribuição reconhecida? Os grupos de serviço levam em conta suas necessidades específicas? Há um interesse pela história e pela cultura lésbica? Existem lugares para este debate? Os espaços ideológicos permitem a representação das lesbianas de outra forma que não seja enquanto mulheres? Ou, ainda, como mulheres diferenciadas por uma característica extremamente secundária, a de sua orientação sexual? (NAVARRO-SWAIN, 2002, p.03).

Em sua narrativa, R.R., trouxe o quanto que o feminismo é um componente estruturante na formação da militância lésbica, enfatizando também como a inserção nos espaços dos movimentos feministas contribui para sua tomada de consciência das diversas dimensões que atravessam a experiência de ser “mulher”.

Bom, primeiro eu acho que a gente não consegue fazer um debate qualificado, um debate pra gente garantir que as políticas, elas sejam efetivadas, seja no executivo ou no legislativo, e um debate do ponto de vista da mulher primeiro, se a gente não trazer o feminismo. Porque a gente não pode esquecer esse lugar de mulher e

quando a gente não traz esse lugar de mulher, a gente esquece que somos mulheres. E muitas vezes as mulheres lésbicas e as mulheres bissexuais terminam reproduzindo o que a gente não quer, o machismo. Primeiro porque esse lugar de, quando a gente assume esse lugar do sujeito político lésbico, isso não quer dizer que eu vou assumir o lugar dado aos homens para as mulheres heteros, muitas vezes a gente se comporta nesse caminho (R.R., militante coletivo CANDACES).

Na fala de R.R. percebemos a utilização do significante *mulher* como uma categoria universal, herança de algumas correntes feministas que concentram seu debate exclusivamente em torno do binarismo homem/mulher e não entendem que “seu fluxo semiótico assume diferentes significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares” (BRAH, 2006, p. 41).

No processo de constituição dos feminismos, o termo *lésbica*, em alguns momentos, foi utilizado para deslegitimar as inflexões feministas, associando-as aos significantes *machona*, *sapatão*, *mal-amada*, como ressaltam Soares e Costa (2011/2012, p.02): “A associação entre feministas e lésbicas cumpre a função política e pedagógica de alertar as mulheres para o perigo da perda da feminilidade representada pelo feminismo, produzindo abjeção para ambas, pela associação que se faz entre essas e a mulher masculinizada”.

Embora essa associação estereotipada entre feminismos e lesbianidades não seja algo recente, ainda é bastante problemático para muitos movimentos feministas serem identificados como movimentos lésbicos, e, provavelmente, a inteligibilidade das relações lésbicas baseadas na heteronormatividade é a principal responsável pelo processo de invisibilização das demandas lésbicas dentro dos movimentos feministas. Nesse sentido, R.R. destaca a necessidade de se “oxigenar” as lutas lésbicas, para fazer emergir suas especificidades.

Quanto ao movimento feminista, tem uma dificuldade com o movimento lésbico sim, e já teve esse tempo, esse tempo já teve e a gente precisou romper, né, nos anos 70, 80, a gente teve que dar uma rompida pra, nos anos 90, a gente começou a voltar, com certa dificuldade, alguns movimentos, mas por quê? Porque também a gente precisa oxigenar nossas pautas, né, essas pautas precisa ser oxigenadas, a gente precisa se organizar, a gente precisava se organizar, não é, é assim, como as mulheres negras se organizaram, as mulheres indígenas, as mulheres quilombolas, porque tem pautas que elas são muito específicas e a nossa pauta também é específica, agora a bandeira de luta pelo fim da violência contra a mulher, essa é uma bandeira que é conjunta, a bandeira pela equidade de gênero, essa é uma bandeira conjunta de todas as mulheres, e a bandeira de feminismo, essa é uma bandeira conjunta [...], e e a gente, por exemplo, do movimento lésbico e do mulheres bissexuais aqui de Pernambuco, eu acho que, por exemplo, no ano passado, 2016, a gente fez uma avaliação onde que a gente conseguiu inclusive tá mais junto do movimento feminista, isso é importante, porque essa, essa pauta ela tem que ser transversal, eu preciso também entender porque eu posso, eu tenho a opção de não abortar, porque muitas mulheres lésbicas, as lésbicas num tem relação é, com, com o sexo masculino, mas as bi podem ter e também podem fazer um

aborto e eu também, também tenho que tá lá, eu não aborto porque sou lésbica, mas eu tenho que defender minhas companheiras que abortam, a bandeira do feminismo e a bandeira do aborto também é minha bandeira, a dor dela tem que ser a minha dor, então, eu acho que a gente conseguiu chegar mais perto do movimento quando muitas mulheres nossa é principalmente na AMB que é a articulação de mulheres brasileiras, dentro do Fórum de Mulheres de Pernambuco tem muitas meninas do COMLÉS e isso é importante para que se conheçam outras pautas, as mulheres de passarinho, as mulheres rurais, e dentro das mulheres rurais, é... as mulheres de cana de açúcar que, enfim, tem lésbicas também (R.R., militante coletivo CANDACES).

Na fala de R. R. percebemos um processo de articulação de diferentes discursos – pelo fim da violência contra a mulher, pela equidade de gênero, pelo direito ao aborto, etc. – na tentativa de apontar a mulher como o ponto nodal que articula os dois movimentos: feminista e lésbico.

Poxa... É... enfim, eu sou, sei lá, lésbica-feminista, eu tô, tipo eu conheço, entrei em contato com o feminismo faz alguns anos e tal, e desde então isso tem sido um tema central na minha vida assim [...]. E, assim, a minha militância veio desde o início, assim, eu já entrei em contato com vários tipos diferentes de feminismos, tá ligada, e hoje em dia eu tenho a consciência que o feminismo não é uma luta sozinha, ela tem que tá aliada a todas as outras lutas e tipo, eu me cobro muito pra estar ciente, estar por dentro e, tipo, é [pausa], enfim, levar uma vida que condiz com esse norte de militância, de, é, enfim, de utopia digamos assim. Prestando sempre atenção em todos os tipos de opressão, isso é uma coisa que faz muito parte da minha vida, já fez mais parte do que deveria, hoje em dia tá um pouco mais equilibrado, assim, essa cobrança interna. Então, assim, eu sou muito impulsiva, eu sou muito expansiva, e é quando eu entrei na militância, eu comecei a botar essa pulsão de vida nisso sabe. E aí, enfim, agora no momento eu tô direcionando melhor a minha pulsão pra botar o resto da minha vida pra frente (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

A forma como as militantes lésbicas compreendem o feminismo e o espaço que essa perspectiva ocupa em suas vidas estão imbricadas em como cada uma vivenciou experiências mediadas através dos espaços políticos que participam. Em suas narrativas, percebemos o quanto o enlace entre os espaços de construção política e sua junção com uma perspectiva feminista fazem parte de quem elas são, de como elas se identificam.

5.4 VISIBILIDADE LÉSBICA: “A BANDEIRA QUE NOS UNE”

A ocultação e o silenciamento das experiências afetivo-sexuais entre mulheres são marcas que persistem ao longo da história e é uma das principais problemáticas enfrentadas pelas mulheres lésbicas na nossa sociedade, como já destacamos em outros momentos deste trabalho, demonstrando, inclusive, a dificuldade de localizar estudos acadêmicos sobre o tema.

É bastante curioso, e também significativo, o fato de os estudos da sexualidade,

aspecto tão explorado no processo de constituição histórica da humanidade, ter “ignorado” as sexualidades lésbicas, principalmente na sociedade ocidental. Esse apagamento decorre da tentativa de manutenção de um sistema de hierarquização dos sexos e apropriação/subordinação das mulheres. Outro fator que produziu a invisibilidade das lesbianidades é o fato de a sexualidade ter sido construída em torno das relações heterossexuais, nas quais o masculino é o centro referencialmente ativo. Nesse sentido, a capacidade autônoma da sexualidade feminina é questionada ou até mesmo negada. As lesbianidades são impensáveis, principalmente por não pressupor o que é tido como essencial no ato sexual: “um pênis”.

Essas ideias ainda vigentes – e fortemente acirradas no contexto contemporâneo neoconservador – compõem um imaginário social sobre as lesbianidades e contribuem para sua marginalização. Em contrapartida, principalmente através do engajamento em movimentos sociais, as mulheres lésbicas vêm se fortalecendo e reconstruindo suas histórias, ocupando espaços antes negados, buscando sempre a afirmação de suas existências e visibilização de seus relacionamentos:

[...] no ano de 2009, eu me tornei a primeira gerente do estado de Pernambuco, mulher, lésbica e mulher negra, depois disso nenhuma mulher mais ascendeu em canto nenhum, na política LGBT do governo do estado, ou do governo municipal, dentro do ponto de vista governamental, né, a gente está nos anos de 2017 e nenhum mecanismo da política LGBT, seja nos conselhos, nos centros de referência ou nos organismos da política LGBT, não tem uma mulher, estão os gays, os gays aqui em Pernambuco, eles estão ocupando os diversos lugares, com exceção do executivo, que aqui em Pernambuco a gente tem o prazer de ter, não no mecanismo LGBT, mas na esfera governamental, de prefeito ou prefeita, a primeira prefeita lésbica não é, é na cidade de é [...]de Passira, eu digo, assim, ela podia ser lésbica, mas ninguém soubesse, mas ela faz questão de dizer que tem uma esposa e a esposa dela é a esposa dela, né, o prefeito tem sua esposa e ela é a prefeita que tem a sua esposa, então, isso é um ponto positivo do ponto de vista executivo, acho que só é isso. Mas aí a visibilidade de nós mulheres lésbicas, ela é muito grande, né, então, a minha militância ela veio, ela veio se afirmar, depois que eu fui pra esses espaços (R.R. – militante do coletivo CANDACES).

No processo de constituição da visibilidade lésbica diversas estratégias são utilizadas, entre elas a de ocupar espaços públicos de poder que possibilitem a ampliação do debate sobre a construção de políticas para a promoção dos direitos de mulheres lésbicas e bissexuais. Instâncias institucionais, como conselhos, gerências, comitês, tanto no âmbito municipal e/ou estadual, têm se tornado locais de disputa entre as militantes lésbicas e representantes dos movimentos homossexuais de Pernambuco.

Embora seja foco de muitas críticas por parte de algumas militantes, a relação entre

movimento lésbico e Estado também tem sido compreendida como um mecanismo de efetivação de políticas públicas, em que os movimentos lésbicos devem se impor enquanto instância de controle social, mas também devem galgar espaços de representação para dar visibilidade às suas demandas. R.R. relata sua experiência enquanto gestora:

[...] e a partir daí, em 2009, a gente criou aqui em Pernambuco, mas eu já estava no governo, mas ajudei as meninas a fazer isso, que foi o Coletivo de lésbicas e mulheres bissexuais do estado e que naquele momento eu entendia que, eu era gestora e que tinha que separar as coisas, eu tinha que ficar também longe, as meninas, entendia isso, ahnnnn do ponto de vista de fortalecer, né, porque elas chegavam lá e reclamavam do governo, então o governo tava lá para, é, num é ajudar, porque não é mendigar, mas promover a política né. E aí eu acho que o ano que eu fui gerente, de 2009 a 2012, a gente conseguiu fazer quatro caminhadas lésbicas, a gente conseguiu fazer duas, é, paradas lésbicas, dentro do presídio, por exemplo, isso foi uma coisa inédita, introduzir a política dentro do sistema carcerário, naquele momento foi muito importante. Participar ativamente das conferências, tentar fazer intervenção de roda de diálogo das cidades toda de recife, que eu fui gestora de recife, e aí eu acho que a gente visibilizou as mulheres, e esse papel, ele só foi feito porque eu tive apoio também das companheiras de movimento, né, mesmo não participando do coletivo, mas participava fora, porque eu entendia que aquele espaço era um espaço de gestão, claro que quando eu vim pro movimento hoje, é, houve um momento que eu entendia que a gente tinha que tá todo mundo, juntas, porque era fortalecer as mulheres, mas percebe-se que é, infelizmente, a gente tem dois espaços, não que as companheiras do governo, elas não sejam importantes, são muito importante, mas a gente que fortalecer elas de longe muito mais, mais do que nunca, é elas que tem que muito fortalecer a gente então, as vezes eu acho que o papel hoje tá invertido, termina a gente sem papel, mas eu acho que é isso (R.R., militante do coletivo CANDACES).

Outras entrevistadas também experienciaram e ressaltaram a importância de uma militância institucionalizada em espaços governamentais, embora, hoje exista uma conjuntura política que nos convoca à problematização dessa inserção, uma vez que o Brasil, e também o estado de Pernambuco, vivencia um contexto de acirrado neoconservadorismo, que se reflete na agenda dos governos federal e estadual, em projetos como o “Escola sem partido” e em campanhas de pânico moral em torno do debate sobre gênero e sexualidade na escola e nas artes.

Essa conjuntura afeta diretamente em como os diferentes movimentos lésbicos se posicionam frente às participações de suas militantes em instâncias governamentais, gerando conflitos internos e muitas vezes “rachas” políticos entre os coletivos. É interessante perceber como as posições de sujeito ocupadas pelas mulheres lésbicas (trans)formam as significações sobre o que é ser uma militante lésbica a partir do contexto histórico-político, uma vez que, ao relatarem suas experiências enquanto “militantes gestoras”, ressaltam o quanto foi possível realizar ações de visibilização lésbica, e, atualmente, essa posição é a todo tempo

problematizada como sendo conflituosa, pois os interesses dos coletivos/grupos lésbicos, constantemente, divergem dos interesses do Estado. “Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil” (SHERER-WARREN, 2006, p.114).

[...] quando eu tava enquanto coordenadora do Fórum LGBT, assim, era muito complicado agregar as lésbicas, né, tanto é que teve uma época que a gente saiu do Fórum LGBT pra pensar nos espaços só de lésbicas, foi quando a gente pensou o COMLÉS, porque, assim, ainda dentro do Fórum, naquela época, existia as pautas maiores e as pautas menores, então as pautas maiores era que agregavam todo mundo, não discriminação, mas nas questões mais específicas ainda era muita esquecido a população lésbica, aí, assim, sempre tinha um lugar de de não ter voz mesmo (A.C.L., militante do grupo LUAS).

Seguindo no sentido oposto, ou seja, rejeitando qualquer aproximação com as instituições do Estado, está a perspectiva de atuação política das militantes do Ocupe Sapatão.

Ainda tem a relação estreita entre movimentos lésbicos e Estado, governo mesmo, que eu não sei se apaga as demandas dos coletivos, porque eu não sei quais são as demandas desses coletivos, mas em relação a gente, por exemplo, não faz nenhum sentido ter qualquer, tipo, diálogo com a institucionalidade, porque, tipo, enfim, novamente, eu não acho que a gente não deve lutar por políticas públicas ou coisas desse tipo, enfim, questões de saúde, e etc., mas, a gente não vê isso como suficiente, sabe? A gente acredita em um outro tipo de militância, até porque eu sou a única pessoa classe média do coletivo, e o nosso público alvo não são, enfim, são pessoas que estão bem à margem de vários espaços sociais, tá ligado? E, tipo assim, num muda muito na vida dessas pessoas, sabe, coisas de políticas públicas, por exemplo, tá ligado, a gente tá preocupada com outra coisa, a gente tá preocupada em se sentir bem, tá ligada, tipo em criar bem-estar, é essa a questão, a gente criou a festa, porque a gente queria um espaço separatista e seguro, tá ligada, e isso a gente num tá mais, tipo, a gente não tá disposta a esperar apoio de institucionalidade, tá ligada (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

Na busca pela visibilidade das experiências lésbicas, alguns coletivos/grupos que compõem esta pesquisa realizaram ações especialmente direcionadas para a sociedade e para ampliação do debate sobre lesbianidades, aproveitando a comemoração de datas, como Dia das Mães” e Dia das Namoradas, para desconstruir padrões, tanto em relação à maternidade quanto em relação à política heterossexista, ainda hegemônica em nossa sociedade.

Figura 14 - Campanha do dia das mães do Grupo LUAS e parceiros



Essa daqui foi uma das atividades que a gente fez enquanto LUAS, que é essa campanha que foi em 2008. É, foi uma campanha do dia das mães onde a gente colocou outdoor, dois outdoors na rua: "Mãe é aquela que ama e protege. Duas mães são aquelas que amam e protegem". Aí é uma homenagem especial de Dia das Mães, especial mães lésbicas e bissexuais (A.C.L., militante do grupo LUAS).

A campanha destacada por A.C.L. foi uma ação desenvolvida pelo grupo LUAS em parceria com o NUCH - Núcleo de Diversidade Sexual da UFPE e com o Grupo Gay Leões do Norte. Foram colocados dois outdoors, um na avenida Caxangá e outro na avenida Conde da Boa Vista, ambas as mais movimentadas da cidade do Recife, motivo pelo qual foram escolhidas como pontos de divulgação da campanha.

De acordo com A.C.L., essa campanha teve uma enorme repercussão no estado de Pernambuco devido ao seu caráter inédito, direcionando também muita atenção para a militante, pois era sua família que estava estampada nos outdoors pela cidade.

[...] essa campanha foi um *boom* aqui em Pernambuco, menina, olhe, foi muita repercussão... Dei muitas entrevistas, foi capa de jornal, porque nunca tinha saído uma coisa assim, né, em homenagem as mães lésbicas, e aí entrevistaram pastor, padre, foi uma resenha, né, aí, assim, foi muito bom, porque chamou atenção da sociedade pra essa pauta, e aí também tanto deu visibilidade ao LUAS como deu visibilidade também pras pautas lésbicas, que era uma pauta meio escondida, meio negligenciada. A gente também fez campanha do Dia das Namoradas, então, tinha postal do Dia das Namoradas com poemas, no outro ano, em 2009 a gente fez no Dia das Mães, só que não teve outdoor, foi postal pela internet, essas coisas (A.C.L., militante grupo LUAS).

Na busca pela visibilidade lésbica, muitas vezes os coletivos/grupos recebem os contornos dos rostos de suas militantes. As mulheres encontram, nos espaços dos coletivos/grupos lésbicos, o suporte para confrontar as normas e superar o medo de se nomear lésbica e expor sua sexualidade.

A partir dos discursos produzidos pelos movimentos lésbicos, muitas militantes utilizam seus corpos como instrumento também de visibilização, construindo, a partir das posições de sujeitos que ocupam estratégias de enfrentamento para romper com o desconforto sentido por outras mulheres lésbicas nos espaços onde vivem. Nesse sentido, para registrar a participação de várias mulheres na construção dos movimentos lésbicos em Pernambuco, A. C. sublinha que foi realizada uma campanha em 2016, através da parceria entre coletivos, para homenagear militantes, destacando suas histórias e áreas de atuação.

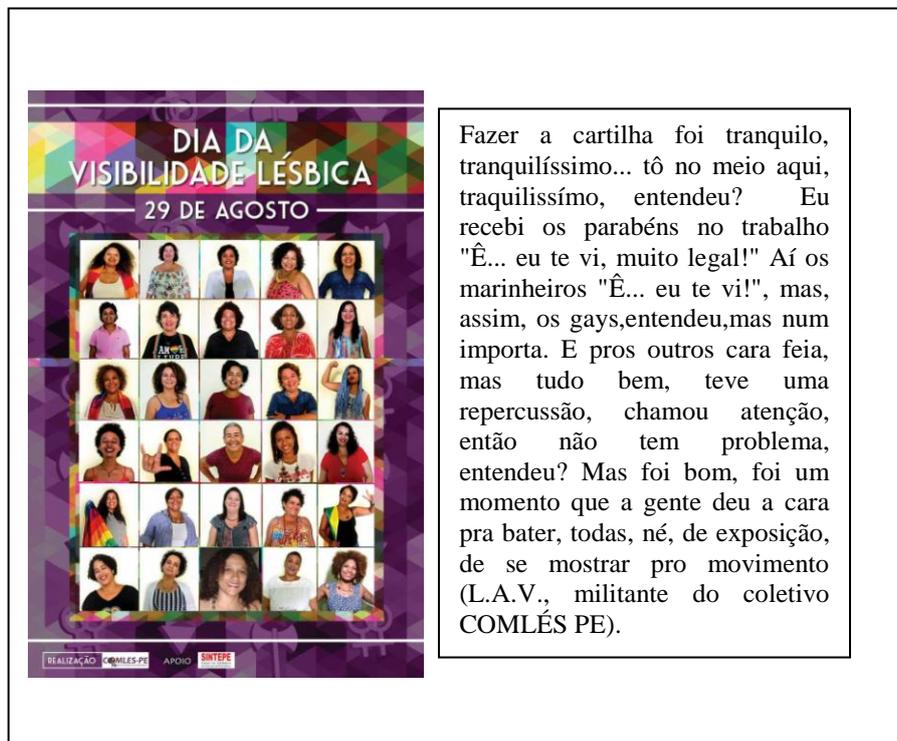
Figura 15 -Exposição de banners com histórias de militantes lésbicas de Pernambuco



Além da homenagem às militantes, também foi lançada uma campanha (Figura 15) que fazia referência ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, um documentário contando a história de como cada uma contribuiu para a construção do movimento lésbico em Pernambuco

e uma cartilha sobre a saúde da mulher lésbica. Esta última um produto final construído a partir de um seminário realizado no ano de 2015, que teve como proposta debater a saúde das mulheres lésbicas e bissexuais e suas especificidades.

Figura 16 – Campanha do dia da visibilidade lésbica – 2016



Outra importante ação de promoção da visibilidade lésbica é a realização do “Sarau da Visibilidade Lésbica” (Figura 17), que ocorre todos os anos e foi idealizada inicialmente pelo Grupo Gay Leões do Norte em parceria com o grupo AMHOR. Atualmente, essa parceria foi ampliada, resultado também do aumento de coletivos/grupos lésbicos atuantes na Região Metropolitana do Recife.

Figura 17 – Sarau da visibilidade lésbica – 2016 – Mercado da Boa Vista



Esta fotografia foi registrada pela pesquisadora no Sarau da Visibilidade Lésbica do ano de 2016. Na ocasião fui convidada pelas mulheres do COMLÉS PE. Já havia ido ao Mercado da Boa Vista em outras ocasiões, o espaço é bastante conhecido pela diversidade do seu público, inclusive, é bastante frequentado pelo público LGBT. Mas, no dia do evento, havia uma pluralidade de mulheres, dançando, bebendo, se abraçando, se beijando. E a imagem que não me sai da memória foi ver um casal de mulheres já idosas, se divertindo e trocando carinhos, algo bastantecomum entre casais heteros e raro entre nós lésbicas. Expressar amor é também resistir (A. B. – Autora da pesquisa).

A visibilidade das mulheres lésbicas força um processo de ressignificação de representações históricas e sociais tributárias das concepções dominantes sobre as formas e possibilidades de existência de mulheres e homens, mantidas por sistemas de explicação de mundo que designam e impõem as maneiras como as pessoas devem viver suas sexualidades. Ações políticas de enfrentamento à lógicaheterossexista movimentam regimes discursivos e forçam novas negociações de sentidos sobre gênero e sexualidade.

Podemos dizer que, atualmente, o discurso que une os coletivos/grupos lésbicos em Pernambuco é o da luta pela visibilidade, mas, em outros momentos da luta por direitos LGBT, os movimentos lésbicos se articularam a partir de outras formações discursivas:

[...] o fato de eu ter ido militar, por exemplo, dentro de um coletivo, foi pra abrir a mente também do Leões e pra passar a representaras lésbicas foi o meu caso, então, foi assim. Eu achei importante ocupar outros espaços e demarcar a pauta de lésbicas dentro do Leões. Quando tinha reunião de visibilidade, eu estava lá e dizia não, vamos fazer juntos, eu topo, eu puxo, e era assim que o Leões abordava, porque o Leões não tinha uma gestão, de lesbianidade e travestilidade, não tem quem coloque ou puxe essas pautas, era dentro desse contexto que acontecia. Só que, assim, a pauta LGBT tava muito gritante, então, esse coletivo tava muito atuante. Época de

agosto, a gente fazia caminhada, o governo cedia trio elétrico, camisinha, a gente fazia uns 100 debates na semana da visibilidade lésbica, eles liberavam cinema pra gente, a gente tinha todo o espaço em todos os lugares pra levar as nossas pautas, hoje não temos espaço em canto nenhum, até quem tá na gestão não nos vê mais. Mas, assim, era uma época onde o movimento tava fervilhando, a parada tava começando a bombar, hoje o movimento tá nesse processo de retração, mas aí, assim, eu acho que foi por causa desses dois motivos que o movimento lésbico passou a se organizar, primeiro pra gente trazer o respeito das pautas pras entidades onde a gente trabalhava... Então, assim, era realmente um momento em que todos os LGBTs estavam motivados a brigar pelos seus direitos, e o contexto político em si, ele incentivava, era a entrada do Lula e aí, assim, ele tava bombando no primeiro mandato, né, e esse bombar no primeiro mandato, fazia com que a gente tivesse o Brasil sem homofobia, ou seja, porra, nossas pautas estavam sendo ouvidas e a gente tá tendo espaço! Era o momento!... E comecei trabalhando como advogada, no centro de referência [de combate à homofobia], sem saber nem o que era e morria de medo de dizer o que eu era, e, no Leões, como advogada comecei a atender e fui pra militância, achei massa, dois, três anos depois tava presidindo o movimento, mas, assim, aquele momento foi favorável, hoje não existe momento favorável para militância [...]. A gente meio que perdeu as nossas referências enquanto movimento e, tipo, não tem como tá priorizando tudo dentro do contexto geral. [...]um/dois anos depois aquilo ali não tinha mais lógica, é como se tivesse tirado setenta multas da gente, tudo que a gente não podia, não pode declarar imposto junto, não pode acompanhar em cirurgia, não pode, não pode, não pode, uma decisão já abriu portas, pra várias (exatamente) não pode casar, não pode constituir família, ai ficou, a pauta hoje que nos une é a visibilidade, na verdade nós continuamos ainda invisíveis e essa é nossa principal pauta (M.A.S., militante do Grupo Gay Leões do Norte).

Na narrativa de M.A.S., destacam-se algumas nuances que atravessam os movimentos lésbicos. Primeiro, é possível perceber que a aproximação da militante com o grupo Gay Leões do Norte se deu em um momento histórico específico, no qual o discurso pelos direitos humanos e LGBTs eram hegemônicos no Brasil e o coletivo se encontrava consolidado no estado como centro de referência no enfrentamento à homofobia. A militante se insere, então, no coletivo, como advogada, visando a constituição de uma pauta lésbica dentro do movimento. Ao longo de sua narrativa, a entrevistada ressalta o quanto sua inserção no movimento vai transformando seu modo de ser, se perceber e se apresentar à sociedade. E faz um desabafo sobre o momento político atual de suspensão de direitos, enfatizando que, por isso, é necessário priorizar a pauta da visibilidade lésbica dentro dos movimentos.

5.5 AÇÕES COLETIVAS E PRODUÇÃO DE SI

A partir das narrativas de militantes lésbicas que participam de coletivos/grupos lésbicos atuantes na Região Metropolitana do Recife, buscamos discutir como essas mulheres são interpeladas pelos discursos produzidos no interior dos movimentos lésbicos, na medida em que as experiências vivenciadas, através das ações desenvolvidas nos/pelos espaços

políticos, produzem uma pedagogia que não somente provoca questionamentos sobre as normativas heterossexistas, mas também atuam como espaços de produção de si, ou seja, como contextos de ressignificação de suas subjetividades.

Nesta seção, utilizaremos as narrativas construídas pelas militantes lésbicas que compõem esta pesquisa, assim como fotografias que foram selecionadas pelas próprias militantes, como instrumentos de organização e significação das de suas experiências nos coletivos/grupos lésbicos. As imagens foram solicitadas considerando seu potencial mediador nas entrevistas narrativas, dessa forma, não são instrumentos de análise, nem tampouco meramente ilustrativas. Elas aparecem, nesta dissertação, assim como nas narrativas, enquanto registros significativos das experiências formativas vivenciadas pelas militantes lésbicas.

Os processos de identificação são atravessados pelas fragmentações do campo social e político, características da nossa sociedade atual, nesse sentido, o processo de formação de uma identidade (lésbica) deve ser considerado sempre provisório e constituído a partir de práticas discursivas. De acordo com Hall (1998), a identidade “muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela é politizada”.

[...] o meu processo de formação, a lesbianidade tem uma importância muito grande, que é a afirmação do meu sujeito político, né, e eu acho que quando a gente afirma nosso sujeito político, a gente consegue caminhar, é, em vários contextos que a vida nos dá, né, seja na iniciativa privada, por exemplo, pensando do ponto de vista do trabalho, seja na gestão pública, seja passar num concurso, é, mas quando a gente assume nosso sujeito político que, a gente diz assim “Eu sou lésbica e meu amor ele não vai intervir é... na minha vida profissional, na minha vida pessoal, ele tem que ser aceito como qualquer amor”, né, então eu acho que esse é o primeiro passo pra gente aceitar nosso sujeito político (R.R., militante do coletivo CANDACES).

Quando em seu relato R.R. traz a importância da afirmação do sujeito político lésbica, ela o faz como um processo de produção de sentidos que confrontam formações discursivas que atuam como normas em diversos espaços sociais. Nesse sentido, os coletivos/grupos lésbicos são locais de mediação desse processo de ressignificação das lesbianidades. Vejamos o que diz uma das militantes sobre a contribuição do movimento lésbico para sua formação.

Eu acho que contribuiu muito para eu assumir o meu sujeito político. Uma mulher como eu, que lá atrás ela tinha um caminhar diferente, que a política religiosa ela imperava muito dentro da minha casa, então, uma mulher que ia ser freira, quer dizer, que foi obrigada a conhecer outro sistema religioso, que era obrigada, a gente nasceu pra casar com um homem. E aí quase que eu ia fazer isso, quando você sai

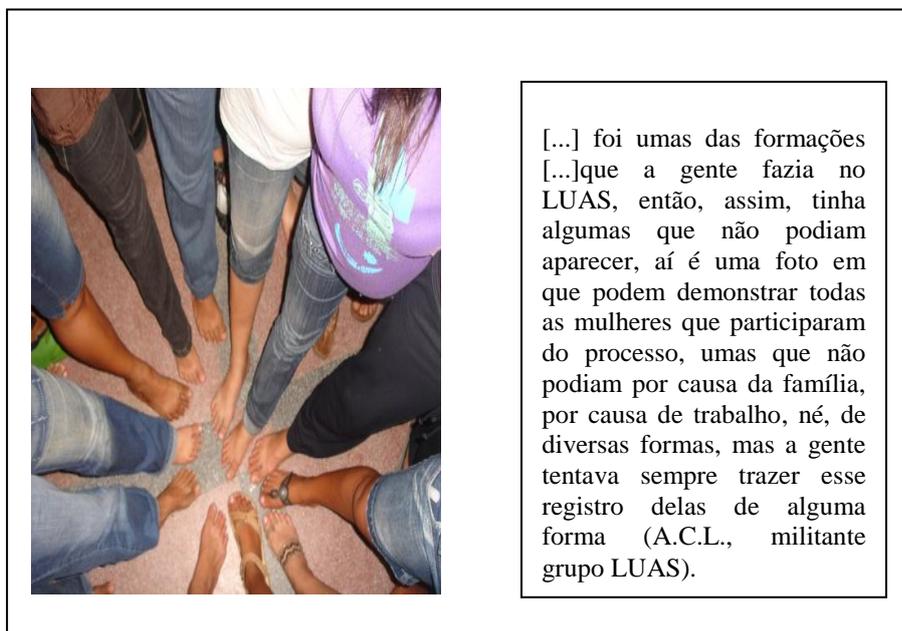
desse processo que você entra em outro processo, quando se assume esse sujeito político, acho que é me fez essa mulher [...] (R.R., militante do coletivo CANDACES).

Os coletivos/grupos lésbicos se destacam nas falas das entrevistadas como mediadores da constituição do sujeito político lésbico. A partir de suas vivências e práticas pedagógicas, possibilitam a produção e negociação de sentidos, provocam a (trans)formação subjetiva das mulheres lésbicas, uma vez que o próprio “lugar da experiência é o sujeito, ou dito de outro modo, que a experiência é sempre subjetiva. [...] a experiência é, para cada um, a sua, que cada um faz ou padece sua própria experiência, e isso de um modo único, singular, particular, próprio” (LARROSA, 2001, p.7).

As formações políticas desenvolvidas pelos coletivos/grupos foram consideradas por algumas entrevistadas de grande importância para seu desenvolvimento por trabalhar teóricos que dão suporte para o enfrentamento diário das opressões vivenciadas pelas mulheres lésbicas e por fortalecer as relações entre as militantes, consistindo em momentos que elas podem assumir posições de sujeito diferentes daquelas vivenciadas em seus cotidianos – familiares, laborais, escolares, religiosos.

O grupo LUAS, como já ressaltado anteriormente, teve início com a distribuição de um fazine, mas logo percebeu a falta de espaços de discussão sobre lesbianidades. Assim, suas fundadoras resolveram desenvolver formações políticas com jovens lésbicas. Na fotografia a seguir (figura 17), há o registro de um momento de formação do coletivo. Mesmo sendo um espaço acolhedor e de desconstrução da naturalização da heterossexualidade compulsória, as jovens lésbicas que participam da formação ainda experienciam o intenso processo de convencimento cultural do não lugar/não adequação de suas sexualidades. Essas mulheres vivenciam suas lesbianidades atravessadas por experiências muitas vezes de violência. A formação política realizada pelo grupo LUAS se mostrou como uma possibilidade de fortalecimento pessoal, acolhimento e resistência.

Figura 18 – Momento de formação política do grupo LUAS



Nas atividades de formação política, alguns coletivos/grupos lésbicos fazem um processo de resgate dos modelos representacionais das lesbianidades, problematizando-os “através de textos e imagens que aos poucos vão transformando o estranhamento das relações entre mulheres em materialidade linguística e visual, significando-as enquanto possibilidade no mundo domesticado pelos “discursos de verdade” (SELEM, 2007, p.121). Em diversos momentos das narrativas das militantes, emerge a correlação entre o encontro com outras lésbicas, a partilha de vivências, a fundamentação teórica e o fortalecimento dos processos de estar e atuar no mundo. Nesse sentido, L.A.V. relata:

É uma coisa, é uma efervescência, é uma, olha! É um aprendizado cada dia, né, porque as mulheres, elas tão se fortalecendo, isso é interessante, mas no caminho, né, esbarra-se em muitas coisas, né, tem que se aparar muitas arestas, e eu acho que... eu acho que faz parte da discussão aparar essas arestas, entendeu? E o crescimento é muito grande, porque é você você, o conhecimento te dá argumento, pra você enfrentar uma situação, entendeu, uma situação que possa ser constrangedora pra outra mulher, você pode ajudá-la a sair daquele situação com mais facilidade, ou seja, é falar a mesma língua, começar a falar a mesma língua, é começar a respeitar as mesmas coisas e seguir junto, né. Foi muita coisa, assim, que veio agora, porque é o que eu te falei, a gente sempre foi feminista, mas você não se dá conta até você estar nesse espaço de conhecimento, de saber. “Poxa, mas eu pensava, eu pensava assim”. Então, eu sempre, né, sempre fui dessa linha de pensamento, mas é isso. É todo ano eu vou à parada, eu nunca tive uma consciência exata, nem procurei saber o quê que tinha por trás daquilo, mas eu tinha amigos envolvidos diretamente com a construção, e sempre tava em cima do trio mostrando a cara e sabia que aquilo era militância, mas era o único momento. Mas eu tinha

consciência e estava ali, e isso me alimenta entendeu – sorrindo, dando tchau, entendeu - e mostrando pras pessoas que que eu tinha, que eu tenho direito de estar nesse espaço e em qualquer outro espaço(L.A.V., militante do coletivo COMLÉS PE).

Nas fotografias escolhidas por L. A. V. (figura 18 e 19) e nos seus comentários sobre essas fotos, a militante enfatiza o quanto a inserção nos coletivos lésbicos e feministas possibilitaram a (re)significação dos espaços sociais em que circulava. A sua participação nos coletivos é percebida como elemento transformador.

Figura 19– Tenda do COMLÉS PE do acampamento pela democracia em 2016

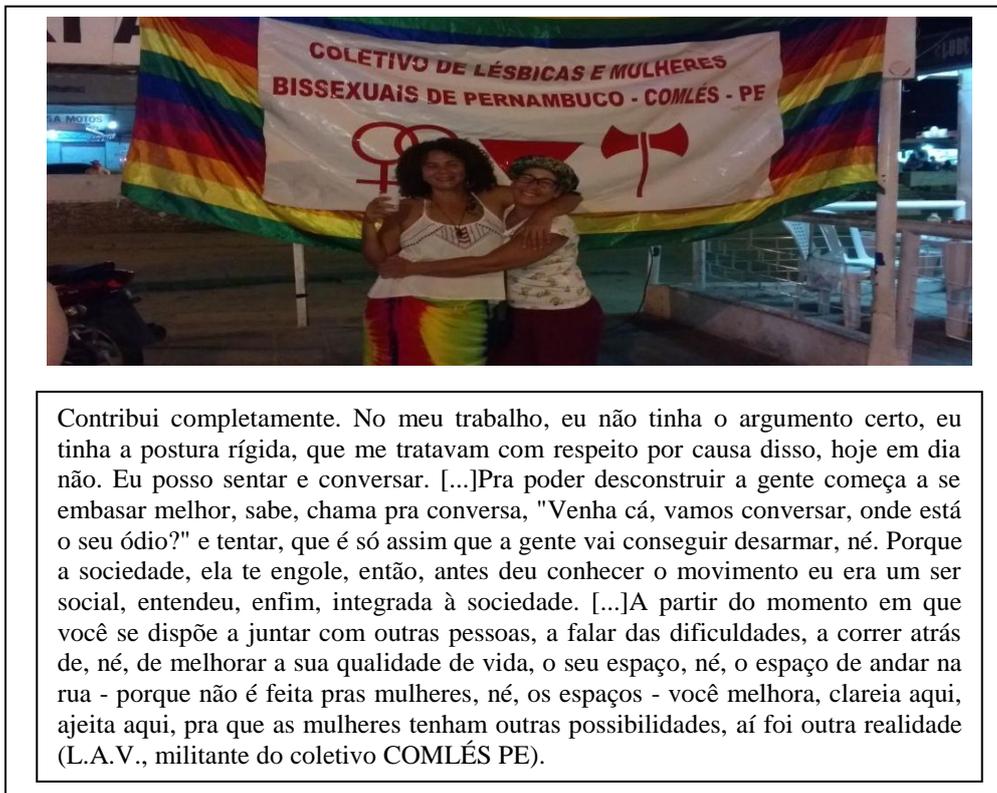


Figura 20– Atividade organizada pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco e SOS Corpo



Para Wittig (1980), a lesbianidade é revolucionária, pois ela é a categoria pela qual podemos questionar diversos aspectos que engessam a existência feminina a partir da naturalização de acontecimentos como a maternidade, a legitimidade da relação heterossexual e a diferenciação de gênero baseada na biologia dos sexos. Além disso, a lesbianidade proporciona observar como o eixo identitário se ramifica a partir do corpo, percebido como local da própria ação política, ou seja, as mulheres experimentam no próprio corpo os significados normativos.

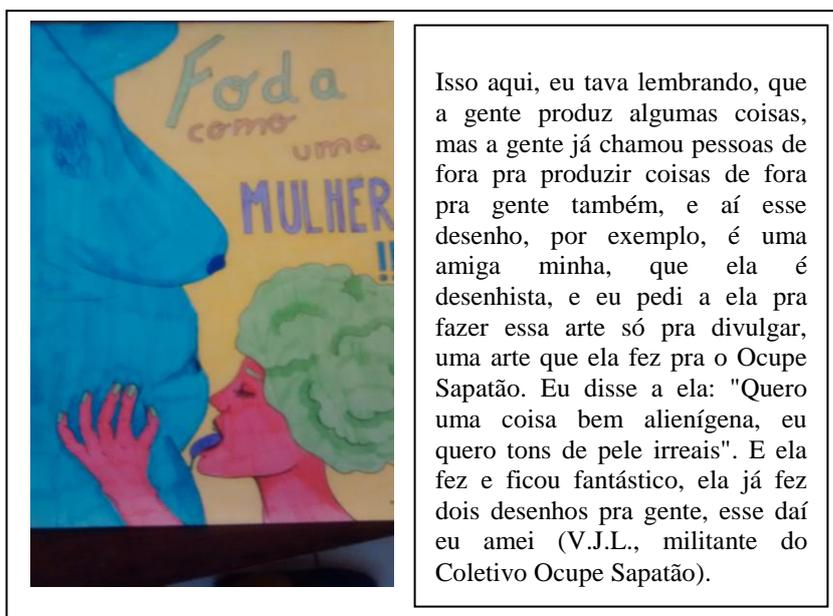
Os contextos formativos mudam de acordo com a perspectiva dos coletivos/grupos. Uma das participantes, que compõe a coordenação de um coletivo anarquista, cita que há um distanciamento entre as estratégias de luta e intervenção de seu grupo e a militância “tradicional”:

[...] a gente gosta muito de fazer autocuidado, que é, enfim, um nome bonito pra ir pra casa de alguém e ficar conversando, bebendo e cozinhando e etc., e aí, tipo, a gente já tinha feito algumas formações internas da gente e a gente tá com essa ideia de a nossa próxima formação interna ser sobre anarquismo, que a gente tava pensando nos painéis pra isso e pensando em dessa vez fazer uma coisa aberta, pra chamar outras pessoas, porque a gente já teve formações internas nossas, por questões do coletivo, assim, que tavam rolando alguns atritos complicado entre nós quatro, no sentido de raça e a gente decidiu, então, em fazer uma formação interna sobre negritude, branquitude e privilégios, e aí a gente fez uma conversa e aí a gente acabou chamando duas amigas nossas de fora, um casal, pra conversar com a gente

também e tal, porque uma delas é negra e a outra branca e falaram um pouco sobre isso também e aí foi massa. Agente fez essa formação uma vez e a gente tem ideias pra várias formações que a gente quer fazer assim, tá ligada?! [...]aí, nesse momento, a gente tava pensando em dar um tempo assim de fazer festa, porque é um corre muito grande, demanda muita gente e focar nessas outras coisas, sabe, fazer mais formações, fazer mais roda de conversa, a gente tava querendo catalogar todo nosso material gráfico e os vídeos que a gente já fez, que a gente tem alguns teasers que são bons, tá ligado, se a gente juntasse todo o material de divulgação que a gente já produziu, sei lá, e fazer uma exposição, sabe, coisas assim (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

O coletivo Ocupe Sapatão propõe uma atuação que rompe com categorias identitárias que, por vezes se, tornaram confortáveis aos coletivos/grupos lésbicos no processo de universalização de demandas por políticas públicas direcionadas para o acesso a direitos materiais e sociais. A partir de ações que exploram a criatividade de suas militantes e simpatizantes, procuram debater temas que estão implicados nas particularidades do cotidiano das mulheres lésbicas e que, no entendimento das coordenadoras do coletivo, as políticas públicas generalistas não acessam. O coletivo constrói suas ações para públicos de mulheres lésbicas que elas consideram não estar dentro do escopo cujas ações afirmativas são direcionadas, utilizando principalmente o estético para subverter os padrões, inclusive políticos. Na figura 21, V. J. L. comenta uma produção artística do Coletivo.

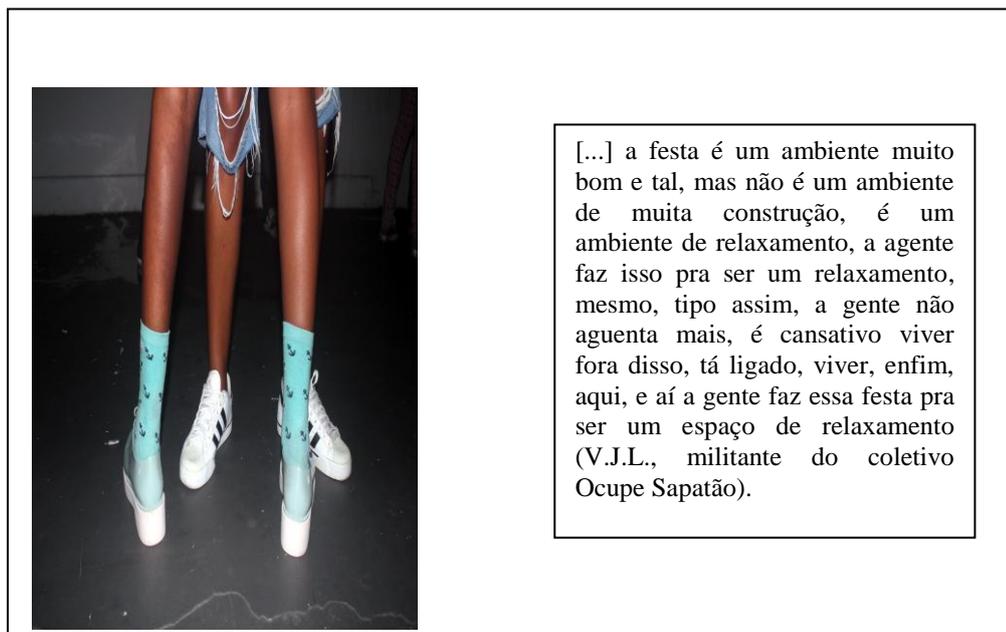
Figura 21 – Produção artística do Coletivo Ocupe Sapatão



O objetivo das intervenções do Ocupe Sapatão é questionar formas de ser e estar no mundo, a partir da problematização sobre as posições dos sujeitos e as condições sociais que

modelam os processos de subjetivação. O Ocupe também tem pretensões localizadas, atuando sob a perspectiva das “microrevoluções”, características que estão implicadas no próprio processo de surgimento do coletivo: “Uma festa feita por mulheres, para mulheres”, a “criação de um ambiente seguro onde mulheres pudessem apenas ser”.

Figura 22 – Ensaio jornalístico sobre a festa Ocupe Sapatão



Nas práticas realizadas pelo Ocupe Sapatão, o estético tem lugar privilegiado, uma estratégia empreendida por muitos coletivos feministas que atuam em uma perspectiva de que a criatividade e a arte são instrumentos de transformação social. Através de atividades, divididas em expressões videográficas, poemas, artes plásticas, publicações impressas e digitais, as militantes do coletivo Ocupe Sapatão focam em processos identitários e de subjetivação, atuando nos espaços microssociais.

Sempre nutrindo parcerias com outras mulheres lésbico-feministas, inseridas na cena do audiovisual em uma perspectiva “ativista”, as meninas do Ocupe procuram produzir militâncias solidárias e compartilhadas.

Na nossa última edição, foi a edição que a gente teve mais material bonito, assim, que um casal de rchas do Rio veio, que elas trabalham com audiovisual, e aí ela veio pra exibir um filme dela, estreiar aqui, que ela produziu quando tava aqui da primeira vez, que ela filmou uma galera do rolê da gente daqui e aí ela produziu um filme, que o nome é *ExManas*, e aí ela botou esse filme, estreou esse filma na nossa última edição que foi a nossa edição de um ano. E aí, eu ela e a companheira dela, a gente veio um dia aqui em casa produziu altas colagens e recortes e num sei quê,

queria fazer artes pra festa, enfim, foi bem legal (V.J.L., militante do Coletivo Ocupe Sapatão).

A proposta é desestabilizar os disciplinamentos de gênero e sexualidade, a partir de narrativas político-artísticas que enfatizam “a estranha”, “a fora das convenções” e positivam “pejorativos” e “identidades transviadas”, criando, assim, contextos em que as mulheres são convidadas a atuar livremente. Mas, em alguns momentos da narrativa de V. J. L., é possível também observar práticas polarizadas dentro do movimento, que, na tentativa de combater a lógica binária das relações de gênero, acaba reproduzindo as mesmas estratégias em sentido inverso, como a defesa da misandria.

A gente sempre tenta criar espaços de fortalecimento, né, e, tipo assim, nas festas, tipo, essas rodas de diálogos que aconteceram, elas foram muito boas, e a gente percebeu que tinham muitas pessoas querendo falar sobre isso, sabe, com vontade de conversar sobre, tipo, a roda de relações, a roda de machismo nas relações das mulheres foi importantíssima, tá ligado, muita gente desabafou, num sei o quê, falou altas coisas assim, tá ligado, foi massa nesse sentido. E aí a gente tenta sempre criar esses espaços de acolhimento mesmo, sabe, e nas situações extremas vamos dizer, assim, que rolaram durante as festas as próprias pessoas que vão a gente meio que já tem um modus operante definido assim, sabe, tipo eu lembro que teve na festa de visibilidade trans em janeiro, eu nem vi isso acontecer, porque a galera resolveu antes que eu me desse conta, mas tinha um macho transtornando pra ele entrar, um macho transtornando querendo entrar, e, tipo assim, as pessoas que tavam na frente do espaço botaram ele pra fora no grito, assim, sabe, então, tipo, essa coisa de você, você, essa sensação de você ser uma manada, sabe, estar juntas pra se fortalecer juntas, tipo, e em situações extremas quem vai fazer alguma coisa é nosso corpo, meio que nesse sentido mesmo, de tipo fortalecer outras mulheres pra que elas se sintam à vontade pra ter esse tipo de reação, sabe. A gente tem muito um discurso reativo, assim, e tipo é, como é que se diz, a gente meio que prega a misandriamesmo, sabe, de tipo, "Revide!" Tá ligado. Se fortaleça pra poder revidar sem se machucar! Porque, enfim, a gente não quer ninguém morta, mas, assim, tipo, é trabalhar essa destruição da passividade das pessoas, e das mulheres principalmente, criar esse espaço de fortalecimento mesmo, de se sentir a vontade, e você saber que lá você vai tá protegida, porque você tá entre amigas e que você tá entre mulheres, que nós não somos necessariamente amigas das que vão nos defender, sabe, a gente prega muito isso assim [...] (V.J.L., militante do coletivo Ocupe Sapatão).

As experiências vivenciadas nos coletivos lésbicos atuam diretamente na constituição subjetiva de suas militantes. Em diversos momentos das narrativas das participantes, desta pesquisa, percebemos a utilização de expressões como *formação do sujeito coletivo lésbica*, *fortalecimento* e narrativas que sinalizam para uma mudança de perspectiva diante da vida:

Porque quando eu cheguei dentro do presídio eu fiquei, assim, era muito maior, e tinham companheiras que precisavam muito mais, e que era pequena a minha, era irrelevante o meu sofrimento que eu achava que tinha, então eu disse: "Rapaz, eu ainda tenho um trabalho muito árduo pela frente. Porque eu tenho que pensar como

é que eu vou receber essas companheiras quando elas saírem daí. Que mundo elas vão ter?". Porque isso é uma realidade da reeducanda fora desse espaço. Então, você termina se sentindo na obrigação de sentir a dor, de se por no lugar do outro, eu acho que isso nos fortalece, isso me fortaleceu muito mais pra luta. Às vezes, não vou mentir pra você, que a gente tem vontade de desistir, mas você diz assim: "Se eu for desistir agora disso, como vai ficar as minhas companheiras mais novas que estão vindo? Ou como vai ficar minhas companheiras que estão dentro dos presídios? Como é que eu vou tirar minhas companheiras das drogas?" Então é uma série de questão. Porque você, quando você é ativista, você passa a ser não só você (R.R., militante do coletivo CANDACES).

O que percebemos, ao longo desta dissertação e a partir das narrativas das militantes lésbicas, é que os movimentos lésbicos são terrenos discursivos possibilitadores do encontro e desencontro com problemas clássicos e contemporâneos das existências lésbicas, com conceitos e teorias (re)inventadas ao longo de sua história e permanentemente ressignificadas. O processo de produção de sentidos, a partir da desconstrução de representações hegemônicas, (trans)formam os modos como as mulheres lésbicas experimentam suas realidades, percebendo que não existe uma verdade absoluta sobre suas sexualidades, mas discursos convencionados que se tornam verdades instituídas e, por isso, precisam ser problematizados.

O caráter subversivo de uma sexualidade que se opõe ao regime da heterossexualidade compulsória, a produção da visibilidade lésbica, o engajamento na desconstrução da lógica falocêntrica, a multiplicidade de experiências lésbicas, são dimensões que emergiram durante as entrevistas narrativas e se constituíram enquanto mecanismos de afirmação de um sujeito político lésbica, através da atuação política mediada pelos espaços dos coletivos/grupos lésbicos. É na partilha de experiências proporcionada pelas ações políticas empreendidas pelos movimentos lésbicos que encontramos a produção de discursos capazes de problematizar a ordem estabelecida e de promover um terreno fértil para a constituição de subjetividades outras.

5.6 MOSAICOS DE LUTAS

Durante o processo de construção desta dissertação, fomos percebendo o quão significativo é, para as militantes lésbicas, o entrelaçamento que os movimentos proporcionam durante o caminhar de suas trajetórias enquanto mulheres lésbicas. Ao lançar a ideia da montagem de um álbum fotográfico, que expressasse a articulação entre a lésbica sujeito sociopolítico e a mulher lésbica, gerou, inicialmente, certo estranhamento, surgiram

perguntas como “Posso escolher qualquer foto ou tenho que estar visível em todas?”, “Precisam ser fotos de militâncias ou em outros momentos?”, “Minha companheira pode fazer parte da fotografia ou tenho que estar sozinha?”. Quando estabelecemos os critérios de montagem dos álbuns – cronologia e momentos importantes vividos através da militância –, o fizemos em busca de alcançar o objetivo principal desta pesquisa, mas, ao chegar nos momentos das entrevistas, com as fotografias, o que emergiu estava muito além do esperado.

Pensando na dedicação das militantes em escolher as fotografias, assim como os significados que delas emanam, faremos, nesta seção, um mosaico de momentos, de experiências, de lutas, com todas as fotografias disponibilizadas pelas militantes lésbicas que fizeram parte desta pesquisa.

5.6.1 A.C.L. – Militante do Grupo LUAS

O movimento me traz a afirmação que eu preciso pra eu me assumir em outros espaços. É bom a gente saber que a gente tem um grupo e isso nos fortalece, e uma das coisas que eu costumo pensar é como essa consciência de classe, que a gente precisa ter em todos os espaços, ela precisa ser fortalecida, então o processo é assim. Aí está o que me impulsiona, pois eu acho que todos os espaços, eles se retroalimentam. O fato de eu estar hoje na universidade traz muito dessa minha roupagem ativista e o fato também de eu continuar no movimento traz a alimentação também da academia, porque eu quero compartilhar conhecimento, eu decidi ser cientista social, socióloga, antropóloga, sei lá que definição eu posso dar, pra que eu conseguisse trazer também esse conhecimento pra outras companheiras que não conseguem estar lá. Eu acho que as coisas se retroalimentam e eu não consigo me ver simplesmente uma acadêmica sem beber dessa fonte do movimento (A.C.L., militante do Grupo LUAS).



5.6.2 L.A.V. – Militante do Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco – COMLÉS

Entrar e participar do movimento, eu acho que me deu força pra mulher que eu sou, porque é uma mulher cis as vezes tem muito mais facilidade de ser submissa, as vezes ela se submete porque ela precisa homem, do macho, então ela acaba se submetendo pelo emocional, e quando as relações são iguais acabam fortalecendo a mulher. Eu sempre fui uma pessoa muito combativa, não é combativa, e mesmo tendo os meus segredos, necessários pra viver nessa sociedade hipócrita, mesmo tendo restrição de pessoas que participavam da minha vida, eu nunca escondi, mas sempre tive uma postura de me defender muito. Infelizmente, a pessoa acaba se armando pra se defender, primeiro por ser mulher, você já nasceu errado, já nasce lutando já. Mas eu não me arrependo dessa de ser mulher nem de ter fraquezas, mas a única diferença é que eu casei e pude assumir para o meu trabalho, mas no fundo todo mundo já percebe a sua posição, e aí é uma questão de postura, que eu sempre tive, mas com a luta, com o movimento, com nenhuma a menos, todas juntas, isso me dava uma fortalecida muito grande, entendeu? "Não mexe comigo que eu não ando só"!(L.A.V., militante do COMLÉS).



5.6.3 R.R. – Militante do Coletivo CANDACES

Eu acho que para a formação da feminista que eu sou, o movimento de mulheres foi muito importante, e para a afirmação do meu sujeito político enquanto mulher lésbica. Então esse momento na minha vida, o encontro com o movimento feminista, foi de suma importância pra mulher que eu sou hoje. No movimento LGBT, um dos momentos fantásticos que eu, que eu passei, foi quando a gente veio pra o movimento, porque a gente precisa estar nele, e se aproximou junto ao governo e passou a cobrar do governo algumas instâncias, a exemplo da criação da gerência de livre orientação sexual aqui em Recife. Isso foi importantíssimo. E acho que passei para um outro momento, que eu vivo hoje, um momento de entender que todos os direitos conquistados são importantes, mas a gente precisa discutir outros caminhos. Por exemplo, a moradia das pessoas LGBTs. Organizar as mulheres em vários lugares, porque a pauta da lesbianidade e da bissexualidade deve estar em todos os lugares. Por isso que eu digo que para a gente discutir a lesbianidade com mais

eficácia a gente precisa atrelar ela ao feminismo. Enquanto a gente não conseguir fazer isso, a gente não vai avançar não, porque por mais que agente não queira, quando a gente fez um apartheid do movimento feminista, nós reproduzimos alguns valores da heteronormatividade, da sociedade heterossexista, e muitas vezes machista, o próprio movimento se torna machista (R.R., militante do CANDACES).



5.6.4V.J.L. – Militante do Coletivo Ocupa Sapatão

Todas nós do Ocupa Sapatão, a gente leva a muito a sério essa coisa da micropolítica, da existência enquanto resistência, a questão identitária é uma coisa que a gente debate muito, tanto é que a gente tá sempre tentando trazer outros debates para dentro do feminismo lésbico, tipo, a questão de raça, a questão de classe, a gente quer falar de relacionamentos entre mulheres abusivas, a gente quer trazer o anarquismo pra dentro disso, porque é o nosso norte político, a gente não acredita em institucionalidade, a gente não busca apoio de ninguém, a gente é um coletivo autônomo, autogestionado. O dinheiro que a gente consegue é por coisas da gente, a gente tem isso bem definido e a gente tá nesse processo de definir cada vez mais, e aí eu acho que todas essas coisinhas que fazem parte do coletivo fazem com que ele se distancie mais ainda dessas formas tradicionais de militância. A gente tá preocupada com outras coisas, a gente tá preocupada em se sentir bem, em criar bem-estar, é essa a questão, a gente criou a festa porque a gente queria um espaço separatista e seguro e, para isso, a gente num tá disposta a esperar apoio de institucional. Eu não consigo pensar, por exemplo, em muitas questões de políticas públicas que sejam extremamente relevantes pra gente, sabe, porque, assim, política pública num evita assédio, política pública num evita estupro, num evita a situação de estupro, pode combater o estupro, mas evitar o estupro não, para essas situações extremas de violência, eu não vejo políticas públicas como solução imediata, a gente tem isso muito forte, a gente só quer viver bem (V.J.L., militante do Ocupa Sapatão).



6 (R)EXISTÊNCIAS LÉSBICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No processo de desenvolvimento desta pesquisa, algumas nuances foram se revelando e se entrelaçando à proposta de analisar como as experiências formativas desenvolvidas nos movimentos lésbicos contribuem para a constituição subjetiva de suas militantes. Percebemos que o silenciamento das trajetórias lésbicas foi produzido através de formações discursivas que naturalizam o sistema de gênero/sexo e desqualificam o feminino. Observamos como romper com o silêncio e tornar as existências lésbicas públicas, força a (re)significação das múltiplas formas de “estar mulher” e de “estar mulher lésbica”. Compreendemos que as trajetórias de vida das mulheres lésbicas que participaram desta pesquisa são orientadas por um desejo de reconhecimento afetivo e político, e, nesse sentido, os coletivos/grupos lésbicos dos quais participam podem ser contextos de acolhimento, fortalecimento, produção de sentidos e de desejos de mudança da realidade social.

Na estruturação da nossa proposta de estudo, nos questionamos sobre: quais são os coletivos lésbicos que atuam na cidade do Recife? Como se constituem esses coletivos? Quais os temas em disputa e como estes se articulam e/ou se diferenciam das bandeiras tradicionais dos movimentos feministas? Quais as experiências desenvolvidas por esses coletivos para a formação de suas militantes? E como essas experiências atuam na constituição das subjetividades das militantes dos movimentos lésbicos em Recife-PE?

Tais questionamentos foram pontos centrais para a construção do objetivo geral desta pesquisa, ou seja, analisar a dimensão formativa de movimentos sociais lésbicos na constituição das subjetividades de suas militantes. O caminho percorrido para tentar chegar à proposta central envolveu três objetivos específicos: 1) elaborar um delineamento dos diferentes movimentos lésbicos em Recife, suas vertentes e constituições; 2) conhecer as práticas desenvolvidas pelos coletivos lésbicos para formação de suas militantes; 3) refletir sobre a influência dessas práticas enquanto mecanismos de formação e construção subjetivas de suas militantes.

Esta dissertação se tornou, ao longo de sua construção, um importante instrumento de reverberação das trajetórias de militantes lésbicas de Pernambuco, principalmente pela falta de estudos sobre as temáticas relacionadas com as lesbianidades. Fundamentalmente, o nosso olhar esteve voltado para as experiências das militantes lésbicas, mas devido à complexidade constitutiva das vivências dessas mulheres, alguns aspectos foram se entrelaçando ao eixo central, uma vez que, para pensar o processo de reconhecimento, afirmação e produção de si, é preciso problematizar as relações entre sexo, identidade e política (BUTLER, 2015).

Dessa forma, no primeiro capítulo, destacamos algumas formulações teóricas que versam sobre o processo de apagamento das existências lésbicas do campo social e político, numa tentativa de enclausuramento das sexualidades dissidentes. Partindo das reflexões de Rich (1981), debatemos sobre a heteronormatividade como instituição política investida de poder que tenta regular as relações de gênero, os corpos e as sexualidades, gerando modelos de representação, que, apesar de contingentes e precários, têm sido reproduzidos, ao longo da história ocidental, e repercutidos de forma opressiva sobre as existências de homens e mulheres que vivenciam gêneros e sexualidades não normativas, entre elas, as lesbianidades.

Na tentativa de visibilização das lesbianidades, as mulheres lésbicas atuaram, por vezes, a partir dos movimentos feministas. Todavia, embora a associação entre mulheres lésbicas e feministas tenham acentuado a problematização sobre os marcadores socioculturais de diferença, essa relação esteve sempre permeada por momentos de tensão e conflitos (SOARES; COSTA, 2012). Nesse sentido, destacamos a importância de se estudar os espaços dos movimentos feministas e lésbicos a partir da noção de “campos discursivos de ação” (ALVAREZ, 2014), a fim de compreender como a pluralidade de representações femininas dentro dos movimentos pressiona a revisão da categoria *mulher* – as vezes usadas no interior dos movimentos sociais e de algumas teorias acadêmicas como universal – e a reivindicação das especificidades das vivências de mulheres negras, lésbicas, trans, indígenas, do campo, de classe popular, entre outras.

Visualizamos, assim, a (im)possibilidade da fixação de uma identidade lésbica, pois esta se mostra um “fenômeno múltiplo” (BUTLER, 2003) e o perigo da universalização de experiências e demandas lesbianas. Nesse sentido, enfatizamos que a experiência consiste em um processo único e singular (LARROSA, 2011), mas sempre experimentada a partir do jogo discursivo (LACLAU; MOUFFE, 2015), inclusive no contexto dos movimentos lésbicos. Defendemos também que esse sujeito da experiência é um *sujeito aberto*, uma vez que a experiência *é aquilo que lhe passa* e, assim sendo, ao passar *no sujeito*, a experiência *o* (trans)forma. O sujeito é o lugar da experiência, o acontecimento que *passa* por ele é um encontro com exterior que o constitui. Esse exterior é sempre discursivo, atravessado por práticas de significação, assim como o próprio sujeito.

No segundo capítulo, apresentamos o delineamento metodológico da pesquisa, que, com um olhar instigado pela Teoria Política do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2013; LACLAU, 2011; BURITY, 2014; BURITY, 2010), nos convidou à construção de uma análise atenta aos campos simbólicos e políticos que atravessam as experiências formativas vivenciadas pelas militantes lésbicas entrevistadas. Assim, foram realizadas cinco

entrevistas narrativas com mulheres lésbicas que participam de coletivos/grupos que atuam na região metropolitana do Recife. A escolha das entrevistadas priorizou o princípio da heterogeneidade, considerando idade, raça, religião e coletivo/grupo do qual faziam parte.

Tentamos compreender as trajetórias dos coletivos/grupos lésbicos no processo de constituição de um movimento lésbico em Recife, para isso, destacamos as particularidades existentes no processo de constituição e atuação dos coletivos/grupos no cenário tanto dos movimentos feministas quanto dos movimentos LGBT, as principais bandeiras de luta, as formas de atuação e também características consideradas pelas militantes como constitutivas de cada grupo e coletivo.

Para conhecer os coletivos/grupos que contribuíram para a constituição de um movimento lésbico em Pernambuco, constituímos nosso *corpus* a partir de entrevistas exploratórias realizadas com três militantes que vem atuando junto ao movimento lésbico do estado desde os seus primórdios. Assim como em outros locais, em Pernambuco, o movimento lésbico teve seus primeiros passos construídos a partir de um processo de disputa e negociação de sentidos em torno da vivência lésbica tanto dentro/com os movimentos feministas, como dentro/com os movimentos LGBT de forma geral.

Localizamos sete coletivos/grupos que vêm atuando na Região Metropolitana do Recife, mas não é possível afirmar que existam somente esses espaços de ação coletiva lésbica no estado. Percebemos que o movimento lésbico, em Pernambuco, é marcado pela pluralidade de perspectivas políticas, teóricas, bandeiras e conflitos. Nesse processo, foram destacados pelas militantes os seguintes coletivos:

- LUAS: teve seu início com a elaboração e distribuição de fanzines que evidenciavam os aspectos relacionados às vivências lésbicas, posteriormente, desenvolveu projetos de formação política direcionados a jovens lésbicas e, atualmente, vem construindo uma militância articulada com outros coletivos/grupos de defesa dos direitos LGBT;
- CANDACES: uma rede de mulheres lésbicas e negras articulada nacionalmente, que atua, principalmente, no controle social das políticas públicas direcionadas para a população de lésbicas e mulheres bissexuais negras;
- COMLÉS PE: espaço de articulação de diversos coletivos/grupos de mulheres lésbicas e bissexuais e também de ativistas autônomas, que atua em rede na esfera nacional, e tem como principal objetivo o fortalecimento de

coletivos/grupos que atuam na busca pelos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais;

- AMHOR: espaço de articulação do movimento homossexual na Região Metropolitana do Recife em seu surgimento e, atualmente, vem desenvolvendo atividades articuladas de promoção dos direitos da população LGBT com diversos coletivos/grupos;
- Ocupe Sapatão: coletivo lésbico-feminista arnarquista, que está nos seus primeiros passos e afirma ter como meta a desconstrução das opressões vividas pelas mulheres lésbicas, através de estratégias estético-políticas;
- Bloco Rachístico Carnavalesco Ou Vai Ou Racha: através de brincadeiras carnavalescas vem se constituindo enquanto espaço de construção estético-política das sexualidades dissidentes;
- Movimento Gay Leões do Norte: ONG que, embora tenha sido fundada por três homens gays e atualmente ainda mantenha uma militância majoritariamente de homens gays, se identifica como instituição de defesa dos direitos humanos e civis de LGBT, inclusive, mantendo uma diretoria de construção política das lesbianidades.

Discutimos as aproximações e distanciamentos entre os diversos coletivos/grupos, ressaltando que o contexto histórico e as experiências de suas militantes forçam os coletivos a rearticularem seus discursos na tentativa, sempre inacabada, de subverter as diferenças e promover a emergência de demandas equivalenciais. Mesmo se ramificando, a partir de temas como saúde, direitos humanos e LGBT, direitos sexuais e reprodutivos, raça e etnia, entre outros, têm pontos de articulação, principalmente em torno do enfrentamento à violência de gênero (especialmente a lesbofobia) e da defesa da diversidade sexual.

Para compreender como se forma o campo discursivo sobre as lesbianidades no interior dos coletivos, destacamos as práticas formativas mediadas pelos coletivos/grupos lésbicos nos quais as mulheres lésbicas, que compõem esta pesquisa, estão inseridas. No levantamento feito a partir das narrativas das militantes entrevistadas, algumas experiências se destacaram por serem utilizadas pela maioria dos coletivos/grupos, como, por exemplo: 1) rodas de diálogos: uma prática herdada dos movimentos feministas, que, através da partilha, produz conhecimento e promove o fortalecimento das mulheres; 2) seminários: uma ferramenta pedagógica herdada dos contextos formais de educação, que, no interior

dos movimentos sociais, articula saber e prática política a fim de integrar participação e representação e contribuir para a oxigenação dos coletivos/grupos; 3) campanhas e caminhadas: atividades geralmente construídas em articulação com outros coletivos/grupos de abrangência transnacional, nacional ou local com o objetivo principal de evidenciar demandas de segmentos populacionais específicos; 4) formações políticas: busca promover a ampliação de conhecimento e das formas de atuação dos movimentos sociais.

Por tratarmos, nesta dissertação, sobre as experiências formativas de militantes lésbicas, consideramos as especificidades das demandas lésbicas ao evidenciarmos suas práticas, uma vez que cada atividade planejada, construída e realizada pelas militantes lésbicas que compõem esta pesquisa, possui marcas que confirmam as particularidades de cada contexto e os objetivos de cada ação política. Enfatizamos ainda o componente do enfrentamento à lógica hegemônica da heterossexualidade compulsória e dos processos de regulação de gênero como eixo de produção das ações de promoção da visibilidade lésbica.

Durante a análise das entrevistas narrativas, foi possível perceber o quanto as vivências mediadas pelos coletivos/grupos lésbicos estão implicadas na forma como as mulheres lésbicas se (auto)apresentam. A todo o momento, as militantes lésbicas faziam referências – destacando conflitos, disputas, teorias – às suas experiências militantes iniciadas através dos espaços feministas. Nesse sentido, observamos que as reflexões feministas dão suporte teórico e prático às ações desenvolvidas pelos coletivos/grupos lésbicos, contribuindo tanto para o seu processo de afirmação como sujeito político lésbico quanto para a desconstrução do significante *mulher* enquanto categoria unívoca. A visibilidade lésbica é o ponto nodal que articula os coletivos/grupos lésbicos atuantes na Região Metropolitana do Recife, que vêm buscando inscrever as experiências lésbicas e ocupar locais, por vezes, negados a eles. Uma das estratégias utilizadas por militantes lésbicas tem sido participar de espaços de construção de políticas públicas e de debate institucional em parceria com órgãos estatais. Mas não há consenso entre as militantes sobre o papel dos coletivos na realização desse tipo de ação.

Por fim, sublinhamos que essas vivências nos coletivos promovem a construção de questionamentos que não somente problematizam os referenciais hegemônicos de gênero e sexualidade, mas também produzem subjetividades. São férteis terrenos discursivos possibilitadores do encontro e desencontro de suas militantes, agindo sobre seus modos de ser, onde as experiências vivenciadas pelas lésbicas se configuram como processos de (re)significação de si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDARTE. Historia del Lesbianismo en Occidente. **Artículos de Ciudad de Mujeres**. 2006. Disponível em: <<http://www.ciudaddemujeres.com/articulos/historia-del-lesbianismo-en>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

ALMEIDA, D.M. Entre ações coletivas e subjetividades: o caráter educativo dos movimentos sociais. **ECCOS - Revista Científica**. n. 1, v. 11, jan./jul., 2009. p. 141-156. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097008>>. Acesso em: 10 set. 2015.

AZIZ, P. **Os impérios negros na Idade Média**. Rio de Janeiro. 1978.

BAUER, M.W. ;AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In.: BAUER, M.W.; GASKELL, G. Trad. GUARESCHI, P.A. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis - RJ. Ed.: Vozes. 2002. p. 39-63.

BARTHES, R. **Elementos da semiologia**. 16ª edição. São Paulo. Ed.: Cultrix, 2006.

BONNET, M. As relações entre mulheres: o impensável?. Trad.; NAVARRO-SWAIN, T. **Labys - Estudos Feministas**, n. 3, jan./jul., 2003. Disponível em :<<http://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/bonnet1.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. AGUIAR, R. Editora Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pos-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. IN: LOURO, G.L.(org.), **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. "Como os corpos se toram matéria: entrevista com Judith Butler". Trad.: Suzana BornéoFunck. **Revista de Estudos Feministas**. n. 1, v. 10, jan. 2002, p. 155-167. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

_____. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**. n. 42, p. 249-274, 2014.

CAMARGO, M.A. “Manifeste-se, faça um zine!”: uma etnografia sobre “zines de papel” feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007). **Cadernos Pagu**. n. 36, janeiro-junho de 2011, p. 155-186.

CARRILLO, A.T. A educação popular como prática política e pedagógica emancipadora. In.: (org.) STRECK, D.R. e ESTEBAM, M.T. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis -RJ. Ed.: Vozes. 2013. p. 15-32.

CASTELLANOS, G.L. El Feminismo Lésbico Dentro de laTeoría Política. **Revista de Teoria Política**. n. 1, p.127-145, 2011.

CHAMBERLAND, L. O lugar das lésbicas no movimento das mulheres. Trad. NAVARRO-SWAIN, T. **Labrys - Estudos Feministas**. n. 1-2, julho/agosto. 2002. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys1_2/chamberland1.html>. Acesso em: 10 de ago. 2015.

COLLINS, P. H. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: JSTOR. **Common Grounds and Crossroads: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives**. 4. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

DAVIS, A. Reflections on the black woman's role in the community of slaves. In: SHEFTALL, B.G. **Words of Fire: An anthology of African-American Feminist Thought**. New York: The New Press, 1995.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas - SP. Ed.: Papirus, 1991.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Periódicos Bagoas**. n. 04, 2009. p. 131-158. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis. Ed.: Vozes. 1987.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. THEREZA, M.C.A. e ALBUQUERQUE, G.J. A. 19ª edição. Rio de Janeiro - RJ, Ed.: GRAAL. 1988.

_____. **Ditos e Escritos**. Trad.: BARROS, M. (org), Vol. II. Rio de Janeiro. Ed.: Forense Universitária, 2000.

_____. **Ética, sexualidade e política**. Trad.: MONTEIRO, E. e BARBOSA, I.A.D. Rio de Janeiro - RJ, 2ª edição. Ed.: Forense Universitária. 2006.

GOMIDE, S. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao Queer. In.: (org.) GROSSI, M.; UZIEL, A.P.; MELLO, L. **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Coleção Sexualidade, gênero e sociedade. Ed.: Garamond Universitária. 2007. p. 405-422.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. London/New York. Ed.: Routledge, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural após-modernidade**. Rio de Janeiro - RJ. Ed.: DP&A. 2004.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In.: SILVA, T.T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis. Ed.: Vozes, 2013.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

HOWARTH, D. Aplicando la Teoria del Discurso: el Método de la articulación. **Studia Políticæ**. Córdoba, n. 5, p. 37-88, 2005.

JARA, O.H.; FONSECA, E.M.F. Educação popular e sistematização de experiências. In.: (org.) STRECK, D.R. e ESTEBAM, M.T. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis -RJ. Ed.: Vozes. 2013. p. 151-166.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In.: BAUER, M.W.; GASKELL, G. Trad. GUARESCHI, P.A. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis - RJ. Ed.: Vozes. 2002. p. 90-112.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a particularidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 1, n. 2. São Paulo, 1986.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**. Trad.:(2ª edição) BURITY, J.A.; PAULA, J.Jr.; AMARAL, A. São Paulo, Ed.: Intermeios, 2015.

_____. Pós-marxismo sem pedido de desculpas. In.: LOPES, A.; MENDONÇA, D. **A teoria do discurso de Ernesto Laclau**. São Paulo. Ed.: Annablume, 2015, p. 35-92.

LANGNOR, C.; LISBOA, S. Da pedagogia feminista aos estudos de gênero: desdobramentos das teorizações feministas para a educação. Reunião Científica Regional da ANPED. XI ANPED Sul. Curitiba, 2016.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In.: SILVA, Tomaz T. **O sujeito da educação**. Petrópolis - RJ. Ed.: Vozes, 1994, p. 35-86.

_____. Notas sobre a experiência e o saber sobre experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, jan./fev./mar./abr. 2002, p. 20-31.

_____. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.

LESSA, P. **Lésbicas em movimento: a criação de subjetividade**(Brasil , 1979-2006). 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LOPES, A. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 33-52, 2006.

_____. **Discursos nas Políticas de Currículo**. Rio de Janeiro. Ed.: Quartet, 2012.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997

MAHJoubi, A. O período romano e pós-romano na África do Norte. In: MOKHTAR, G. (coord.). História Geral da África. v. 2: A África Antiga. São Paulo - Paris: Ática – UNESCO, 1983.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo. Ed.: Parábola, 2008.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad.: SOUZA-E-SILVA, C.P.; ROCHA, D. 6ª edição. São Paulo. Ed.: Cortez, 2011.

_____. **Discurso e Análise do discurso**. São Paulo. Ed.: Parábola, 2015.

MALINOWITZ, H. Estudos lésbicos e teoria cuir pós-moderna. Trad.: NASCIMENTO, T.S.; ROCHA, L.R. **Revista do Ceam**. v. 2, n. 2, jul./dez., 2013, p. 123-133.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo. Ed.: Ática, 1986

MILLETT, Kate. **Política Sexual**. México, 1975.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª edição. Belo Horizonte. Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MUTZENBERG, R. Movimentos Sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In.: SINAIS - **Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória, UFES, n. 09, v. 1, junho, 2011. p. 127-143.

NAVARRO-SWAIN, T. **O que é lesbianismo?**. São Paulo. Ed.: Brasiliense, 2000.

_____. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e o continuum lésbico. **Revista Bagoas**. n.05, 2010, p. 45-55.

_____. Feminismos e lesbianismo: quais os desafios?. **Labrys - Estudos Feministas**. n. 1-2, jul./dez., 2002. Disponível em: <http://www.glefas.org/glefas/files/biblio/feminismo_y_lebianismo_por_Tania_Navarro.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

OLIVEIRA, A.L. **O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re) articulação no campo escolar**. 2009. 270f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A; MESQUITA, R. A teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. n.4, v. 38, 2013, p. 1327-1349.

PARAÍSO, M.A. Pesquisas Pós-críticas em Educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 122, v. 34, maio/ ago., 2004.p. 283-303. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000200002>. Acesso em: 30 jun. 2016.

PERRIN, C.; CHETCUTI, N. Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lésbicos. Trad. MACHADO, L.; NAVARRO-SWAIN, T. **Labrys - Estudos Feministas**. n. 1-2, jul./dez., 2002. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys1_2/sumarioport1.html>. Acesso em: 16 ago. 2015.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Trad. SILVA, T.T. Belo Horizonte. Ed.: Autêntica, 2000.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. VALLE, C.G. **Revista Bagoas**. n. 05, 2010. p. 17-44. Disponível em:<http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf>. Acessoem: 16 ago. 2015.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of sex. In: REITER, R. **Towards an anthropology of women**. New York. Ed.: Mon Review Press. 1975. p. 157-210.

SALES, Jr.R. Hegemonia, hermenêutica e modelos matemáticos na teoria do discurso. In.: WEBER, S.; LEITHAUSER, T. (org.) **Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social**. Recife. Editora da UFPE, 2007.

SCHUTZ, R. Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares. **CIVITAS - Revista de Ciências Sociais**. n. 1, v.4, jan./jun., 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/51>>. Acesso em: 8 set. 2015.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez.1995. p.71-99.

SEDGWICK, E.F. **Epistemologia del armário**. Barcelona. Ediciones de la tempestad. 1998.

SCHERER-WARREN, et al. Metodologias de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. Cadernos de Pesquisa 5. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan/abr. 2006.

SELEM, M.C. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

SHAPIRO, I. Problems, Methods, and Theories in teh Study of Politics. In.: **PoliticalTheory**. n. 4, v. 30, p. 596-619, 2002.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed., 9ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, G.S.; COSTA, J.C. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys - Estudos Feministas**. jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>>. Acesso em: 8 set. 2015.

SOUZA, M.B. **Educação, memória e fotografia: uma análise das metanarrativas de mulheres idosas do bairro Palestina, Aracaju/SE**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2014.

SOUZA, M.B.; VERSUTI, A.C. O potencial da entrevista narrativa com fotografias. In.: **VI Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**, 2012, São Cristóvão - SE. Universidade Federal de Sergipe.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, T.T. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis. Ed.: Vozes, 2013.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA EXPLORATÓRIA

Dados Gerais:

Nome:

Idade:

Formação:

Área de atuação profissional:

Local onde reside:

Nº de telefone:

E-mail:

1. Você milita, atualmente, em algum coletivo lésbico? Qual? Há quanto tempo é militante deste coletivo?

- Me fala um pouco sobre este coletivo
- Ano de fundação?
- Atividades que o coletivo desenvolve?
- Quantas militantes possui?
- Quem compõe a direção do coletivo?
- Tem sede própria e onde fica?
- Quais as principais conquistas já realizadas pelo coletivo? E pelo movimento lésbico em Pernambuco?
- Quais os principais desafios do coletivo? E do movimento lésbico em Pernambuco?
- Quais os principais obstáculos enfrentados pelo coletivo? E pelo movimento lésbico em Pernambuco?
- Como se dá a formação das militantes associadas ao coletivo?
- Há atividades pedagógicas específicas voltadas para formação das militantes?

2. Como se deu sua formação como militante?

3. Eu estou precisando fazer um resgate histórico dos coletivos lésbicos em Recife e em Pernambuco, se você tivesse que traçar uma linha histórica do movimento lésbico em Recife, que coletivos você destacaria nessa trajetória?

4. Ainda pensando nesta linha histórica, que militantes você destacaria?

5. Bem, essas foram algumas perguntas que pensei para este contato inicial, mas você gostaria de acrescentar alguma informação que considera relevante e que eu não tenha lembrado de perguntar?

APÊNDICE B: ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA

Dados Gerais:

Nome:
 Idade:
 Formação:
 Religião:
 Classe Social:
 Raça/cor:
 Área de atuação profissional:
 Local onde reside:
 Nº de telefone:
 E-mail:

1. Fale um pouco sobre como você iniciou a militância no Movimento Lésbico.
2. Atualmente, em qual coletivo você milita?
3. Durante o tempo em que você milita no Movimento Lésbico, quais as conquistas que você destacaria?
4. Como você caracterizaria a relação entre o Movimento Lésbico e o Movimento Feminista aqui na região? Houve momentos se deram os encontros e os desencontros?
5. Para você, qual o significado da lesbianidade?
6. Como a militância dentro do Movimento Lésbico contribuiu para a constituição de uma lesbianidade política?
7. Gostaria que você fizesse um breve relato sobre como foi/está sendo a sua experiência enquanto militante de um coletivo lésbico?
8. Como você acha que a sua participação no Movimento Lésbico enquanto militante contribuíram para a mulher que você é hoje?
9. Quais os momentos você destacaria, que foram importantes para a sua constituição enquanto mulher lésbica, vivenciados através da militância?
10. Há algo mais que você gostaria de falar sobre a sua experiência enquanto militante lésbica em Pernambuco?
 - Explicar como se dará o segundo momento da Entrevista Narrativa com o apoio de fotografias;
 - Perguntar se a entrevistada estaria disposta a participar deste segundo momento, enfatizando a importância da continuidade da pesquisa;
 - Caso a entrevistada aceite participar do segundo momento, pedir para que a mesma monte um álbum fotográfico (digital ou físico) com fotos que retratem momentos vividos de sua militância que foram importantes. Para a montagem desse álbum algumas características devem ser consideradas:
 1. Cronologia;
 2. Importância do momento registrado;
 3. As experiências que foram resgatadas a partir daquela foto.

APÊNDICE C: ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA COM APOIO FOTOGRAFICO

1. Como foi montar esse álbum? Quais os pensamentos que surgiram quando você estava escolhendo as fotos?
2. Gostaria que você me falasse um pouco sobre cada foto. (Destacando em que momento foi feita essa foto; Porque você escolheu essa foto; E qual a diferença entre a militante lésbica da foto e a militante lésbica de hoje).
3. Como foi a experiência de montar esse álbum e reviver alguns momentos de sua militância?
4. Gostaria de falar algo mais sobre os momentos trazidos por essas fotos?

